



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Fernando Calheiros

**OCUPAÇÕES URBANAS E OS EFEITOS SOCIOESPACIAIS
DA DISPUTA PELA TERRA EM FLORIANÓPOLIS:**

O caso das Ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo

Florianópolis

2020

Fernando Calheiros

**OCUPAÇÕES URBANAS E OS EFEITOS SOCIOESPACIAIS
DA DISPUTA PELA TERRA EM FLORIANÓPOLIS:**

O caso das Ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Calheiros, Fernando

Ocupações urbanas e os efeitos socioespaciais da disputa
pela terra em Florianópolis : o caso das Ocupações Marielle
Franco e Fabiano de Cristo / Fernando Calheiros ;
orientador, Marcos Aurélio da Silva, 2020.

148 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Ocupações Urbanas. 3. Luta por Moradia.
4. Segregação Espacial. 5. Florianópolis. I. da Silva,
Marcos Aurélio. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Fernando Calheiros

Ocupações urbanas e os efeitos socioespaciais da disputa pela terra em Florianópolis:

O caso das Ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Maria Inês Sugai
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Carmen Susana Tornquist
Universidade do Estado de Santa Catarina

Dr. Eduardo Zons Guidi
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em geografia.

Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva
Coordenador do Programa

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva
Orientador

Florianópolis, 2020.

Dedicado à Benilda Sampaio (*in memoriam*),
por sua coragem, força e determinação na luta por moradia.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão para as instituições públicas e todas as pessoas que, de forma direta ou indiretamente, contribuíram para dar suporte ao desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Assim, sou grato à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

À banca de avaliação, composta pelas professoras Maria Inês Sugai (UFSC), Carmen Susana Tornquist (UDESC) e pelo geógrafo Eduardo Zons Guidi, agradeço por todas as contribuições a este trabalho.

Ao orientador, professor Marcos Aurélio da Silva, por me proporcionar aulas, leituras, discussões e indicações fundamentais para um adequado desenvolvimento teórico-metodológico e analítico do objeto pesquisado.

Agradeço também, de modo especial, as significativas contribuições feitas pela professora Maria Inês Sugai à versão de qualificação desta dissertação.

Por fim, sou imensamente grato a todos(as) entrevistados(as), especialmente aos moradores e militantes do grupo de apoio das Ocupações urbanas da grande Florianópolis. Pois, sem a coragem e a luta desses homens e mulheres imprescindíveis, certamente não haveria a possibilidade da existência deste trabalho.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à da sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Milton Santos

Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.
A iniciativa rápida, a reflexão longa,
A paciência fria e a infinita perseverança,
A compreensão do caso particular
e a compreensão do conjunto,
Apenas as lições da realidade podem
nos ensinar como transformar a realidade

Bertold Brecht

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o processo de emergência e constituição das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo, buscando precisar os efeitos socioespaciais produzidos pela disputa territorial em curso no município de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil. A partir da apreensão dos determinantes de âmbito econômico, político, ideológico e espacial, a investigação busca demonstrar como a dinâmica conflituosa estabelecida em torno da propriedade da terra vai influir no processo de produção do espaço urbano e, também, na manutenção das relações de segregação espacial e dominação de classe. Pretendendo recuperar a dimensão histórico-social da luta por moradia iniciada há mais de três décadas na região, propõe-se analisar o caso das ocupações urbanas buscando identificar, sobretudo, elementos que permitam refletir de maneira crítica sobre determinantes gerais do conflito territorial, bem como dos limites e desafios colocados às lutas populares em prol de uma maior democratização do espaço no município de Florianópolis.

Palavras-Chave: Ocupações Urbanas; Luta por Moradia; Segregação Espacial; Florianópolis.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the process of emergence and constitution of Marielle Franco's and Fabiano de Cristo's urban occupations, seeking to clarify the socio-spatial effects produced by the ongoing territorial dispute in the municipality of Florianópolis, the capital and second largest city of the state of Santa Catarina, in the South region of Brazil. Based on the apprehension of the main determinants of spatial, economic, political and ideological scope, the investigation seeks to demonstrate how conflicting dynamics around land ownership will influence the process of producing urban space and, also, in maintaining the relations of spatial segregation and class domination. Aiming to recover the historical-social dimension of the struggle for housing that has existed for more than three decades in the region, it is proposed to analyze the case of urban occupations seeking to identify, above all, elements that reflect critically on general determinants of their emergence, as well as limits and challenges to popular struggles for greater democratization of space in Florianópolis.

Keywords: Urban Occupations; The Struggle for Housing; Spatial Segregation; Florianópolis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo do preço médio de venda de imóveis residenciais por cidade no mês de janeiro/2020 (R\$/M ²).....	52
Gráfico 2 - Comparativo do preço médio de venda de imóveis residenciais em Florianópolis (2015-2020) (R\$/M ²).....	53
Gráfico 3 - Déficit habitacional do município de Florianópolis por componente.....	54
Gráfico 4 - Situação de ocupação dos domicílios particulares.....	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição espacial da população da Área Conurbada de Florianópolis por extremos de renda.....	39
Figura 2 - Terras comunais na Ilha de Santa Catarina.....	42
Figura 3 - Ocupação Marielle Franco – Área privada.....	73
Figura 4 - Ato ecumênico na Ocupação Fabiano de Cristo.....	75
Figura 5 - Imagem aérea da Ocupação Marielle Franco (Abril/2020).....	86
Figura 6 - Localização da ocupação Marielle Franco.....	88
Figura 7 - Imagem aérea da ocupação Fabiano de Cristo (Abril/2020).....	89
Figura 8 - Localização da Ocupação Fabiano de Cristo.....	90
Figura 9 - Localização das Ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo no município de Florianópolis/SC.....	92
Figura 10 - Demolição de casas na Ocupação Marielle Franco.....	98
Figura 11 - Dossiê ND.....	108
Figura 12 - Relatório ND.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução das populações dos municípios da área conurbada de Florianópolis no período de 1970-2019	36
Tabela 2 - Unidades produzidas na Área Conurbada de Florianópolis (1967 – 2000)	48
Tabela 3 - Totais de unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV	49
Tabela 4 - Total de unidades habitacionais produzidas pelo BNH e PMCMV na Área Conurbada de Florianópolis	50
Tabela 5 - Situação de moradia da Ocupação Marielle Franco	80
Tabela 6 - Situação de moradia da Ocupação Fabiano de Cristo	80
Tabela 7 - Escolaridade/ Ocupação Marielle Franco.....	81
Tabela 8 - Escolaridade/ Ocupação Fabiano de Cristo.....	81
Tabela 9 - Situação de trabalho/Ocupação Marielle Franco.....	82
Tabela 10 - Situação de trabalho/Ocupação Fabiano de Cristo.....	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACIF - Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
APL - Área de Preservação Limitada
APP - Área de Preservação Permanente
BNH - Banco Nacional de Habitação
CAPROM - Centro de Apoio e Promoção do Migrante
CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis
COLECATE - Coordenadoria de Legitimação e Cadastramento de Terras Devolutas
FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGENTES - Instituto Gentes de Direito
IRASC - Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ND - Jornal Notícias do dia
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PM - Polícia Militar
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis
SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Breve nota sobre a questão habitacional no Brasil	15
O uso do solo e a valorização do espaço urbano	20
1. QUESTÃO FUNDIÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DA PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	30
1.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E A CONSTITUIÇÃO DA ÁREA CONURBADA.....	30
1.2 EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS DE INFORMALIDADE E A CONSOLIDAÇÃO DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL	35
1.3 QUESTÃO FUNDIÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DA PROBLEMÁTICA HABITACIONAL	40
1.3.1 A transformação da terra em mercadoria: do uso comum ao golpe da “Reforma Agrária”	41
1.3.2 Políticas Públicas: do BNH ao PMCMV	46
1.3.3 O agravamento da precariedade habitacional no contexto de financeirização da terra e da moradia.....	51
2. O PROCESSO DE EMERGÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES URBANAS NA CAPITAL CATARINENSE	57
2.1 POR UMA CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA LUTA POR MORADIA	57
2.2 BREVE HISTÓRICO DA LUTA ORGANIZADA POR MORADIA NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS	59
2.2.1 O contexto de insurgência das primeiras ocupações urbanas	60
2.2.2 O interregno de duas décadas e a retomada da luta por moradia.....	63
2.3 EMERGÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES MARIELLE FRANCO E FABIANO DE CRISTO EM FLORIANÓPOLIS.....	68
2.3.1 O contexto de surgimento	69
2.3.2 Composição social.....	76

2.3.3 Localização e situação jurídica das áreas ocupadas.....	83
2.4 AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO NAS OCUPAÇÕES URBANAS DA CAPITAL	94
2.4.1 Repressão estatal e demolições ilegais	95
2.4.2 O Projeto de Lei Complementar 1801/2019	101
2.5 A COBERTURA DO CONFLITO TERRITORIAL PELA MÍDIA EMPRESARIAL LOCAL.....	104
2.5.1 Grupo ND e o discurso de criminalização das ocupações urbanas e populações periféricas.....	106
3. OS EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA DISPUTA PELA TERRA URBANA EM FLORIANÓPOLIS.....	116
3.1 OS DETERMINANTES GERAIS DA DISPUTA PELA TERRA URBANA	119
3.2 RESULTADOS PRODUZIDOS PELOS EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA DISPUTA TERRITORIAL EM FLORIANÓPOLIS.....	128
3.3 AS OCUPAÇÕES URBANAS COMO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA AO PROJETO DE CIDADE NEOLIBERAL.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	138
FOTOGRAFIAS.....	144

INTRODUÇÃO

Breve nota sobre a questão habitacional no Brasil

Assim como a maioria dos países da América Latina, o Brasil também vai passar por um intenso e avassalador processo de urbanização, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Reproduzindo antigas chagas sociais, o país irá conservar vários aspectos de uma sociedade colonial escravocrata, oligárquica e patrimonialista. De acordo com Florestan Fernandes, as características gerais que marcam a emergência e expansão de um capitalismo de caráter dependente no Brasil, remetem à escravidão mercantil e sua constituição enquanto eixo principal e estruturador do Estado-nação emergente, sendo, portanto, “a fonte da viabilidade econômica e política das novas estruturas sociais que iriam surgir nas cidades, nas relações dos estamentos senhoriais dominantes entre si e com os outros setores da sociedade e na ‘comunidade nacional’ em elaboração”. (FERNANDES, P.239, 1991).

Para Fernandes (1991), além do papel fundamental exercido pelo modo de produção escravista enquanto fator de acumulação originária¹, o caráter dependente e subalterno da formação social se apresentará como um dos principais determinantes da revolução burguesa no Brasil. Ocorrendo por meio da transição pela via “não clássica”², ou seja, “pelo alto” e “dentro da ordem”, esse processo irá envolver tanto a conservação do monopólio da terra como, também, o poder e privilégio da antiga classe fundiária e oligárquica. Para o sociólogo, o fato de possuímos uma posição de dependência diante dos países de economia central, vai se constituir em um elemento fundamental do processo de reconfiguração do poder entre as classes

¹ De acordo com Florestan Fernandes, diferentemente da maneira ocorrida na Europa do século XIX, porém, mantendo suas similaridades junto à forma clássica, o processo de “acumulação primitiva” de capital se dará no Brasil via produção escravista, “O que faz com que ele ajude a financiar, juntamente com capital mercantil captado no exterior, um vasto processo de criação de infraestrutura econômica, de crescimento da grande lavoura, de modernização urbana, e, até, de imigração, expansão da pequena propriedade ou do trabalho livre etc” (FERNANDES, 1991, p.243).

² De acordo com Coutinho (2011), na corrente teórica marxista existem dois conceitos centrais que foram elaborados como forma de entendimento dos processos de transição “não clássica” para o capitalismo, ou seja, processos que não seguiram o modelo das revoluções inglesas do século XVII e nem o da Grande Revolução Francesa do século XVIII. Tais conceitos podem ser verificados a partir da ideia de Lenin de *via prussiana* e a noção de Gramsci de *revolução passiva*. Embora Florestan não apresente em sua obra *A revolução burguesa no Brasil* uma escolha a partir dos conceitos tanto de Lenin quanto de Gramsci, chegando assim a uma análise da transição capitalista no Brasil por seus próprios termos, verificamos uma nítida semelhança entre seu ponto de vista e o conceito gramsciano de *revolução passiva*, que por sua vez diz respeito aos processos de modernização que são efetuados “pelo alto” ou como dizia Florestan, uma revolução cunhada a partir “de cima”. Tal noção pressupõe a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes no intuito de inviabilizar a participação das massas populares na transição para a modernidade capitalista.

dominantes, estas que serão incapazes de proporcionar uma transição ao capitalismo através da democratização e da ampliação do Estado com a inclusão das massas populares.

Considera-se, portanto, as chagas indeléveis de uma sociedade com passado escravocrata e oligárquico que, inscritas no processo histórico da formação social do Brasil, influirão consideravelmente na transição da era senhorial à sociedade de classes. Trata-se, pois, de uma combinação de fatores sociais, econômicos e políticos que, somados aos processos espaciais em formação, irão determinar uma urbanização de caráter tardio e dependente. Contrariando em muito as expectativas progressistas com relação as possibilidade de superação do Brasil arcaico, “o processo de urbanização recria o atraso através de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização” (MARICATO, 2013, P.15).

Próprio do modelo de modernização conservadora imposto à sociedade brasileira, esse atraso fornecerá as bases para o desenvolvimento de uma urbanização desigual, característica dos países subdesenvolvidos, a qual, de acordo com Milton Santos, apresentará como elemento essencial uma íntima associação com a pobreza, “cujo *locus* passa a ser cada vez mais a cidade, sobretudo, a grande cidade”, uma vez que “o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos” (SANTOS, 2009, P.11).

Impulsionado pelo processo de expropriação da população rural, e sua conseqüente migração em massa para as cidades, em poucos mais de 50 anos o Brasil irá passar de um país predominantemente agrário para um país em franco processo de urbanização, exibindo ritmos cada vez mais acelerados de crescimento urbano. De acordo com Francisco de Oliveira (2013), o processo acelerado tomado pela urbanização brasileira vai ser acompanhado pela divisão do trabalho entre campo e cidade, com esta última tornando-se o centro do aparelho produtivo da nação, impondo, por tal condição, um padrão de urbanização superior ao próprio ritmo da industrialização. Para o autor, o fato da divisão social do trabalho nos períodos anteriores ter sido estanque, vai impor que a industrialização no Brasil se estabeleça como “imediatamente urbana e excepcionalmente urbana”. Será, portanto, desse modo que o processo de urbanização produzirá a sujeição do campo à cidade e do trabalho ao capital, estabelecendo, assim, as condições necessárias para o desenvolvimento de um capitalismo de caráter tardio e dependente no país.

Propriedade urbana e a questão habitacional no Brasil

Até 1822 a distribuição de terras no Brasil obedeceu exclusivamente à forma definida pelo regime de sesmarias, onde as terras pertenciam ao monarca que fazia concessões e doações

de grandes extensões de terras impondo obrigações a quem as recebia. Com o regime suspenso entre 1822 a 1850, a terra passa a pertencer a quem “pudesse” ocupá-la, não se constituindo ainda enquanto uma mercadoria dotada de valor comercial. Contudo, será a partir da elaboração da Lei de Terras de 1850³ que a propriedade vai assumir a qualidade de mercadoria, constituindo-se num marco histórico importante do processo de transição para o capitalismo. Será, portanto, nesse período que se consolidará a divisão da sociedade em basicamente duas grandes categorias distintas: a dos proprietários fundiários e a dos não proprietários, esta última constituída por escravos juridicamente libertos em 1888 e imigrantes, em sua maioria presos às dívidas com seus patrões, o que os impedia de qualquer possibilidade de obter o título de propriedade. Ocorria, assim, a definição da propriedade da terra no Brasil, não apenas no espaço agrário, mas agora também no espaço urbano, a partir da intensificação do processo de industrialização/urbanização no país (SMITH, 1990).

Desde então, tanto a terra quanto as edificações nela construídas, passam a ser consideradas como um dos repositórios mais importantes da acumulação de riqueza. Trata-se do processo de mercantilização inaugurado com a Lei de Terras, marco que assinalará a transformação da condição jurídica da propriedade pelo Estado, marcando também a transição capitalista no Brasil. A partir de então, os mecanismos de mercado passam a exercer cada vez mais controle sobre o uso do solo, determinando o acesso à propriedade privada pela taxaço do preço da terra.

A rápida urbanização brasileira aliada aos processos de industrialização e de urbanização acarretou no surgimento de problemas urbanos complexos, destacando-se entre as diversas carências da população de baixa renda, a precariedade das condições de moradia. O crescimento populacional e a concentração de capital nas metrópoles, ao viabilizarem a infraestrutura necessária a implantação do modo de produção capitalista, promoveram um aumento crescente de população não empregada que irá se “alojar” e não “habitar” nos maiores centros urbanos do país. Soma-se a esses processos a emergência do “homem livre” na

³ A superação da propriedade arcaica e do trabalho escravo será decorrente da implantação da proposta de *colonização sistemática* adotada pelas elites dominantes via Conselho de Estado, materializada na Lei de Terras de 1850. Smith (1990) identifica como se chega à moderna propriedade fundiária no Brasil, com a terra se tornando uma mercadoria, possuindo preço de mercado e ao mesmo tempo servindo como garantia das dívidas. Por fim, admite o surgimento da propriedade mercantil da terra como um dos pressupostos necessários à mercantilização da força de trabalho. Como mostra Smith, a Lei de Terras veio como forma de preencher o vazio deixado após a cessação de sesmarias. O hiato que vai de 1822 a 1850 acaba colocando em evidência um amplo processo de apossamento de terras, o qual caracterizará a formação do latifúndio no Brasil, esse que avançará sobre as pequenas posses, expulsando o posseiro em algumas áreas, num deslocamento constante sobre as fronteiras de terras abertas.

sociedade brasileira, ou o “despejado”, no termo cunhado por Villaça, fato que acabou contribuindo para o surgimento do problema habitacional enquanto uma questão social.

As condições de moradia dos trabalhadores na época da passagem do século XIX para o XX, tanto os cortiços em suas várias modalidades, como as habitações de vilas operárias, eram oferecidas pelo mercado através da cobrança de aluguel. Tal condição tornou evidente já no início do século XX, considerando proporcionalmente a população da época, a existência de uma quantidade considerável de miseráveis sem condições para custear aluguéis, principalmente em cortiços. Aos poucos, essa situação começa a se alterar, sobretudo, a partir da diminuição dos inquilinos com aumento gradual do número de moradores em casa própria. Para Villaça, ao apresentar-se como uma necessidade histórica do capitalismo, a transformação da habitação em “casa própria” no Brasil acabará assumindo duas formas principais: a da produção via mercado habitacional, vinculado majoritariamente às classes média e alta, ou seja, a moradia enquanto valor de troca, e, a casa própria autoconstruída por meio do sobretrabalho⁴ empreendido pela grande massa de trabalhadores de baixa renda, produzida em termo de valor de uso (VILLAÇA, 1986).

Compreendendo a maioria das edificações das grandes cidades, o processo de autoconstrução⁵ vai passar a ocorrer de maneira intensa nas periferias a partir dos anos de 1950, consolidando-se como a forma predominante de moradia das classes trabalhadoras de baixa renda – os grupos subalternos⁶ – nos principais centros urbanos do país. Erguidas quase sempre de maneira informal, as casas construídas com ajuda mútua absorverão a maior parte do “tempo livre” dos trabalhadores, constituindo-se numa condição de superexploração da força de trabalho. Ao se estabelecer enquanto principal forma de sobrevivência das classes subalternas nas cidades, o processo de autoconstrução de moradias nas favelas e assentamentos informais passa a ser compreendido como produto da conjugação dos processos de expropriação dos pequenos produtores rurais, junto à condição de superexploração da força de trabalho nas

⁴ Identificada como sobretrabalho, a condição de superexploração consistirá no tempo de trabalho para autoconstruir que não é contabilizado monetariamente, ou seja, que acaba não entrando no cômputo do salário, mas compreenderá o tempo de trabalho necessário para a garantia do abrigo, que além de consumir o tempo de descanso vai contribuir para o desgaste do trabalhador.

⁵ Conforme aponta Rodrigues (1989), a produção de casas pelo processo de autoconstrução será numericamente mais expressiva, chegando a contabilizar cerca de 70% das edificações nas grandes cidades. Vinculado parcialmente ao circuito imobiliário urbano, já que é o próprio morador que edificará sua casa, será no processo de autoconstrução que a grande parte das populações trabalhadoras urbanas irá resolver seu problema de moradia nas grandes cidades brasileiras.

⁶ Categoria gramsciana, os subalternos compreendem segmentos de população desagregada social e politicamente a quem Gramsci julga “às margens da história”. Trataremos melhor dessa e de outras conceituações acerca da posição de classe, quando analisarmos a composição social das ocupações urbanas.

grandes cidades. Apresentando-se como resultado direto do preço da terra urbana e das edificações, os espaços informais de moradia irão exprimir a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo de uma parcela cada vez mais significativa das classes subalternas presentes no contexto urbano (RODRIGUES, 1989).

No que se refere ao agravamento da crise de moradias e das condições de reprodução das classes trabalhadoras nas cidades, o Estado brasileiro fez pouca coisa a fim de intervir de forma consistente no déficit de residências. As políticas públicas na área da habitação social se apresentaram muito mais como um paliativo do que, de fato, uma solução viável ao problema, uma vez que o Estado procurou tão somente compatibilizar as necessidades da população com os interesses da classe dominante, principalmente os ligados ao setor imobiliário. Assim, “como a compatibilidade de interesses é contraditória, os interesses a serem preservados serão os do capital, deixando ao trabalho um legado de exploração e miséria” (RIBEIRO; PECHMAN, 1985, P.68).

Com a implantação das agendas e pautas neoliberais, no final do século passado, a imposição capitalista de subordinação da economia e da política urbana à valorização do capital assumirá novos patamares, agravando ainda mais as condições de vida e de moradia das classes subalternas nas grandes cidades. Formulada em Wall Street e na City de Londres, e implantada inicialmente por políticos neoliberais norte-americanos e ingleses no final dos anos 1970 e início dos 1980, a mudança no sentido e no papel econômico da moradia vai ganhar impulso com a queda do Muro de Berlim e a subsequente hegemonia do livre mercado. Conforme aponta Raquel Rolnik (2015), trata-se de uma mudança no paradigma da política habitacional em quase todos os Estados-nação do planeta, constituindo-se fundamentalmente na desconstrução da habitação enquanto um bem social e de sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro. Adotado por governos ou imposto como condição para a concessão de empréstimos internacionais por instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o novo paradigma irá se basear na implementação de políticas visando a criação de mercados financeiros de habitação mais fortes e maiores, abarcando consumidores de média e baixas rendas, que até então encontravam-se excluídos do mercado habitacional formal (ROLNIK, 2015).

A mercantilização da moradia, enquanto ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, acabou afetando consideravelmente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo. Segundo explica a urbanista, a crença de que os mercados poderiam regular a alocação da moradia, combinada com o desenvolvimento de produtos financeiros experimentais, levou ao abandono de políticas públicas em que a habitação era concebida como um bem social, um

direito constitucional. “Na nova economia política centrada na habitação como um meio de acesso à riqueza, a casa transforma-se de bem de uso em capital fixo – cujo valor é a expectativa de gerar mais-valor no futuro, o que depende do ritmo do aumento do preço dos imóveis no mercado” (ROLNIK, 2015, P.32-33).

Segundo Maricato (2015), uma simbiose entre governos, parlamentos e capitais de incorporação, de financiamento e de construção, promoveu um *boom* imobiliário que tomou as cidades de assalto. A autora explica que se nos EUA o mote da bolha imobiliária se deu no contexto especial da especulação financeira, no Brasil, o core do *boom* aliou ganhos financeiros à histórica especulação fundiária de cunho patrimonialista, a qual se manteve agora no contexto da financeirização. “O ‘nó da terra’ continua como trava, revisitada na globalização, para a superação do que podemos chamar de subdesenvolvimento urbano” (MARICATO, 2015, P.39).

De modo geral, o que a análise histórica nos revela é que a questão habitacional das classes subalternas não tem sido resolvida no Brasil, seja pelo processo histórico de concentração da posse e da renda da terra, ou pelo predomínio da lógica de mercado em detrimento da função social da cidade e da propriedade. Trata-se, como já nos alertava Engels, de uma questão de ordem estrutural onde a escassez de moradia não é exceção e sim uma regra; uma vez que não é capaz de oferecer alternativa aos trabalhadores, principalmente aos de baixa renda, de arcarem com os altos custos de aquisição ou, até mesmo, da locação de uma moradia digna. Trata-se, contudo, de “uma instituição necessária, que só pode ser eliminada quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base” (ENGELS, 2015, P.71).

O uso do solo e a valorização do espaço urbano

O uso da cidade remete à análise das relações sociais de produção, neste caso, com os mecanismos de mercado determinando o acesso à propriedade pela taxaço do preço da terra. De acordo com Carlos (2009), enquanto uso do solo para processo de reprodução do capital, o espaço aparecerá como capital fixo, prevalecendo o seu valor de troca; para o uso enquanto reprodução da vida, o espaço será considerado meio de consumo coletivo, preponderando, nesse caso, o seu valor de uso. Temos assim a constituição de duas demandas, a do capital, com a cidade estabelecendo-se enquanto o *locus* da produção (distribuição, circulação e mais-valia); e a do trabalho, com a cidade sendo concebida enquanto o meio de consumo coletivo (bens e

serviços), ou seja, enquanto o *locus* da habitação e todos os serviços e equipamentos necessários à reprodução das classes subalternas nas cidades.

A rigor, ambas as demandas obedecerão a uma ordem não apenas próxima, ou seja, circunscrita à particularidade do lugar, como também a uma distante, articulando, a partir de uma determinada localização, o lugar à cidade e este à região, numa concepção de totalidade e, nesse sentido, de espaço urbano global. Assim, o solo urbano passa a ser percebido em função das articulações que estabelece junto à totalidade do espaço, “e seu processo de apropriação (através da terra-matéria) marcará o fato de que o que realmente está sendo apropriado é o trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico: apropriar-se de um lugar construído na cidade” (CARLOS, 2009, P.53).

Compartilhando da mesma perspectiva, Singer (1980) observará que a demanda de solo urbano para fins de habitação irá considerar as vantagens locacionais (oriundas do trabalho geral da sociedade), determinadas principalmente pelas condições de acesso aos serviços urbanos essenciais, tais como transporte, serviços de água e esgoto, escolas, comércio, etc. Segundo o autor, o acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações na medida em que forem mais escassos os serviços em relação à demanda. Dependendo quase sempre do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço ficará refém das oscilações violentas e especulativas do mercado imobiliário. Dessa forma, “a ‘valorização’ da gleba é antecipada em função de mudanças na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso o especulador se dispõe a esperar certo período, que pode ser bastante longo, até que as condições propícias se tenham realizado (SINGER, 1980, P.79).

Conforme observa Carlos (2009), o processo de formação do preço da terra levará em conta desde fenômenos cíclicos da conjuntura nacional - incluindo a forma de manifestação de processos econômicos mundiais - até aspectos políticos e sociais específicos de determinado lugar. Assim, “o valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, e na inter-relação entre o todo e a parte ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço (o preço de cada terreno da cidade é determinado pela sua localização na cidade)” (CARLOS, 2009, P.54).

Em síntese, podemos dizer que, como partimos do pressuposto de que a cidade é uma construção humana (social e histórica) e não um bem ofertado ao homem, o solo urbano tem uma natureza diversa da terra rural onde aparece como meio de produção. O solo urbano tem valor enquanto produto do trabalho humano; ao contrário da terra rural que gerará uma renda. *Esse valor do solo urbano é produto da articulação da*

localização do “terreno urbano” na totalidade da cidade (CARLOS, 2009, P.55. Grifos nossos).

Como resume Singer (1980), “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres”, uma vez que a propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária acabe se constituindo como pré-requisito fundamental para a ocupação do espaço urbano. Diz o autor que, como a economia capitalista não é capaz de assegurar um mínimo de renda a todos, mantendo inclusive uma parcela da força de trabalho em reserva, uma grande parte da população vai acabar não possuindo meios de pagar por uma parcela do solo urbano, restando, nesse caso, ocupar lugares onde os direitos da propriedade não vigoram, processo que vai dar origem às favelas, ocupações irregulares, etc. Assim, “quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo” (SINGER, 1980, P.88).

Localização, especulação imobiliária e segregação urbana

As cidades, sobretudo as grandes, ocupam vastas superfícies de vazios. Nas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, Santos (2009) observa a existência de uma interdependência a qual chama de categorias espaciais relevantes desta época, a saber, “tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transportes, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia” (SANTOS, 2009, P.106).

As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. [...] Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobre os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso (MILTON SANTOS, 2009, P.106).

De acordo com o geógrafo, a especulação imobiliária deriva da conjugação de dois movimentos convergentes: “a superposição de um *sítio social* ao *sítio natural*; e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização”. (SANTOS, 2009, p.107). Segundo o autor, uma vez criado esses sítios sociais através da transformação seletiva dos lugares, criam-se as condições de diferenciações espaciais ao tornar certos pontos mais acessíveis e, por esse motivo, mais valorizados que outros. Por isso, “são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época” (SANTOS, 2009, P.107).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, ao analisar o processo da terra como capital ou enquanto terra-localização, Carlos (2009) observa que o local de uma atividade só poderá ser entendido no contexto do espaço urbano tomado como um todo. Assim, os fatores que determinarão a formação do preço do solo vão estar ligados diretamente a sua inserção no espaço urbano global, tendo como referencial maior a localização do terreno, o acesso aos lugares privilegiados de equipamentos urbanos como hospitais, escolas, áreas de lazer e serviços, etc., e de infraestrutura, a exemplo das vias de circulação e transporte, saneamento, água e eletricidade.

A rigor, se há localizações privilegiadas na cidade, certamente haverá uma disputa acirrada pela ocupação destes lugares. Como aponta Villaça, nessa disputa as classes sociais não se apropriam de uma mais valia como ocorre no local de trabalho, mas do próprio valor cristalizado em terrenos. Através da propriedade desse valor, elas capturam parte do valor do trabalho social dispensado na produção da cidade como um todo, o qual se encontra materializado na valorização do terreno. Assim, “quanto mais centrais as localizações, maior seu valor de uso, ou seja, melhores condições tem elas de se relacionar com o restante da cidade” (VILLAÇA, 1999, P.223).

A localização pura é um valor (é fruto do trabalho humano) que se materializa no valor da terra urbana. Em nossas cidades ela predomina sobre a infraestrutura na definição do valor da terra. As localizações puras constituem o valor específico do espaço urbano. [...] A localização é um valor de uso, fruto do trabalho socialmente necessário empregado na produção da cidade inteira. Define-se pela capacidade que determinado ponto do território oferece, de relacionar-se, através de deslocamentos espaciais, com todos os demais pontos da cidade (VILLAÇA, 1999, P223).

No que diz respeito às diferenças de preço relativas à localização, sejam em áreas beneficiadas ou não com os equipamentos de consumo coletivos, Rodrigues (1989) chama a

atenção para a relação direta com a produção social da cidade, ou seja, ao investimento realizado na área onde se localiza a terra e não necessariamente na própria terra. Segundo a autora, a apropriação dessas condições gerais de existência na cidade será feita individualmente pelos proprietários de terras. Desse modo, “obtem-se para as áreas bem localizadas um lucro extra na venda da casa/terreno, além de usufruir de uma cidade bem equipada. Cidade produzida socialmente e renda apropriada individualmente” (RODRIGUES, 1989, P.20).

No entanto, para que ocorra a apropriação diferenciada do valor de uso das localizações centrais, um processo fundamental se impõe: a segregação espacial⁷. Trata-se, como verifica Villaça (2001), de um processo que há mais de um século vem ocorrendo nas metrópoles brasileiras, sobretudo nas cidades oceânicas, onde a difusão da cultura do hábito do banho de mar, aliada aos atrativos naturais e turísticos, proporcionaram uma supervalorização do solo urbano.

Atrelada aos processos de valorização e especulação imobiliária do solo urbano, a segregação espacial pode ser compreendida como sendo o fenômeno que estabelece uma “alta concentração de camadas sociais em determinada parcela do espaço urbano. Isso significa que em nenhuma outra parte da cidade essa concentração é maior. Não significa que nessa parte haja predominância e muito menos exclusividade dessas camadas” (VILLAÇA, 1999, P.225).

Como mostra Villaça (2001), a segregação espacial das classes sociais é um processo necessário para o exercício da dominação. Para o autor, além de essencial, esse processo acaba por se apresentar como uma importante ferramenta utilizada pelas classes dominantes como forma de potencializar os poderes econômicos e políticos dos quais ela se utiliza na disputa territorial. Em última instância, a segregação é um processo imprescindível para a manutenção do controle e dominação do espaço urbano.

O que cabe registrar nessas considerações é o caráter de luta da segregação. Trata-se, entretanto, de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente, vitoriosos e derrotados. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo

⁷ Cabe considerar a especificidade da segregação espacial brasileira, essa que será definida a partir das relações autoritárias e oligárquicas herdadas da era escravocrata e senhorial, e que, passando por uma transição capitalista assumirá, através dos processos de industrialização e urbanização, uma conformação socioespacial fortemente amparada por uma dominação de classes, sobretudo, de caráter étnico-racial. Nessas condições, o território nacional irá se constituir - valendo-se aqui da expressão cunhada por Florestan Fernandes – sob a *lógica autocrática burguesa*, de origem branca, que em comunhão com as ações do Estado, produzirá um espaço urbano totalmente desigual e segregado, submetendo, além da população negra antes escravizada, os camponeses expropriados e parte dos povos originários a uma condição de marginalização e exclusão econômica, política, cultural e espacial.

mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor (VILLAÇA, 2001, p. 148).

Na relação dialética existente entre o todo e a parte, ocorre o processo de valorização real ou potencial da cada parcela do espaço, com o preço de cada terreno sendo determinado pelo lugar em que se encontra inserido na totalidade da cidade. Assim, o fator terra-localização assume um lugar central para o entendimento da dinâmica conflituosa envolvendo a disputa territorial, esse que, aliado aos processos de especulação e de segregação espacial determinarão quem pode ou não ter o direito de viver dignamente na cidade. Portanto, devido a monopolização do acesso, tanto a terra quanto a moradia tornaram-se mercadorias caras, escassas e inacessíveis a uma parcela cada vez maior das classes subalternas nas cidades.

Diante de tal contexto, o conflito de classes vai se apresentar como elemento central na disputa pelas vantagens e desvantagens do espaço urbano construído. Conforme argumenta Harvey, é possível verificar cada vez mais a intensificação da disputa entre grupos sociais distintos, uma vez que “as chamadas cidades ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes parcelas de trabalhadores de baixa renda que, por sua vez, se fundem aos marginalizados e desempregados” (Harvey, 2013, p.29). Para o autor, há um descontentamento generalizado que tem origem na organização do espaço urbano, a partir das condições em que se desenvolveram as cidades. O replanejamento do espaço nas metrópoles acabou ocorrendo em razão dos interesses primordiais do capital, não do trabalho. Isso fez com que os lugares de descontentamento e lutas fossem deslocados das fábricas para o espaço urbano. Por isso, a cidade neoliberal se transformou num campo privilegiado para a luta de classes.

Vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. [...] A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. O poder de classes foi restaurado às elites ricas. Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-se cidades “de fragmentos fortificados”, A maioria dos relatos aponta para um desenvolvimento geológico desigual ao longo dos últimos trinta anos de reestruturação neoliberal, tanto internamente quanto entre as cidades (HARVEY, 2013, p. 29).

Em Florianópolis essa condição não será diferente. O seu processo de formação e de estruturação, ao mesmo tempo em que vai conservar elementos estruturais próprios da formação social e do modo de urbanização brasileiro, vai também apresentar especificidades da forma de colonização e de povoamento do Estado de Santa Catarina, particularmente do litoral catarinense. Articulados entre si, esses fatores irão contribuir para o processo histórico de

mercantilização e apropriação da terra pelas classes dominantes, inviabilizando o acesso de grande parcela das classes subalternas ao solo e, também, à moradia.

O crescimento populacional das últimas décadas, aliado à falta de uma política habitacional comprometida com as parcelas mais empobrecidas, vai refletir numa precarização ainda maior das condições de moradia. Esse fato, além de contribuir para um aumento e expansão das áreas de pobreza, ajudou a ampliar ainda mais o processo de exclusão social e de segregação espacial na área conurbada. Será, portanto, a partir dessa conjuntura que irão surgir as ocupações urbanas e, com elas, uma intensificação da disputa pelo solo urbano no município.

Será, portanto, a partir das implicações apresentadas por uma conjuntura conflituosa, que o presente trabalho propõe analisar o processo de emergência e de constituição das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo, buscando precisar os efeitos socioespaciais produzidos pela disputa territorial em curso no município de Florianópolis. Partindo da apreensão dos determinantes gerais, a investigação vai propor demonstrar como a dinâmica conflituosa estabelecida em torno do solo urbano irá influir no processo de produção do espaço e na manutenção das relações de segregação e dominação de classe.

Como veremos no primeiro capítulo deste trabalho, as especificidades do processo de formação e de estruturação do município de Florianópolis, ao mesmo tempo em que conservarão elementos próprios do processo de urbanização dependente, apresentarão características particulares que irão repercutir nas formas de uso e ocupação do solo, na distribuição espacial das classes sociais, bem como no desenvolvimento dos conflitos e disputas socioespaciais locais. Propondo destacar os elementos centrais do processo histórico de mercantilização da terra e da moradia, essa primeira parte do trabalho vai procurar demonstrar como a apropriação de glebas públicas e de uso comum irá garantir a exclusividade da posse e da renda da terra às classes dominantes. Intensificada no contexto neoliberal de financeirização, essa condição vai acabar contribuindo sobremaneira para o agravamento da precariedade habitacional e para o acirramento do conflito territorial a partir do surgimento e expansão de novas áreas de pobreza na região conurbada.

No segundo capítulo, analisa-se o contexto de emergência das primeiras ocupações urbanas buscando identificar os processos sociopolíticos estruturais/conjunturais e os aspectos mais elementares de constituição e significação histórica da luta por moradia na região. A partir do caso das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo, a pesquisa vai buscar apreender o contexto de surgimento, composição social, localização e situação jurídica das áreas ocupadas, procurando verificar como as implicações envolvendo a terra-localização e a valorização espacial vão repercutir nas ações do Poder Público municipal e na cobertura do conflito pela

imprensa tradicional local. Esse percurso analítico, além de possibilitar a superação da aparência imediata dos processos sociais, vai se apresentar como uma condição fundamental para a devida apreensão das particularidades do conflito territorial e, principalmente, para a extração dos determinantes gerais do objeto analisado.

Como forma de responder ao objetivo geral de pesquisa, o terceiro e último capítulo propõe apresentar, compreender e expor os principais elementos da disputa territorial envolvendo as duas ocupações urbanas da Capital. Através de uma proposta teórica crítica do espaço urbano, busca-se analisar os efeitos socioespaciais da disputa pelo solo urbano a partir da articulação e interdependência dos determinantes de âmbito econômico, político, ideológico e espacial, propondo avaliar, por fim, os resultados produzidos e o papel assumido tanto pelas ocupações urbanas analisadas, quanto também pelo Poder Público e a imprensa local, no que se refere ao conflito envolvendo a terra urbanizada em Florianópolis.

Nas considerações finais, retoma-se as questões centrais levantadas ao longo do trabalho, propondo uma avaliação geral dos resultados apresentados pela pesquisa. Nessa avaliação, além da validação teórica e conceitual, procurou-se ressaltar os elementos mais significativos dos processos analisados a fim de possibilitar um entendimento geral acerca do ponto de partida e de chegada da pesquisa, ou seja, das questões envolvendo os objetivos gerais e as conclusões obtidas pelo trabalho.

Buscando se apropriar das mais diversas e variadas fontes de dados e informações acerca do processo de emergência das ocupações urbanas, a metodologia empregada contou com oito entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores e membros do grupo de apoio das ocupações e, também, com questionário aplicado a uma parcela representativa dos moradores e moradoras visando à coleta de dados sobre a situação socioeconômica atual. Constituindo-se numa importante fonte de informação, os inúmeros relatos possibilitaram dar voz aos sujeitos diretamente envolvidos na disputa territorial - na maioria das vezes silenciado e criminalizado pelo discurso dominante -, se tornando também um material imprescindível de investigação e análise sobre os determinantes mais gerais do conflito territorial em curso.

Além das entrevistas e do questionário, a pesquisa ao mesmo tempo em que produziu, também se utilizou de diversas tabelas, mapas, gráficos, documentos, material jornalístico e imagens fotográficas. Possibilitando uma maior contextualização dos fatos e acontecimentos, esse conjunto rico e diversificado de dados contribuiu para a elaboração de um detalhado inventário dos processos sociais analisados, servindo como um importante recurso para se alcançar a estrutura mais íntima e dinâmica do objeto investigado. Ressalta-se ainda que, os fatos referentes aos processos investigados envolvem pesquisas anteriores desenvolvidas pelo

autor, além de importantes observações realizadas por meio do engajamento pessoal e participação junto aos trabalhos produzidos pelo Grupo de Apoio das Ocupações Urbanas da Grande Florianópolis.

No plano teórico-metodológico, a pesquisa procurou pautar-se por uma abordagem crítica do espaço urbano e da problemática habitacional. Seguindo no rastro dos estudos socioespaciais marxistas, adotamos como elementos centrais de análise a categoria de espaço de Milton Santos e, também, as teses sobre segregação espacial desenvolvidas por Flávio Villaça e Maria Inês Sugai. Constituindo-se como importantes instrumentos de explicação, a análise marxista do espaço, ao inserir as lutas de classes vai possibilitar uma ampliação da problemática espacial do capitalismo. Isso ocorre, precisamente, porque “através das disputas e conflitos socioespaciais, as classes sociais tornam-se concretas, com ações que objetivam a reprodução específica de seus interesses” (SUGAI, 2015, p.42).

Através da proposição de uma concepção dialética da luta por moradia, toma-se o empírico como ponto de partida, propondo realizar um minucioso inventário da aparência do fenômeno para, numa perspectiva de totalidade, se poder chegar a uma análise mais aproximada do movimento real do objeto pesquisado. Pretendendo recuperar a dimensão histórico-social da luta por moradia iniciada há mais de três décadas na região, analisa-se o caso das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo buscando identificar, sobretudo, elementos que possibilitem uma reflexão crítica acerca dos determinantes mais gerais do conflito territorial, bem como dos limites e desafios colocados às lutas populares em prol de uma maior democratização do espaço no município de Florianópolis.

Tratando-se de uma dissertação inaugural sobre o tema, os próprios limites da proposta e do formato se impõem, assim como a impossibilidade de um maior desenvolvimento sobre importantes e variadas questões que incluem, desde um aprofundamento das problemáticas fundiária e habitacional, até uma caracterização mais rigorosa e sistemática das especificidades envolvendo a conjuntura local e o processo de emergência das ocupações urbanas. Para além dos limites apontados, considera-se também outros fatores importantes, como o processo gradual de construção e acúmulo da práxis investigativa, bem como dos conhecimentos teóricos e práticos a serem adquiridos e aprimorados pelo pesquisador acerca do objeto em curso.

Por fim, mais do que apresentar afirmações e conclusões efetivas, o presente trabalho propõe novas possibilidades de abordagem, reflexão e questionamento sobre o processo histórico das disputas socioespaciais no município de Florianópolis. Valendo-se da perspectiva sugerida pelo grande geógrafo brasileiro Milton Santos, ao considerarmos as condições atuais do mundo, sobretudo as do Brasil, notaremos o papel cada vez mais determinante do espaço na

escravidão ou na liberação do ser humano. Essa condição impõe a necessidade de nos prepararmos para uma ação antissistêmica, que, nas condições atuais exige coragem, tanto no estudo como na ação, a fim de tentar fornecer as bases para a reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do ser humano, o espaço de toda gente e não mais o espaço a serviço do capital e do lucro.

Ao ressaltar a imprescindibilidade do papel da ciência, Milton Santos afirma que cabe à geografia e demais disciplinas relacionadas aos estudos socioespaciais, investigar e expor como o uso democrático do espaço pode ser um veículo para a restauração da dignidade humana. Em suas palavras, propõe que:

Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens e mulheres por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria trabalhado pelo ser humano, mas não para se voltar contra ele; um espaço, natureza social aberta à contemplação de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o ser humano artificializado (SANTOS, 2012, p.267).

É, precisamente, com o espírito antissistêmico defendido por Milton Santos, reconhecendo o espaço como possibilidade de transformação e emancipação humana, que este trabalho propõe analisar a emergência das ocupações urbanas e os efeitos socioespaciais da disputa pela terra no município de Florianópolis.

1. QUESTÃO FUNDIÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DA PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Como mencionado anteriormente, o intenso processo de urbanização sofrido a partir da segunda metade do século XX, acabou por produzir grandes transformações do ponto de vista econômico, social e espacial no Brasil. Essas mudanças, ao conservarem vários aspectos de uma sociedade de origem colonial escravocrata

e oligárquica, irão fornecer as bases do modelo de modernização conservadora imposto à sociedade brasileira, contribuindo para o desenvolvimento de uma urbanização de caráter dependente e desigual, marcada por uma íntima associação entre pobreza, desigualdade e exclusão social.

No concernente as singularidades do processo de formação e estruturação do município de Florianópolis, as formas de uso e ocupação da terra ao mesmo tempo em que conservarão elementos estruturais próprios da formação social brasileira, irão apresentar determinantes econômicos, espaciais e culturais ligados às formas específicas de colonização e de povoamento do litoral catarinense. Essa articulação influirá nas condições gerais de ocupação do espaço, determinando o modo de acesso à terra e, conseqüentemente, a condição habitacional da população no município.

É partindo de tal perspectiva que pretendemos apreender, neste primeiro capítulo, os aspectos históricos mais relevantes das formas de uso e ocupação, bem como dos processos de expropriação e de mercantilização da terra urbana. Essa apreensão é entendida como uma questão central, uma vez considerado que é a partir da verificação do processo de transição da propriedade da terra (centro da luta por moradia) é que, de fato, haverá possibilidades de uma análise de caráter estrutural/conjuntural sobre a problemática habitacional e, por conseguinte, do conflito territorial envolvendo as ocupações urbanas de Florianópolis.

1.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E A CONSTITUIÇÃO DA ÁREA CONURBADA

O município de Florianópolis abrange tanto a Ilha de Santa Catarina, com 424,4 km² (97,22% do total), quanto também uma pequena porção continental de 12,1 km². O fato de possuir uma certa variedade de tipos de solos e de relevos, favoreceu o desenvolvimento de um ambiente diversificado composto por restingas, costões, lagoas, dunas e manguezais. Em

função do seu relevo e das unidades de conservação, 13.873,76 hectares da Ilha – cerca de 42% de seu território - constitui Área de Preservação Permanente (APP), encontrando-se preservados e protegidos por decretos-lei e pelo código florestal (CECCA, 1997).

Seu processo de colonização e povoamento está intimamente relacionado à posição geográfica. Designada por Portugal e Espanha como ponto de apoio a movimentação da frota de navios com destino ao Estuário da Prata, por sua condição estratégica, a Ilha tornou-se motivo de grande disputa entre as duas coroas. Embora estivesse incluída na rota de navegação desde o século XVI, o território começa a ser ocupado pelos portugueses somente no século XVII, a partir da fundação do povoado de Nossa Senhora do Desterro, em 1675. Já na condição de sede da Capitania de Santa Catarina, a Coroa Portuguesa, buscando consolidar o domínio efetivo sobre o território, vai realizar entre 1748 e 1756 um dos maiores empreendimentos migratórios da época, trazendo milhares de famílias açorianas e madeirenses a fim de povoar a região. Agrupados inicialmente em pequenos povoados, os colonos açorianos formaram as chamadas freguesias, localizadas na Ilha e no Continente, essas que posteriormente viriam a ser incorporadas pelas administrações modernas passando a constituir os atuais distritos⁸ (CECCA, 1997).

As atividades econômicas desenvolvidas nos primeiros séculos foram de ordem agrícola e pesqueira, destacando-se também, no caso de Desterro, as atividades administrativas e portuárias. Como informa Sugai, o transporte marítimo assumiu significativa importância nesse período, uma vez que garantiu o comércio realizado entre Desterro e os outros núcleos urbanos da região, bem como com os demais portos do país. Por esse motivo “o transporte marítimo, além de repercutir na economia local, também foi decisivo no processo de ocupação da Ilha, na formação das freguesias e dos distritos e na organização espacial do município” (SUGAI, 2015, P.54).

Ao ser elevada à categoria de cidade em 1823, Desterro passa a ter o seu perímetro urbano definido. A partir desse momento, a administração da cidade vai sofrer uma mudança gradual, passando das mãos dos altos comando militares para as dos comerciantes locais, classe mais abastada da época. Com o fortalecimento cada vez maior de uma burguesia comercial, Desterro vai aos poucos passando a adquirir novas configurações espaciais, produzindo

⁸ “O município de Florianópolis constitui-se atualmente de 12 distritos, originários dos antigos núcleos de povoação do século XVIII, a saber: a) Distrito Sede, que abrange a área urbana insular e a continental, área regulamentada pela Lei nº 001/97, de 29 set. 1997; b) Santo Antônio de Lisboa; c) Canasvieiras; d) Cachoeira do Bom Jesus; e) Ingleses do Rio Vermelho; f) São João do Rio Vermelho; g) Lagoa da Conceição; h) Ratonas; i) Ribeirão da Ilha; j) Pântano do Sul; k) Campeche; e l) Barra da Lagoa (SUGAI, 2015, P.51).

impactos gradativos na paisagem urbana da cidade. Contudo, será a partir das reformas urbanas e sociais ocorridas entre o final do século XIX e início do XX, que as intervenções de âmbito local serão intensificadas por meio da justificativa de “higienizar” e “modernizar” a cidade, levando os setores dominantes ligados à administração central a adotarem uma série de medidas visando um maior controle social e espacial da população. Inicia-se, já nesse período, o processo de segregação dos segmentos mais pobres, com sua progressiva expulsão do perímetro urbano. “No entanto, a partir da década de 30, o município passa a sofrer influências de políticas estaduais e federais, cujos impactos provocaram alterações significativas na vida da população local, expandindo o desenho urbano (e seus problemas) e definindo um novo perfil populacional” (CECCA, 1997, P.102).

As relações econômicas e espaciais entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, muito limitadas até as primeiras décadas do século XX, começarão a se fortalecer em 1926, a partir da construção da ponte Hercílio Luz. Vinculada diretamente aos interesses de setores fundiários/imobiliários pelas terras do continente, a construção da ponte irá ajudar a expandir as relações comerciais e imobiliárias, processo que vai culminar na anexação da área continental (hoje o bairro Estreito) por parte de Florianópolis⁹.

Desde então, as mudanças intraurbanas decorrentes da ligação física ilha-continente começam a proporcionar alterações cada vez mais visíveis na estrutura e na mobilidade residencial da Ilha. O período posterior à inauguração da ponte e às reformas urbanas de caráter sanitaria nas décadas de 1930 e 1940, irá delimitar o momento de transição urbana e de adequação modernizadora, marcado pela elaboração de um plano urbano prevendo a implementação do sistema viário em sua totalidade. “[...] Essa transição caracterizou-se pela mobilidade residencial, pela expansão imobiliária e pelo início de periferação das camadas populares e, também, pela ampliação do aparelho governamental e do funcionalismo público em Florianópolis” (SUGAI, 2015, p.69).

A estruturação espacial, ocorrida inicialmente em função do transporte marítimo e das disposições dos núcleos de povoação da Ilha e do litoral continental, estabelecidos sempre próximos às orlas marítimas, vai começar a apresentar mudanças através da substituição do transporte marítimo pelo rodoviário, impactando nas relações econômicas, socioespaciais, e de deslocamentos estabelecidas entre os núcleos urbanos dos quatro municípios. Em função de

⁹ “A anexação do Distrito do Estreito à Florianópolis envolvia grandes interesses políticos e econômicos representados pelos setores fundiários, imobiliários e, também, madeireiros e exportadores. Isso facilitou, nas décadas seguintes, o processo de ocupação na área continental de um grande contingente populacional de menor renda que vinha se deslocando de outros municípios e também da Ilha” (SUGAI, 2015, P.72).

uma maior acessibilidade, propiciada em grande medida pela criação das primeiras linhas de ônibus na década de 1930, inicia-se um movimento de integração do espaço intraurbano ilha-continente, contribuindo “para que se definissem alterações na dinâmica urbana e imobiliária, na mobilidade espacial da população, na gradativa integração e na posterior fusão espacial” (SUGAI, 2015, P.84).

Em consonância com as propostas de uso e de ocupação elaboradas pelo primeiro Plano Diretor¹⁰ de 1955, os investimentos públicos e a dinâmica imobiliária serão potencializados pela ampliação dos interesses das elites pelos balneários localizados ao norte da Ilha. De acordo com Sugai (2015), tal condição irá fazer com que o Estado oriente políticas públicas visando uma maior valorização dessa região da cidade. Dentre os investimentos viários mais importantes da época, destaca-se a construção da Avenida Beira-Mar Norte que, além de garantir a acessibilidade e a conseqüente valorização da área norte da parte insular, vai se apresentar como a grande intervenção viária definidora da modernidade no município, servindo de estímulo para o desenvolvimento e a expansão das áreas residenciais dos grupos econômicos dominantes.

Com as áreas de interesse imobiliário e de concentração residencial das elites mantendo-se de forma predominante na Ilha, sobretudo no sentido norte-nordeste-leste da área central, a região continental vai aos poucos se tornando polo de atração e de ocupação das populações de mais baixa renda. Desenvolvendo-se em direção aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, essa expansão ao mesmo tempo em que passa a indicar o sentido da periferização das populações pobres, também marca o início do processo de conurbação desses municípios com a Capital. (SUGAI, 2015).

O crescimento do setor público nos anos de 1960 e 1970, a partir da implantação da Universidade Federal de Santa Catarina¹¹, da Eletrosul e de várias outras instituições públicas¹²

¹⁰ “Em seu aspecto global, o Plano Urbano (Lei nº 246/66) criou mecanismos que solidificavam processos que já vinham se delineando, em especial os de caráter segregativo. Demarcou a mais importante área residencial das camadas de alta renda naquele período [...] Dentre as proposições desse Plano Diretor priorizadas pelo capital imobiliário, destacam-se, em especial, a ocupação dos vazios urbanos centrais e as intervenções viárias, como a Avenida Beira-Mar Norte, que garantiriam a acessibilidade e valorizariam a área norte da península” (SUGAI, 2015, P.74).

¹¹ Considerado o maior investimento público do período, o campus da Universidade Federal de Santa Catarina, fundado em 1960 no bairro da Trindade, passou a definir a abertura de uma ampla frente de investimentos, impactando de modo considerável a economia e também a dinâmica imobiliária de Florianópolis e região.

¹² “A partir da década de 1970, iniciou-se uma sequência de construções de novas sedes de diversos edifícios públicos, em especial, do governo do Estado e da União. Esses novos edifícios foram localizados, em sua absoluta maioria, nos bairros situados na área de influência da Via de Contorno Norte, na Ilha, nos seguintes bairros: Agrônômica, Trindade, Itacorubi, Pantanal, Santa Mônica e Saco Grande. [...] Durante o processo de execução da Via de Contorno Norte, as administrações estadual e federal incrementaram a implantação de pelo menos mais vinte sedes de empresas estatais na região, que acabou concentrando, a partir da década de 1980, uma grande

estaduais e federais, vai gerar um aumento significativo da atividade econômica, passando a se constituir num polo de atração de força de trabalho de outras regiões de Santa Catarina e, também, de outros Estados. Esse processo vai gerar uma intensificação do fluxo migratório, tanto das camadas médias atrás das oportunidades de emprego no setor público, quanto também das populações migrantes pobres, que, expropriadas do campo, começam a se dirigir à Capital em busca de trabalho, passando a ocupar as encostas do Morro da Cruz, na parte insular, bem como áreas periféricas na região continental de Florianópolis e dos municípios vizinhos (CECCA, 1997).

O intenso processo de migração rural-urbano iniciado na década de 1960, o qual se estendeu até meados dos anos de 1980, irá culminar na acomodação espacial de grande contingente das classes subalternas nos municípios conurbados da área continental. De acordo com Sugai (2015), o processo de periferação e afastamento das populações empobrecidas, favorecida em grande medida pela inexistência de legislações que regulamentassem os loteamentos, contribuiu para que houvesse uma drástica redução nos impactos da migração e da pobreza ao mesmo tempo em que ajudou a concentrar os novos investimentos na Capital. Desse modo, o governo estadual, apoiado no Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis, iniciará a implementação de grandes investimentos viários¹³, concentrando de forma predominante os recursos estaduais e federais na parte insular de Florianópolis.

Portanto, foram nas áreas continentais que se concentraram os grandes contingentes de migrantes pobres, oriundos, principalmente, das regiões rurais do Estado de Santa Catarina. Isso não significou uma total segregação dos grupos subalternos da parte insular, uma vez que ocorrerá, paralelamente ao período de maior fluxo migratório rural-urbano, um processo de expansão também das áreas de pobreza na Ilha, a partir da ocupação das encostas dos morros localizados na área central do município, sobretudo do Maciço do Morro da Cruz, que desde o século XIX vem se constituindo como uma das maiores regiões de concentração da pobreza da Capital.

Em termos gerais, considera-se que o resultado do processo de conurbação na década de 1970 - marcado pela distribuição desigual dos investimentos públicos – foi determinado pelo

quantidade desses órgãos públicos. Estas ações do Estado, somadas aos demais investimentos públicos ali efetivados, determinaram também a ampliação do tráfego, o comércio de imóveis e a demanda de toda ordem de serviços na área” (SUGAI, 2015, P.125-126).

¹³ De acordo com Sugai (2015), entre as obras executadas ou iniciadas no período, deve-se citar: no Continente, a conclusão da rodovia BR-101, em 1971, fundamental à integração rodoviária regional e nacional; o aterro continental, executado para abrigar os acessos das novas pontes, as conexões viárias e a avenida à beira-mar ligando o bairro de Coqueiros ao do Estreito. Na Ilha, as rodovias SC-401- Norte; SC-402; SC-403; SC-401-Sul; SC-404; SC-406 e SC-405; a ponte Colombo Salles; o aterro da Baía Sul; a Via de Contorno Norte-Ilha.

acirramento das diferenças envolvendo o espaço intraurbano da Ilha e do Continente, a partir de uma maior concentração dos setores empobrecidos da classe trabalhadora nas áreas periféricas do continente, condição que vai instituir o processo de segregação espacial na área conurbada. Dessa forma, “delineava-se uma tendência e uma contradição: agora que a Ilha e o Continente estavam unidos através da ponte Hercílio Luz, e seus espaços intraurbanos integravam-se através da conurbação, contraditoriamente, a tendência à concentração espacial da pobreza e da riqueza começava a virtualmente separar a Ilha do Continente” (SUGAI, 2015, P.91).

Essa configuração vai acabar favorecendo a incidência de novos conflitos envolvendo a ocupação do solo, contribuindo cada vez mais para o acirramento da disputa pela terra urbanizada na região. A crescente valorização imobiliária, impulsionada sobretudo pela explosão do turismo na região, irá fortalecer os interesses imobiliários pelos balneários da Ilha, em especial, a partir da década de 1970. A partir de então, passa-se a ser definida a localização da área residencial predominante das classes dominantes locais, com investimentos viários sendo direcionados exclusivamente aos balneários do norte e leste da Ilha.

Nesse processo de estruturação, foram decisivas as ações do Estado no espaço intraurbano, assim como do setor imobiliário, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Paralelamente a esse processo, as análises da mobilidade e localização das classes sociais no espaço intraurbano passam a indicar uma intensificação do processo de periferização na área intraurbana continental e da ocupação dos morros do núcleo central da Ilha pelos setores mais pobres; a concentração das camadas de mais alta renda no espaço intraurbano; a criação de uma forte representação de prestígio na ocupação da ilha em detrimento do continente; e o processo de segregação espacial (SUGAI, 2015).

1.2 EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS DE INFORMALIDADE E A CONSOLIDAÇÃO DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

A Região Metropolitana de Florianópolis foi oficialmente instituída em 1998 e abrange atualmente 22 municípios. Polarizado pela Capital, o núcleo metropolitano apresenta um conjunto conurbado composto pelos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Marcado pelo enorme crescimento da população e dos movimentos migratórios, sobretudo a partir da década de 1970, o processo de conurbação vai contribuir significativamente para a expansão territorial das populações em geral, e das áreas de pobreza em particular. Contando atualmente com uma expressiva integração socioeconômica, consolidada pela continuidade do

tecido intraurbano e pelos intensos deslocamentos cotidianos e mobilidade residencial interna de seus moradores, as quatro cidades totalizaram no último Censo (2010) uma população de 826.584, sendo 51% habitantes do município de Florianópolis, 25% de São José, 17% de Palhoça e 7% de Biguaçu (IBGE, 2010).

Tabela 1 - Evolução das populações dos municípios da área conurbada de Florianópolis no período de 1970-2019

Décadas	1970	1980	1990	2000	2010	2019*
Florianópolis	138.337	187.880	255.390	342.315	421.203	500.973
São José	42.535	87.822	139.493	173.559	210.513	246.58
Palhoça	20.652	38.023	68.430	102.742	137.199	171.797
Biguaçu	15.337	21.441	34.063	48.077	58.238	68.481
Total	216.861	335.666	497.376	666.693	827.153	987.873

Fonte: IBGE (Censos Demográficos). *População estimada segundo o sistema Cidade@ do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Elaborado por Fernando Calheiros.

De acordo com tabela 1, é possível verificar o aumento progressivo das populações dos quatro municípios que compõem a área conurbada de Florianópolis. Conforme apontam os números, a partir da década de 1970 passa a ocorrer um grande incremento populacional na região, devido principalmente ao intenso fluxo migratório rural-urbano, atraindo trabalhadores rurais expropriados a procura de melhores condições de trabalho, renda e moradia. Intensificado ao longo das décadas de 1980 e 1990, esse aumento populacional vai produzir significativas mudanças no território conurbado a partir do processo de expansão das áreas periféricas, especialmente, nos municípios de Florianópolis e São José, onde se concentra atualmente cerca de 76% da população total da área conurbada.

Sobre o processo histórico de urbanização e de expansão das áreas de pobreza na região conurbada, o relatório produzido pelo grupo de estudos e pesquisa Infosolo (2006)¹⁴ vai indicar três grandes momentos de ocupação do solo urbano pela população pobre. O primeiro deles, ocorrido no final do século XIX após a abolição da escravatura, será marcado pelo início da ocupação da base e posteriormente das encostas do Maciço do Morro da Cruz, localizado na

¹⁴ Coordenadas pelos professores Lino Fernando de Bragança Peres e Maria Inês Sugai (ARQ/UFSC), a pesquisa de abrangência nacional, realizada no ano de 2005, buscou analisar o processo de inserção e estruturação do mercado informal do solo na área conurbada de Florianópolis.

área central do município de Florianópolis. O segundo momento vai ser determinado pelo intenso fluxo migratório rural-urbano das décadas de 1960 e 1970, período em que as populações camponesas expropriadas chegavam à Capital, passando a ocupar não só as encostas do Maciço da Cruz, na parte insular, mas também as periferias do continente no Morro da Caixa (próximo à cabeceira da ponte) e do bairro do Monte Cristo, na divisa com o município de São José.

Constituindo-se num grande momento de expansão das ocupações irregulares, a década de 1970 sinaliza o início do processo de periferização da área conurbada de Florianópolis. Impulsionado pela construção de grandes obras públicas, a exemplo da BR-101 (1970) e da nova ponte ilha-continente (1975), o movimento de expansão das áreas de pobreza irá contribuir para a consolidação do processo de conurbação na década de 1980, período que vai ser marcado pelo expressivo surgimento de novos assentamentos precários mais distantes das áreas centrais; pela remoção violenta de algumas ocupações irregulares pelo Poder Público local; além do processo de adensamento das favelas existentes e da consolidação do fenômeno da segregação socioespacial no contexto conurbado (INFOSOLO, 2006).

A década de 1990 vai definir o terceiro momento de expansão com formação de novos espaços de pobreza. Esse período vai apresentar, além do adensamento de áreas mais antigas de ocupação na parte insular e continental (a exemplo do Maciço do Morro da Cruz e do bairro Monte Cristo), também o aumento significativo do número de áreas de assentamentos precários nas periferias da Ilha e do continente. Nesse sentido, segundo os dados apresentados pelo relatório Infosolo, houve um crescimento significativo de população em Florianópolis durante o período 1996-2000, evidenciando não apenas a transferência de migrantes pobres em busca de melhores oportunidades, mas, também, a migração de populações de média e alta renda, que passam a ocupar diversas localidades e condomínios ao longo da Ilha.

De modo geral, durante praticamente toda a década de 1990, vai ser mantida a alta taxa de crescimento populacional nos municípios conurbados situados na área continental e que receberam a maior parte dos migrantes de menor renda. Mais do que reproduzir a essência da dinâmica de ocupação de décadas anteriores, o processo de periferização indicou “que houve crescimento de 45% do número de assentamentos irregulares em uma década, significando que as ocupações acompanharam o processo de crescimento¹⁵ da população de Florianópolis nos anos 90, de cerca de 3,33% ao ano” (INFOSOLO, 2006, p.24).

¹⁵ Como mostra o relatório Infosolo, “a comparação entre as taxas de crescimento da década de 1980 e a de 1990, evidencia que, ainda que tenham mantido um ritmo de crescimento alto e sempre acima da média nacional, ocorreu um pequeno declínio nas taxas de crescimento até então apresentadas nos quatro municípios. No entanto, constata-

Por fim, a pesquisa mostrou a existência de 171 favelas e assentamentos consolidados nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, ocupados por um total de 27.786 domicílios onde habitavam cerca de 111.144 pessoas, representando 15% da população da área conurbada de Florianópolis. Ao total, foram contabilizados 61 assentamentos em Florianópolis, 67 em São José, 26 em Palhoça e 16 em Biguaçu. Das 171 favelas da área conurbada, cerca de 65% dos domicílios localizavam-se na área continental, com 34,2% do total dos domicílios (9.527 domicílios) situados na Capital, na área central da parte insular, onde se localiza o Maciço do Morro da Cruz, região de maior concentração de favelas e assentamentos consolidados (21), abarcando cerca de 15,8% do total de famílias assentadas da área conurbada.

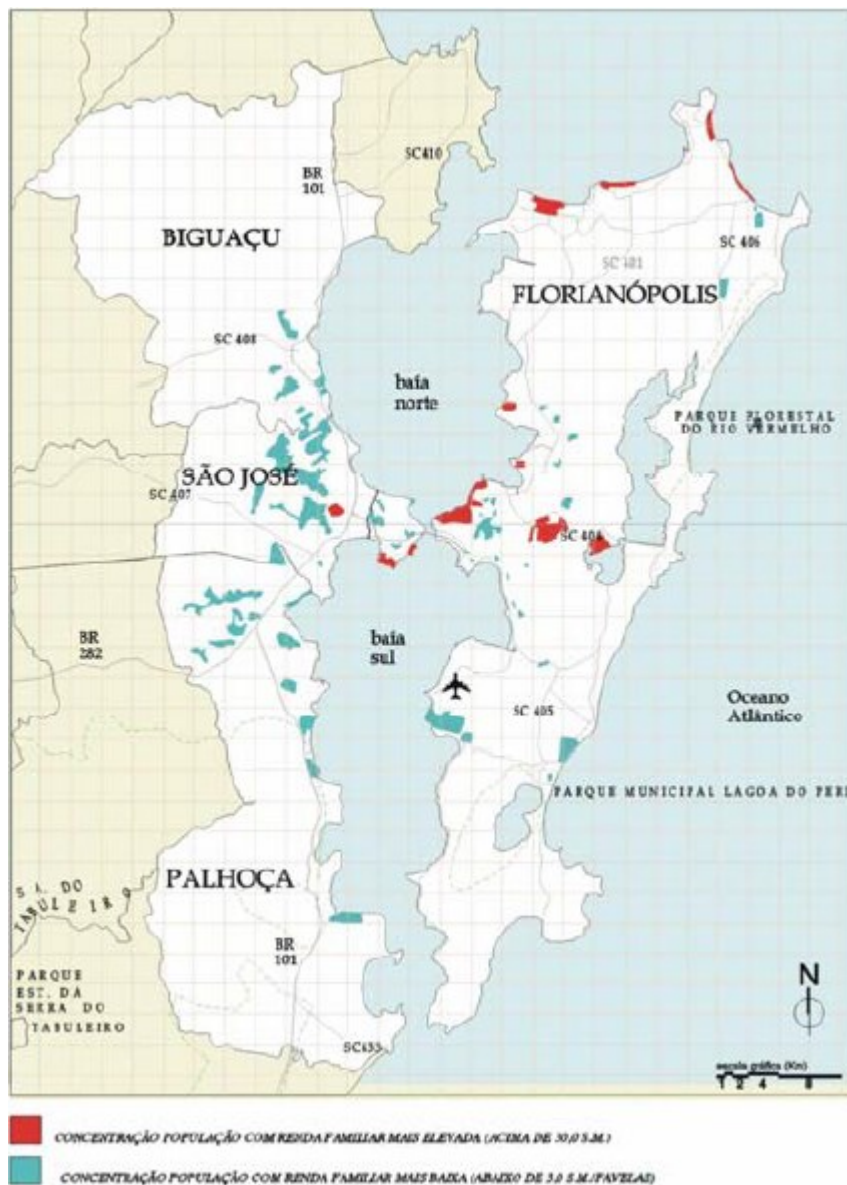
Como resultado geral, constatou-se a existência de uma lógica segregacionista que determinou todo o processo de conurbação e a distribuição das classes sociais no espaço intraurbano da região. Como mostra a tese de Sugai, durante todo o século passado e, principalmente, nos últimos trinta anos, a análise da localização demonstrou que a distribuição espacial não ocorreu de forma geograficamente equilibrada e uniforme, nem de maneira aleatória ou calcada por decisões técnicas. Nesse sentido, observou-se que os investimentos públicos ocorridos no período 1970-2000, foram fundamentais para a estruturação do eixo rodoviário privilegiado que garantiu a conexão entre: “as áreas residenciais das camadas de alta renda, os bairros previstos para sua expansão residencial e os balneários turísticos e de veraneio destinados às elites. Esse processo demonstrou o alto poder segregativo da classe dominante e o seu grau de controle sobre as ações do Estado” (SUGAI, 2015, p.182). Assim, a autora conclui que:

Deve-se dizer que, sob o ponto de vista da classe dominante, esta produziu uma estrutura segregada bem sucedida, pois, além de ter se apropriado de espaços privilegiados, ter consolidado os bairros segregados, ter produzido a acessibilidade e a facilidade de deslocamento entre esses bairros, ter mantido parcela significativa das camadas populares no território continental e, ainda, ter garantido os constantes e intensivos investimentos públicos no eixo privilegiado da ilha, conseguiu tornar hegemônico o seu projeto de cidade (SUGAI, 2015, p.187).

se que no município de Florianópolis houve uma inversão no processo de redução da taxa de crescimento anual que ocorria desde a década 50, aumentando o seu índice de crescimento, em especial a partir de meados da década de 90. No período entre a contagem populacional de 1996 e o Censo de 2000, o município de Florianópolis apresentou alto crescimento populacional, com índice de mais de 5% ao ano, combinando-se com as taxas ainda altas dos municípios de São José, de Palhoça e de Biguaçu no final dos anos 90. Entretanto, esse aumento do crescimento populacional de Florianópolis, devido ao processo migratório da década de 90, indicou não apenas a transferência de população de menor rendimento (como prevalecia nos processo migratório das décadas de 60 e 70), mas também a de expressiva quantidade de população de maior renda” (INFOSOLO, 2006, P.21).

Com isso, evidenciou-se não somente uma suplantação da segregação da classe dominante nas áreas residenciais, como também uma expressiva e significativa concentração espacial de poder político e econômico, o que se constitui como aparato fundamental para a reprodução das relações de dominação de classe e, conseqüentemente, da perpetuação das desigualdades socioespaciais, mantendo-se o crescimento das áreas de pobreza junto ao processo de exclusão social e segregação espacial (Sugai, 2015).

Figura 1 - Distribuição espacial da população da Área Conurbada de Florianópolis por extremos de renda



Fonte: Sugai, 1994

1.3 QUESTÃO FUNDIÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DA PROBLEMÁTICA HABITACIONAL

Para uma devida apreensão dos processos que contribuíram para tornar hegemônico o projeto de cidade das classes dominantes, é necessário considerar, de modo particular, as especificidades envolvendo as formas de uso e ocupação das terras no município de Florianópolis. Essa preocupação é importante, uma vez que possibilita um entendimento maior sobre a dinâmica da distribuição espacial da população e a condição de acesso à terra/moradia que, embora mantenha relação ao processo mais geral de transição da propriedade no Brasil, vai apresentar aspectos particulares do modo de formação e ocupação da Ilha de Santa Catarina.

Marcada pela inexistência de um setor industrial moderno, foi no comércio que se geraram os excedentes de capital aplicados à especulação imobiliária. Assim como em boa parte das grandes e médias cidades brasileiras, sobretudo as litorâneas, a comercialização de terrenos e imóveis acabou se constituindo numa das principais formas de valorização do capital. Não só os comerciantes, mas o conjunto das classes dominantes locais perceberam desde cedo a oportunidade que se abria na compra de terrenos nos balneários da Ilha e do Continente próximo, onde as populações tradicionais, longe do espírito mercantil não conseguiram identificar o valor potencial de terras, essas que eram usadas preferencialmente para atividades agrícolas e de subsistência, ou como mera herança de um longínquo processo de colonização (CECCA, 1997).

Constituindo-se enquanto parte do processo de formação do próprio município, a apropriação das terras públicas e de uso comum passará por um momento acelerado de mercantilização, em especial, a partir das décadas de 1960/1970, quando as elites e oligarquias locais começam a direcionar os seus capitais e investimentos para atividades imobiliárias voltadas à compra e venda de grandes glebas urbanas, transformando-se em sócias de construtoras e, também, empresárias do setor imobiliário e turístico. A partir de então, investir em imóveis vai se tornar uma das formas mais atraentes de rentabilização do capital, tanto para os setores econômicos e políticos dominantes, quanto também para as parcelas das comunidades tradicionais, particularmente os comerciantes e aqueles que possuíam alguma forma de associação com as elites da cidade, que também se beneficiaram com o surto de valorização da terra na Ilha (CECCA, 1997).

A análise dos índices de loteamentos aprovados nas décadas 1960/1970 dos balneários situados ao norte e a leste, indica um processo ascendente de empreendimentos. Conforme

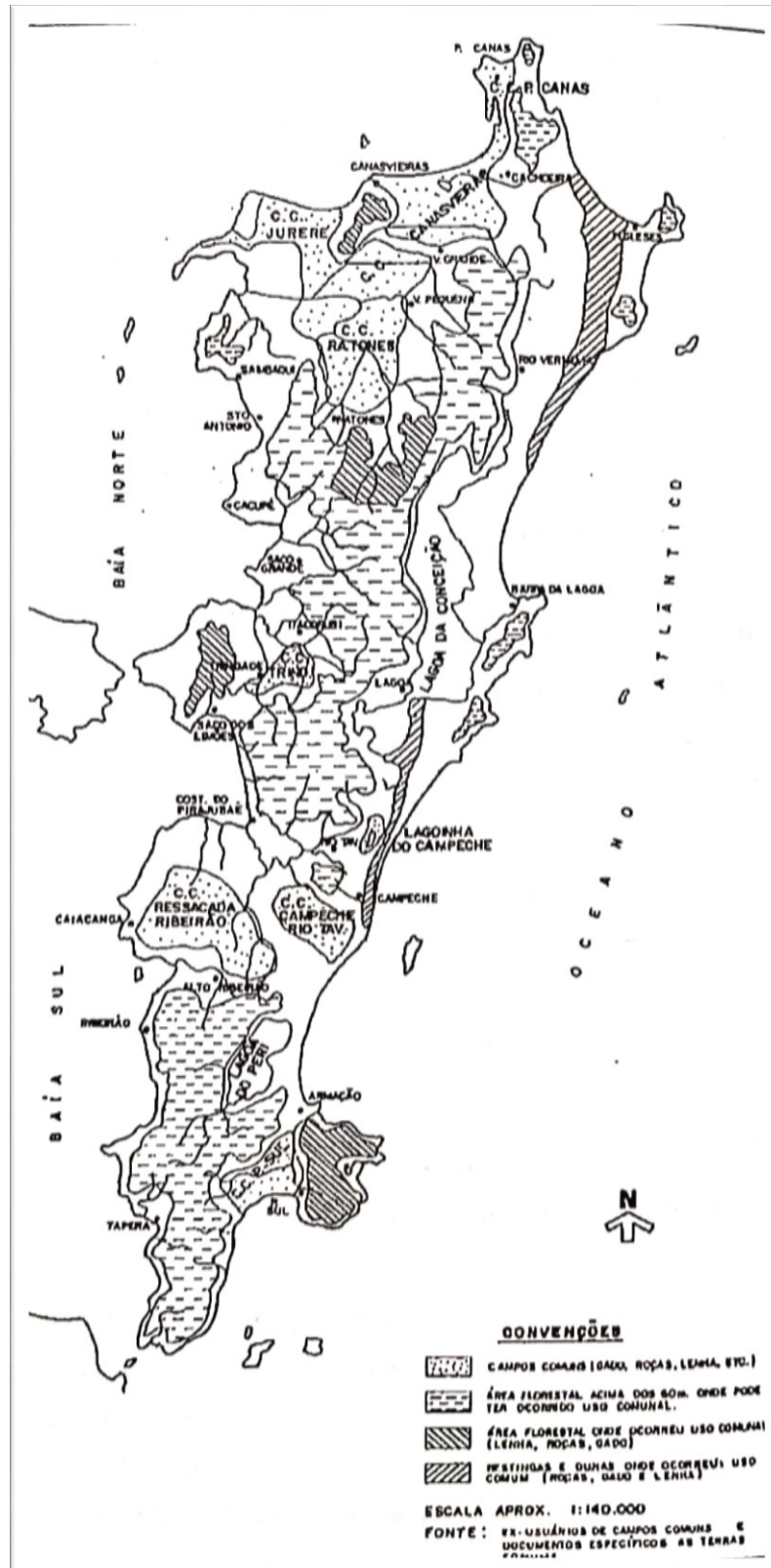
aponta Sugai (1994), embora esses índices indiquem a direção dos interesses imobiliários, certamente não são capazes de expressar a intensidade das atividades imobiliárias que se desenvolviam já naquele período, uma vez que a compra de terras não significou a sua imediata negociação, que somente começou a se desenvolver com maior intensidade no final da década de 1970, quando os principais acessos viários vão ser concluídos. Antes disso, a maioria absoluta dos negócios imobiliários e dos desmembramentos de terras nos balneários da Ilha foram efetuados de maneira clandestina, na maior parte das vezes envolvendo terras de uso comum, terrenos de marinha e áreas de preservação permanente.

1.3.1 A transformação da terra em mercadoria: do uso comum ao golpe da “Reforma Agrária”

O costume de utilização de terras comuns foi repassado ao Brasil pelo colonizador português, especialmente à fachada atlântica catarinense, onde a estrutura agrária vai ocorrer predominantemente sob a forma de pequena produção mercantil açoriana. De acordo com Campos (1989), a Ilha de Santa Catarina foi talvez a área do Estado onde as terras de uso comum ocorreram com maior frequência. Conta o autor que, desde muito cedo, os campos comunais já despertavam a cobiça e a tentativa de apropriação particular por parte dos grupos econômicos dominantes, a exemplo dos grandes comerciantes ou altos funcionários públicos ligados aos setores administrativos.

Espalhadas por toda a Ilha, as terras comunais apresentaram diferentes tipos de utilização, sendo usadas por populações próximas a elas, servindo tanto para pastagens de gado como também para a agricultura familiar, constituindo atividades complementares de muitos pequenos produtores, principalmente do mais pobres. Segundo Campos (1989), a partir da década de 1940 a utilização das áreas comuns passa a sofrer um processo acelerado de apropriação, tanto por interesses privados quanto por parte do próprio Estado, tornando-se cada vez mais o motivo principal do empobrecimento dos pequenos produtores, em especial, daqueles cujas áreas comuns eram essenciais para a sobrevivência.

Figura 2 - Terras comunais na Ilha de Santa Catarina



Fonte: Campos, 1989

Durante praticamente todo o século XIX, os conflitos envolvendo a apropriação de terras comunais ocorreram em quase todas as localidades da Ilha. Essa condição se deu, sobretudo, porque as leis que existiam e que confirmavam os “campos logradouros públicos” como área pública de uso comum, acabavam na maioria das vezes não se efetivando na prática. Isso contribuiu para que “o processo de apropriação das áreas comunais se estendesse por todo o século XIX, aprofundando-se no século XX, haja vista os novos interesses em jogo, muitos dos quais influenciados e incentivados pelo próprio poder público” (CAMPOS, 1989, P.157).

Realizadas pelas classes mais abastadas, as apropriações ilegais eram conseguidas através da Câmara Municipal, dos juízes de Paz, das Intendências etc., por meio de documentos de posse ou escritura definitiva, muitas vezes ilicitamente. Tornada uma prática usual no município, muitas das apropriações ilegais acabaram sendo realizadas por políticos, militares, intendentess ligados à administração pública ou ao comércio, estes que dificilmente comprovavam por algum documento a compra da terra. Será, portanto, dessa forma que:

A maior parte das regiões que possuíam terras de uso comum foram transformadas em áreas de interesse ou expansão imobiliária, o que aliás já se inicia com a expropriação do próprio produtor. As áreas comunais são transformadas, então: a) em grandes fazendas de uns poucos donos (políticos, empresários, comerciantes, altos escalões do poder público) que geralmente não moravam e pouco produziam nas mesmas; b) em loteamentos ligados a grandes empreendimentos imobiliários, principalmente relacionados a expansão do setor turístico (como em Canasvieiras e Jurerê); c) ou mesmo, apropriadas pelo próprio Estado (CAMPOS, 1989, P.158).

A intensificação do processo de apropriação das terras públicas no pós-64

As apropriações de terras públicas que ocorreram em Florianópolis durante todo o século XIX e parte do XX, vão passar por um processo de intensificação, em especial, a partir da década de 1960, período marcado pela instauração da Ditadura Militar no Brasil. Através do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) e sua sucessora, a Coordenadoria de Legitimação e Cadastramento de Terras (COLECATE), será realizada a maior concessão de terras públicas no Estado de Santa Catarina.

Considerando-as como terras de apropriação original, o IRASC vai passar a conceder títulos sem muitas exigências, quase sempre por meio de requerimentos que eram confirmados em edital sob a afirmação de tratarem-se de “terras devolutas”. Conforme aponta Schinke (2017), de um total de 44.235 títulos correspondentes aos 147 municípios catarinenses nos quais os órgãos agrários concederam terras desde os idos de 1870, o IRASC e a COLECATE foram

responsáveis pela entrega de 16.476 títulos, ou seja, 37% do total. “Destes, exatos 16.055 foram entregues exclusivamente pelo IRASC, o que é um volume realmente assombroso, imaginando que isso se deu num período de apenas 15 anos nos quais o órgão esteve operativo (1962-1977)”. Como mostra o autor, a região compreendida como “Faixa Litorânea Estendida” foi a maior beneficiada pelo Instituto, recebendo 36.190 (77%) do total dos títulos fornecidos no Estado de Santa Catarina.

Constituindo-se num escândalo particular, o município de Florianópolis, primeiro do *ranking* de números de concessões por parte do IRASC e COLECATE, vai ter 1098 glebas entregues, que vão somar ao todo aproximadamente cerca de 60 km², compreendendo 14% da área total da Ilha de Santa Catarina. Além disso, o dossiê elaborado por Schinke mostra que 250 glebas foram entregues para um conjunto de pessoas que recebeu mais que uma gleba no município. Na lista elaborada pelo autor, aparecem também pessoas que receberam dois, três, quatro e até cinco títulos. O resumo abaixo apresenta uma síntese dos períodos com áreas e números de glebas entregues em Florianópolis:

- 93 glebas (8,47%) entregues antes do IRASC totalizaram 29 km² (48,33% da área total), apresentando uma média de 311.387m² por gleba;
- 980 glebas (89,25%) entregues somente pelo IRASC somaram 30,5 km² (51% da área total), apresentando uma média por gleba de 31.131m². A área de 30,5 km² é maior que todas as APPs da capital reunidas – 29 km²;
- 25 glebas (2,27%) entregues pela COLECATE somaram 0,34 km² (0,57% da área total), apresentando uma média de 13.630m² por gleba;
- As 1098 glebas entregues em Florianópolis somaram aproximadamente 60 km², uma média de 54.470m²/gleba, equivalente a 7,8 campos de futebol/ gleba;
- O IRASC entregou 95 glebas em Florianópolis com área acima de 100.000m², que juntas, somaram aproximadamente 44,6 milhões de m², média de 470.105 m²/gleba, o equivalente a 74,4%, três quartos da área total entregue na capital (SCHINKE, 2017, P.231).

Com relação às categorias profissionais contempladas no município, o dossiê revela que de um total de 938 beneficiadas com as concessões do IRASC, apenas um terço delas (392) se enquadrava no escopo da reforma agrária. Os outros dois terços (546) não se enquadravam nos quesitos estabelecidos na legislação criada pelo Instituto de Reforma Agrária do Estado. Constatou-se, portanto, que ao invés de serem entregues prioritariamente a camponeses e pescadores, o público-alvo ao qual o IRASC deveria destinar as terras, essas acabaram sendo

em grande parte direcionadas aos funcionários públicos, políticos, militares e empresários locais, como mostra a relação das principais categorias profissionais beneficiadas:

- Agricultores e pescadores (o público-alvo), 41,8% do conjunto total das pessoas contempladas (1/3), receberam aproximadamente 459 glebas dentre o total das 1098 entregues;
- Funcionários públicos e militares, que somam 22% do conjunto total das pessoas, abocanharam aproximadamente 242 glebas, representando praticamente $\frac{1}{4}$ do total;
- 58,2% é o conjunto das pessoas com profissões fora do escopo da reforma agrária. Teriam sido contempladas com cerca de 639 glebas das 1098 entregues;
- 20 glebas foram entregues em Florianópolis a entidades civis e órgãos públicos, o equivalente a 1,8 do total das glebas, quase o dobro do entregue aos aposentados;
- 938 pessoas foram agraciadas na capital, para as quais foram entregues um total de 1098 glebas. Várias pessoas receberam mais de uma gleba. Como base em tais proporções, encontraremos cerca de 392 pessoas situadas no escopo da reforma agrária, e dois terços que não faziam parte do público-alvo ao qual ela se destinava, ou seja, cerca de 546 pessoas, o que comprova, sem sombra de dúvida, tratar-se de uma antirreforma agrária (SCHINKE, 2017, P.232).

Além disso, ao comparar o percentual de objetivos declarados nos requerimentos, a proporção indicou que do total de 1098 terras entregues, somente 459 (45%) se enquadravam no escopo da reforma agrária, com 639 terras (55%) não apresentando nenhum tipo de relação com as atividades agrárias. Ou seja, a maioria dos requerimentos estavam fora do escopo definido pela política do IRASC, questão que acaba confirmando o total fracasso da reforma agrária no município (SCHINKE, 2017, p.234).

Esse fracasso vai ser devidamente sentenciado ao se constatar, com base no cadastramento do IPUF e da Secretaria Municipal de Finanças, que cerca de 90% das terras entregues pelo IRASC foram posteriormente vendidas a terceiros logo após o recebimento dos títulos. Considera-se, portanto, que, longe de qualquer tentativa de realizar uma distribuição de terras às populações mais necessitadas, a política operada pelo IRASC acabou se constituindo numa das maiores fraudes fundiárias realizadas no Brasil, sendo efetivada uma verdadeira antirreforma agrária no Estado de Santa Catarina.

Para o professor Paulo Pinheiro Machado, que assina o prefácio do dossiê, o que deveria ter sido um órgão voltado para realizar uma Reforma Agrária, acabou convertendo-se

em uma política de intensificação da distribuição de terras para políticos da ARENA, comerciantes, especuladores imobiliários, militares e demais participantes de um verdadeiro saque às terras públicas. Conclui que “o litoral catarinense e particularmente a Ilha de Santa Catarina, sofreram um grande processo de ‘acumulação primitiva’ tendo a terra se convertido em capital e passado das mãos de comunidades de agricultores e pescadores, para especuladores e ‘empreendedores’ imobiliários [...]” (SCHINKE, 2017, P.11-12).

Nota-se, portanto, que as particularidades apresentadas pela questão fundiária vão envolver tanto o processo de expropriação dos pequenos produtores locais, quanto também a apropriação ilegal das terras públicas e de uso comum pelas classes mais abastadas. Ocorrendo especialmente durante os séculos XIX e XX, o processo histórico de apropriação ilegal e de mercantilização das terras públicas e de uso comum, ao mesmo tempo em que vai garantir a exclusividade da posse e da renda da terra aos grupos políticos e setores econômicos dominantes, assegurando-lhes o domínio econômico e espacial, vai também, por meio desse mesmo processo, inviabilizar os grupos subalternos do acesso à terra no município.

1.3.2 Políticas Públicas: do BNH ao PMCMV

O Banco Nacional de Habitação

Instituído em agosto de 1964 por meio da lei 4.380, o Banco Nacional de Habitação (BNH) surgiu com os objetivos de coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, melhoria do padrão habitacional e do ambiente; ao mesmo tempo em que propunha eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção e estimular a poupança privada e o investimento (Rodrigues, 1989).

Ocorrendo apenas cinco meses após o golpe de 1964, a criação do BHN se apresentou como uma legítima medida do então regime ditatorial, uma vez considerada as características de âmbito político, econômico e ideológico ligadas a sua atuação. Como observado por Rodrigues (1989), a nova política habitacional estabelecia como meta política e econômica a diminuição do déficit habitacional e a geração de novos empregos a partir do aumento dos empreendimentos imobiliários, ao mesmo tempo em que difundia a ideologia da “casa própria”, contribuindo para a “estabilidade social” ao tornar os proprietários “aliados da ordem”, alinhando-se assim ao discurso sustentado pelo governo ditatorial.

De acordo com Maricato (2013), com o BNH integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), as cidades brasileiras passam a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de consideráveis recursos financeiros para o mercado habitacional proporcionou uma mudança inédita no perfil das grandes cidades, principalmente pela verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos. Ao ser extinto no ano de 1986, as atribuições e recursos do BNH passam para a Caixa Econômica Federal, que acaba assumindo a inadimplência de bilhões, das sociedades de créditos imobiliários (cadernetas de poupança), cooperativas habitacionais, bancos comerciais e associações de poupança e empréstimo. Assim, após 22 anos de operações, o BNH deixa um grande déficit habitacional e uma carência de recursos para poder produzir novas unidades.

Em linhas gerais, o BNH vai marcar o início de uma nova etapa da história da habitação, como também da própria história econômica no Brasil, “aquela caracterizada pela penetração do capital financeiro, representado pela associação entre o capital industrial e o capital bancário, no setor da moradia” (VILLAÇA, 1986, P.32). Segundo o urbanista, esse processo começa a ocorrer no Brasil a partir dos anos 1970, com a construção de moradias destinadas exclusivamente à classe média por meio de recursos privados captados através da poupança voluntária (a das cadernetas de poupança, do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) e a poupança compulsória representada pelos recursos do FGTS.

Em Santa Catarina, a produção de moradias do BNH tem início no ano de 1966, por meio da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB-SC). A partir de então, é inaugurado no Estado um período contínuo de construção de conjuntos habitacionais de caráter popular com recursos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Os primeiros conjuntos habitacionais populares da região de Florianópolis começaram a ser construídos na segunda metade da década de 1960. De acordo com Miranda (2001), durante o período de 1967 a 2000, foram produzidas na área conurbada de Florianópolis um total de 16.455 unidades em 98 conjuntos habitacionais. Como mostra a tabela 2, a maior parte das habitações construídas ao longo desses 34 anos se concentrou no município Florianópolis (48%), seguida por São Jose (36%), Palhoça (12%) e Biguaçu (5%).

Contudo, chama a atenção o fato de Florianópolis ter concentrado a maior parte da produção destinada aos setores médios (82%), ficando nos municípios continentais, sobretudo São José (45%), a maior parcela dos empreendimentos destinados às populações de baixa renda. Embora a política habitacional promovida pelo BNH tenha destinado grande parte dos recursos para o provimento de habitação à parcela da população com rendimento de até 5 salários

mínimos (69%), isso não acabou impedindo que ocorresse o adensamento das favelas da Capital e também a expansão das áreas de pobreza na região continental.

Tabela 2 - Unidades produzidas na Área Conurbada de Florianópolis (1967 – 2000)

Município	Unidades produzidas	Até cinco salários mínimos		Acima de cinco salários mínimos		% do total
Florianópolis	7.879	3.692	33%	4.187	82%	48%
Biguaçu	743	627	6%	116	2%	5%
Palhoça	1.966	1.855	16%	111	2%	12%
São José	5.867	5.151	45%	716	14%	36%
Soma	16.455	11.325	69%	5.130	31%	

Fonte: PMF, IPUF, CEF, COHAB (Miranda, 2001).

Após o agravamento da crise econômica nos anos 1980, os recursos do Sistema Financeiro da Habitação declinaram vertiginosamente, comprometendo os retornos dos financiamentos concedidos. Sem poder contar mais com os recursos federais, a produção de novas habitações populares entra em colapso. O Estado e os municípios revelam-se incapazes de sustentar qualquer programa habitacional, em parte por falta de recursos, em parte por falta de compromisso com políticas sociais. Será, portanto, entre as décadas de 1990 e 2000, que ocorrerá um agravamento da precariedade habitacional no contexto conurbado, estabelecendo um período de expansão e intensificação das ocupações informais.

O Programa Minha Casa Minha Vida

Contando com um intervalo de aproximadamente 24 anos desde a extinção do BNH, o PMCMV surge no ano de 2009, com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para o atendimento das famílias com renda de 0 até 10 salários mínimos. Com o intuito de mitigar os efeitos deletérios provocados pela crise econômica global, o programa buscou aquecer o mercado imobiliário de unidades novas e, desse modo, impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção civil. Os subsídios ofertados se dividiram entre 3 faixas de renda familiar: faixa 1 (até 3 s.m.), faixa 2 (de 3 a 6 s.m.) e o faixa 3 (de 6 a 10 s.m.).

De acordo com a Caixa Econômica Federal, até o ano de 2016 haviam sido produzidas na área conurbada de Florianópolis um total de 12.379 unidades habitacionais. Como mostra a

tabela 3, durante todo o período de execução do programa na região, verificou-se que praticamente a metade das habitações construídas ficou concentrada no município Palhoça (49,5%), seguida por São Jose (26,3%) e Biguaçu (16,4%). Em Florianópolis, onde os processos de especulação e valorização imobiliária exercem forte controle sobre o solo urbano, foram construídos apenas 6 empreendimentos (7,75% do total), sendo dois deles¹⁶ (faixa 1) na área continental e quatro (faixas 2 e 3) na parte insular da Capital.

Tabela 3 - Totais de unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV

Munícipio	Faixa de Renda	Unidades Habitacionais (UH) Contratadas		Totais (UH)	Porcentagens (%)
		Unidades	Porcentagem		
Biguaçu	Faixa 1	512	25,17%	2.034	16,43%
	Faixas 2 e 3	1.522	74,83%		
Florianópolis	Faixa 1	166	17,31%	959	7,75%
	Faixas 2 e 3	793	82,69%		
São José	Faixa 1	0	0,00%	3.256	26,30%
	Faixas 2 e 3	3.256	100,00%		
Palhoça	Faixa 1	800	13,05%	6.130	49,52%
	Faixas 2 e 3	5.330	86,95%		
Totais				12.379	

Fonte: CEF (Souza; Sugai, 2018).

Conforme destacado por Souza; Sugai (2018), houve uma preponderância nos empreendimentos da faixa de renda 2 e 3, que responderam por 89% do total na área conurbada. Esse predomínio acarretou no baixo percentual de empreendimentos para a faixa 1, mais subsidiada, o qual representou apenas 12% das unidades habitacionais contratadas no período, evidenciando a grande dificuldade de enfrentamento real ao déficit habitacional no contexto conurbado. Notou-se, contudo, que os empreendimentos com mais unidades habitacionais foram justamente os mais afastados, conformando vizinhanças inteiras de conjuntos

¹⁶ Tratam-se dos conjuntos habitacionais da Ponta do Leal e do Jardim Atlântico, ambos demanda fechada que ao total somaram 166 unidades habitacionais, os únicos empreendimentos da faixa 1 localizados em Florianópolis, porém, na parte continental, onde a influência do mercado imobiliário sobre o preço do solo não é tão forte quanto na parte insular do município.

habitacionais murados, com pouco ou quase nenhum acesso aos equipamentos e serviços urbanos essenciais.

Ao quantificar o total de unidades produzidas pelos dois programas federais, a partir da tabela 4 é possível verificar que juntos, o BNH e o PMCMV construíram 28.834 unidades habitacionais na área conurbada de Florianópolis. Desse total, com base nas faixas de renda, considera-se que apenas 12.803 (45%) unidades tenham sido destinadas às populações de mais baixa renda, ficando a grande parte, aproximadamente 16.031 (55%), reservada aos setores médios. Em relação à localização, observou-se que cerca de 19.996 (70%) do total das unidades foram construídas na parte continental, nos municípios de São José (32%), Palhoça (28%) e Biguaçu (10%). Florianópolis ficou com apenas 30% das unidades habitacionais construídas pelo programa, sendo a grande maioria destinada aos setores médios.

Tabela 4 - Total de unidades habitacionais produzidas pelo BNH e PMCMV na Área Conurbada de Florianópolis

Município	BNH	PMCMV	Total (U.H)	(%)
Florianópolis	7.879	959	8.838	30%
São José	5.867	3.256	9.123	32%
Palhoça	1.966	6.130	8.096	28%
Biguaçu	743	2.034	2.777	10%
Total	16.455	12.379	28.834	100%

Fontes: (Miranda, 2001); (Souza; Sugai, 2018). Elaborado por Fernando Calheiros.

De maneira geral, verificou-se o predomínio da lógica de mercado da política habitacional na área conurbada, sobretudo em Florianópolis, com o BNH e PMCMV destinando a maior parte da produção habitacional aos setores mais solváveis da população local. Nota-se, por outro lado, que o processo de segregação espacial não só prevaleceu como se intensificou, com o próprio Estado passando a concentrar grande parte da produção de moradias destinadas às populações de baixa renda na área continental, em especial, nos municípios de Palhoça e São José. Esse fato demonstra que além de descontínuas no tempo e no espaço, as políticas habitacionais seguiram a tendência de deslocamento e expansão das áreas de pobreza em direção aos municípios conurbados, contribuindo ao mesmo tempo para manter as populações pobres na parte continental e a exclusividade das áreas de maior interesse imobiliário e de concentração residencial das elites na parte insular da Capital.

1.3.3 O agravamento da precariedade habitacional no contexto de financeirização da terra e da moradia

Todas as questões levantadas até aqui, as quais trazem relação direta com o problema habitacional existente em Florianópolis, não podem ser entendidas sem considerar a atual hegemonia exercida pelo capital financeiro. De acordo com Rolnik (2015), o modelo histórico brasileiro não está pautado em uma política habitacional, mas de financiamento habitacional, onde houve uma captura total da política de habitação por uma lógica rentista, excluindo quem mais precisa de política pública, ou seja, os trabalhadores de baixa renda, pelo simples fato de não se encaixarem nos programas de financiamento. Segundo a urbanista, esse modelo que estrutura a política habitacional e de desenvolvimento urbano contribuiu significativamente para uma acelerada valorização dos preços das terras e imóveis nas principais cidades brasileiras. Explica que, por meio dessa lógica rentista, o espaço construído passou a assumir um papel fundamental no circuito financeiro porque acabou funcionando como uma garantia, como um ativo que mesmo não sendo usado é capaz de alavancar empréstimos.

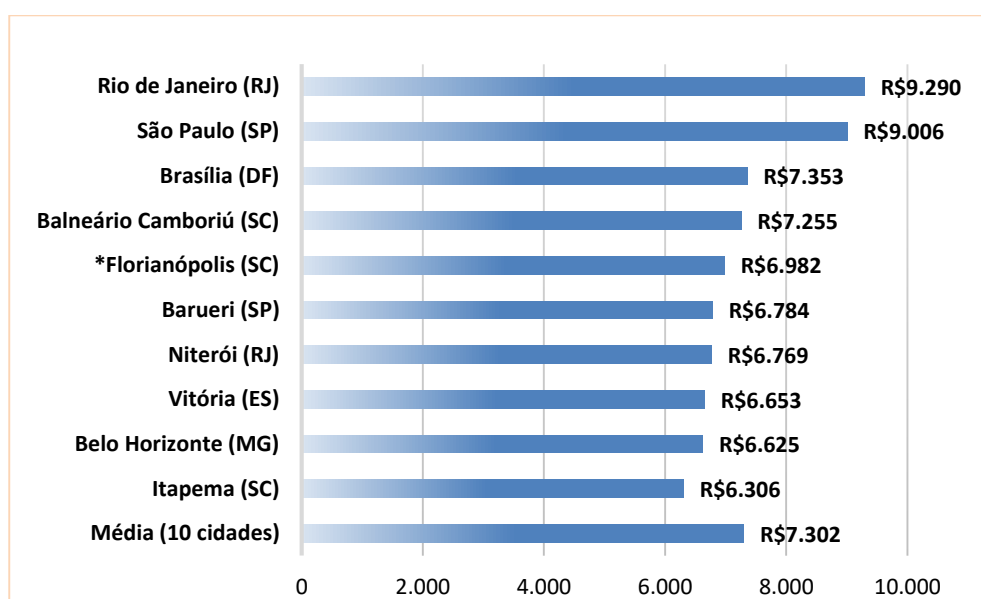
No município de Florianópolis essa tendência não vai ser diferente. Desde a década de 1990, grupos empresariais com o auxílio do poder público local vêm procurando desenvolver estratégias para ampliar a capacidade turística e atrair investimentos internacionais para a região. Buscando garantir Florianópolis como referência dentro dos padrões globais de qualidade de vida, propagou-se a imagem de uma ilha dotada de atrativos naturais excepcionais, com características físicas e culturais peculiares, munida de um imenso potencial econômico para receber investimentos imobiliários de alto padrão (SUGAI, 2009).

Estabelece-se, a partir de então, uma forma de gestão baseada no modelo de cidade corporativa que, alinhada aos imperativos de uma economia globalizada, irá exigir maciços investimentos em equipamentos urbanos e serviços destinados a atender as necessidades e padrões de consumo das classes mais abastadas. Trata-se, de acordo com Vainer (2013), da “cidade-empresa” e “cidade-mercadoria” vista como um grande negócio, colocada numa condição de mercadoria e administrada na lógica empresarial. Nesse novo contexto, os mecanismos de mercado passarão a exercer cada vez mais controle sobre o uso do solo, determinando o acesso à propriedade pela taxaço do preço da terra.

Apresentando-se atualmente como uma das cidade brasileira mais cara para se adquirir um imóvel residencial, a Capital catarinense precisou de apenas 18 meses para passar de décimo

a quinto lugar no *ranking* do índice FipeZap¹⁷ das cidades com o m² mais valorizado do país. Colocando-se à frente de importantes capitais como Recife, Belo Horizonte e Fortaleza, Florianópolis vem apresentando, desde o ano de 2015, um aumento constante do preço de venda dos imóveis residenciais.

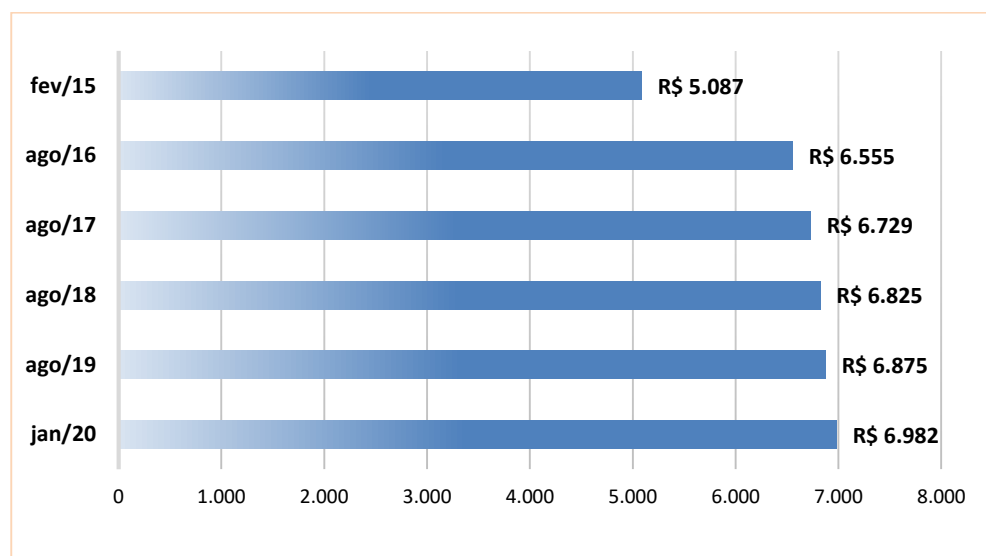
Gráfico 1 - Comparativo do preço médio de venda de imóveis residenciais por cidade no mês de janeiro/2020 (R\$/M²)



Fonte: Índice FipeZap. Elaborado por Fernando Calheiros

¹⁷ O Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados é um indicador de abrangência nacional que acompanha os preços mensais de venda e locação de imóveis no Brasil. Disponível em: <<https://fipezap.zapimoveis.com.br/>>

Gráfico 2 - Comparativo do preço médio de venda de imóveis residenciais em Florianópolis (2015-2020) (R\$/M²)



Fonte: Índice FipeZap. Elaborado por Fernando Calheiros

Outro indicador relacionado ao processo de valorização espacial diz respeito aos números do déficit habitacional¹⁸ apresentados pelo município. A partir de pesquisas realizadas pela Fundação João Pinheiro¹⁹ (FJP) em parceria com o Ministério das Cidades, o número registrado na Região Metropolitana de Florianópolis (que abarca 22 municípios) apresentou um déficit de moradias de aproximadamente 32 mil unidades, sendo a metade desse total, cerca de 14.847, constituinte do déficit da Capital.

Em relação aos estudos sobre os componentes do déficit, a pesquisa divulgada²⁰ em 2018 pela mesma fundação, mostra que o *ônus excessivo com aluguel* em 2015 obteve uma alta

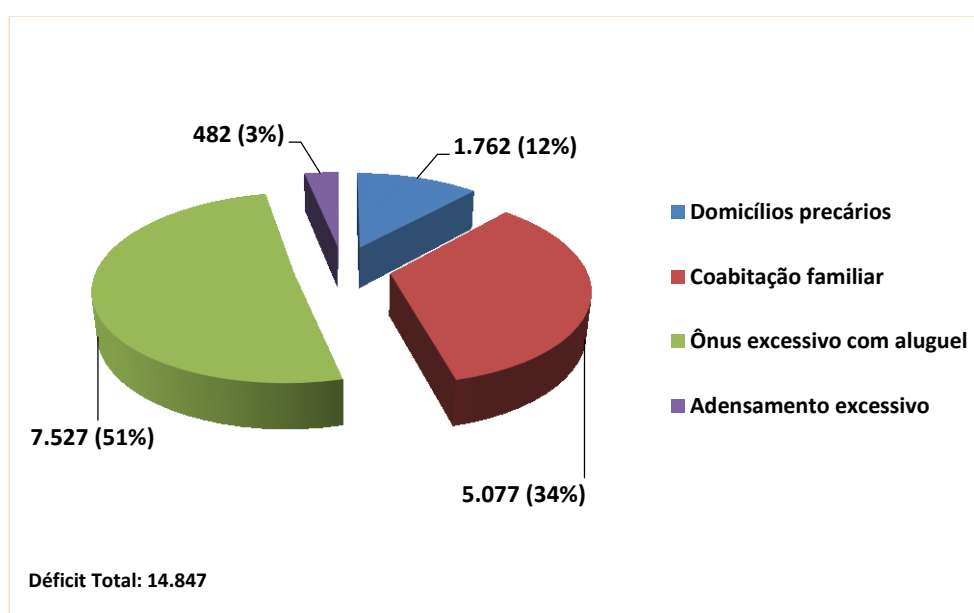
¹⁸ Diz respeito ao número total de famílias que vivem em condições precárias/inadequadas de moradia. Compreende o cálculo da soma de quatro componentes: 1) Domicílios Precários: todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa, bem como os domicílios rústicos que são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, proporcionando desconforto e risco de contaminação por doenças. 2) Coabitação Familiar: quando existe mais de uma família por domicílio (não por vontade própria, mas pela necessidade). 3) Ônus Excessivo com Aluguel: corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel. 4) Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados: quando há três moradores ou mais por dormitório.

¹⁹ Instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Destaca-se nacionalmente pelo trabalho de elaboração de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>

²⁰ Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4154-fundacao-joao-pinheiro-divulga-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil>>

de 80% em relação à série histórica iniciada em 2007. Conforme apontam os dados da pesquisa, o gasto excessivo com o aluguel passou a representar 50% do déficit habitacional total do país. Florianópolis também vai seguir essa tendência (ainda que com base no censo de 2010), com o gasto excessivo com aluguel se destacando dos outros três (domicílios precários, coabitação familiar e adensamento excessivo), constituindo um total de 7.527 unidades, ou 50% do déficit de moradias do município.

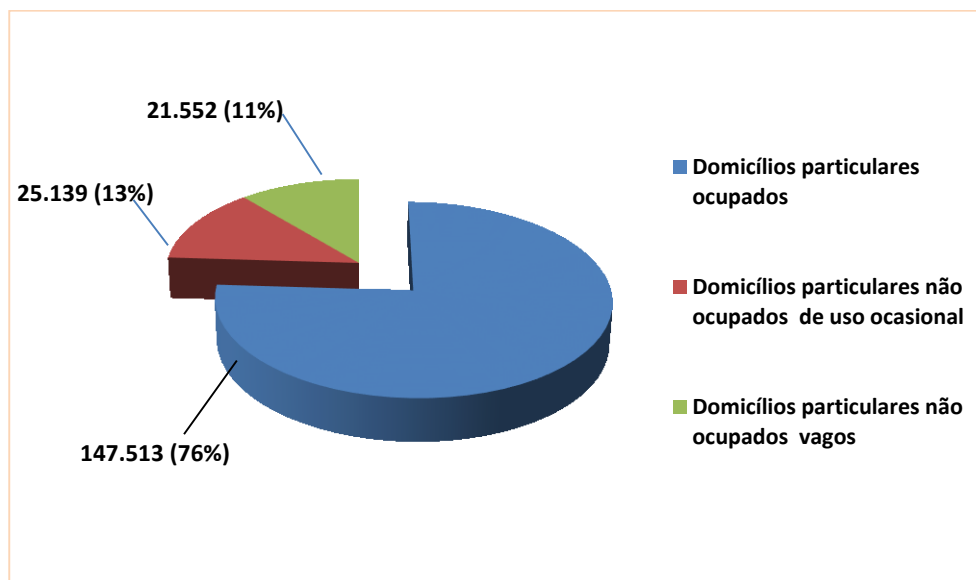
Gráfico 3 - Déficit habitacional do município de Florianópolis por componente



Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaborado por Fernando Calheiros

Outro ponto importante a ganhar destaque, refere-se ao número expressivo de domicílios vagos em relação ao total de imóveis ocupados. Observando o caso de Florianópolis, a partir dos dados do Censo demográfico 2010, nota-se que de um total de 46.691 imóveis não ocupados no município, cerca de 21.552 se enquadram na categoria de *domicílios particulares não ocupados vagos*, ou seja, imóveis que não estão disponíveis para venda e nem para aluguel, tratando-se, ao que tudo indica, de habitações a espera de maior valorização no mercado imobiliário, esse que passou a exercer um enorme controle sobre o solo urbano, restringindo cada vez mais o acesso à moradia pelas populações de baixa renda através da crescente taxaço do preço da terra/casa no município.

Gráfico 4 - Situação de ocupação dos domicílios particulares do município de Florianópolis



Fonte: IBGE/Censo 2010. Elaborado por Fernando Calheiros

Muito embora tenham sido construídas habitações de caráter social através dos programas federais, a constante tendência à financeirização e valorização imobiliária acabou promovendo, sobretudo na última década, um agravamento das condições precárias de moradia no município. Tal condição pode ser verificada por meio do aumento expressivo do preço da terra urbana e também dos aluguéis; dos números crescentes do déficit habitacional; do índice significativo de imóveis vazios a espera de maior valorização; da carência histórica de uma política habitacional destinada às populações de mais baixa renda, além das questões vinculadas ao aumento populacional das últimas décadas e do adensamento e expansão das áreas de pobreza no município.

Como procuramos demonstrar ao longo do capítulo, as formas de uso e ocupação do solo no município de Florianópolis vão apresentar particularidades próprias do modo de formação e de estruturação da área conurbada. Essa condição particular vai ser caracterizada pela expansão das áreas de pobreza na parte continental e adensamento dos morros da região central da Ilha pelas classes subalternas, e, também, pela concentração das camadas de mais

alta renda na parte insular da Capital, condição que vai contribuir para a consolidação dos processos de periferização e de segregação espacial no contexto conurbado.

Em síntese, as especificidades do processo de mercantilização da terra e da constituição da problemática habitacional no município irão apontar para três grandes momentos de transformação das formas de ocupação do solo, coincidindo, não por acaso, com os principais períodos de maior expansão das ocupações pelas populações pobres. O primeiro deles, iniciado no século XIX estendendo-se até o XX, vai ocorrer a partir da apropriação privada das terras comunais tradicionais pelas classes mais abastadas, bem como por setores administrativos e comerciantes locais, além do próprio Estado; período de transição em que a terra vai passar a desenvolver um caráter mercadológico ligado à interesses privados de expansão e especulação imobiliárias, momento em que as populações mais empobrecidas, ao serem expulsas das áreas centrais, passam a ocupar a base do Maciço do Morro da Cruz, na parte insular do município.

O segundo momento, compreendido pelas década de 1960 a 1980, será marcado pela intenso fluxo migratório rural-urbano, quando populações campesinas expropriadas começam a chegar em Florianópolis ocupando as encostas do Morro da Cruz, além das periferias situadas na parte continental da Ilha. Esse período também será caracterizado pela produção de habitações do BNH priorizando sobretudo os setores médios na Ilha, e pela fraude bilionária envolvendo a entrega de terras públicas e áreas remanescentes de uso comum, através da antirreforma agrária promovida pelo IRASC, condição que vai contribuir para a consolidação do processo de apropriação e concentração das terras pelos grupos políticos e econômicos dominantes.

Por fim, o terceiro momento insere-se no contexto de transformações ocorridas entre o fim do século XX e início do XXI, período de novo crescimento populacional e de adensamento e expansão das áreas de pobreza na Ilha e, principalmente, no Continente. Esse momento também será marcado pelo avanço das agendas e pautas neoliberais, pelos empreendimentos do PMCMV (predominando nas áreas periféricas dos municípios de São José e Palhoça), num contexto de financeirização da terra e de consolidação do processo de segregação espacial, agravando ainda mais a precariedade habitacional e o conflito estabelecido em torno do solo urbano. *Trata-se, em última instância, do processo histórico que irá garantir a exclusividade da posse e da renda da terra às classes dominantes, inviabilizando grandes parcelas da classe trabalhadora, sobretudo as de mais baixa renda, do acesso ao solo urbano e também à moradia no município de Florianópolis.*

2. O PROCESSO DE EMERGÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES URBANAS NA CAPITAL CATARINENSE

2.1 POR UMA CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA LUTA POR MORADIA

Materializada por meio das ocupações urbanas²¹, a luta por moradia²² na área conurbada de Florianópolis vem ganhando cada vez mais atenção de pesquisadores locais, apresentando-se como um tema relevante e urgente para os estudos socioespaciais. Uma linha desses estudos, apresentada por (Canella, 2019) e adotada por outros autores, propõe compreender essas lutas a partir da ideia de “*ciclo de ocupações*”²³, linha de investigação que embora traga significativas contribuições ao debate (reunindo dados, fatos históricos e sujeitos políticos importantes da conjuntura local), vai procurar estabelecer um entendimento e compreensão do processo histórico da luta por moradia a partir de *cortes no tempo* vinculados a uma *conjuntura política específica*. Tal proposição, pelo fato de buscar privilegiar os sujeitos e acontecimentos do *movimento de conjuntura*, vai acabar desconsiderando a grande influência e preponderância de elementos estruturais, próprios de um *movimento orgânico*, fazendo com que a proposta apresentada tenha grandes dificuldades em precisar os determinantes gerais da

²¹ As ocupações urbanas constituem uma forma encontrada pelos grupos subalternos de buscarem solucionar a falta de acesso à moradia nos grandes centros urbanos. Ocorrendo em terras públicas e privadas que não cumprem com sua função social, embora tragam semelhanças em termos de aparência com a favela, apresentam diferenças significativas que podem ser apreendidas por meio de três formas ou condições gerais de ocupação: as “espontâneas”, que nascem sem nenhum tipo de organização e planejamento prévio; as “em processo de organização”, que surgem de forma espontânea, mas que ao longo de sua trajetória adquirem apoio externo, passando a desenvolver formas básicas de organização; e as “organizadas”, que vão apresentar, desde o início, uma forma de ação coordenada por um sujeito político coletivo a fim de suprir uma necessidade concreta, que é a urgência do onde e do como morar. Todas as três condições de ocupação possuem uma característica em comum que justifica o uso do termo: trata-se da resistência e luta coletiva que vão desenvolver a fim de permanecerem nas áreas ocupadas, visando sobretudo a regularização fundiária e/ou a viabilização da construção de habitações de interesse social.

²² “O que se identifica como luta por moradia diz respeito a um conjunto amplo e variado de um tipo de demanda e formas de mobilização e organização, que engloba desde movimentos por regularização fundiária, luta por melhoria de condições de moradia e por infraestrutura e equipamentos urbanos, até movimentos organizados de ocupações de terras” (GOHN, 1991, p. 61-62).

²³ Para Canella, (2019), “o que é designado como ciclo de ocupações refere-se ao conjunto de mobilizações organizadas por moradia que ocorrem dentro de uma conjuntura política específica, envolvendo um conjunto de atores articulados que, mesmo que não estejam sob uma mesma organização, se reconhecem como parte de um mesmo processo e adquirem, em seus processos de luta pela moradia e negociação com os poderes público e privado, uma visibilidade na cena pública da cidade”. Percebe-se, pela falta de uma proposta teórica mais rigorosa, que a ideia de “ciclo de ocupações” apresenta-se muito mais como uma forma de organização dos dados factuais, do que necessariamente uma proposição de análise sustentada por um arcabouço teórico-metodológico validado cientificamente. Reiteramos, no entanto, que tal condição não invalida as contribuições realizadas pelos diversos trabalhos do autor, exigindo apenas que se vá além, numa tentativa de desenvolvimento analítico mais abrangente e rigoroso acerca do objeto de pesquisa.

disputa socioespacial, e, conseqüentemente, de superar a aparência imediata dos fenômenos analisados.

Diferentemente da referida abordagem, no entanto, sem deixar de considerar as contribuições por ela prestadas (utilizando-as aqui, inclusive, como ponto de partida), o presente trabalho propõe analisar a emergência da luta por moradia a partir de uma concepção dialética da história. Nesse sentido, como sugere a análise marxista, além da preocupação com o rigor teórico, é imprescindível apreender o real tendo como perspectiva a noção de totalidade e de processo histórico. De acordo com essa teoria, um processo dialético é contínuo até que haja a superação de sua contradição. Portanto, o real não deve ser determinado por ciclos (com início, meio e fim), mas em sínteses, que nascem, renascem, sob formas alteradas, as quais, trazendo seu início, modificam-se a cada nova experiência de luta adquirida contra o capital. Retrai. Sofre refluxos, para num momento seguinte se expandir novamente, em constante devir.

Se tomada sob a perspectiva teórica proposta por Milton Santos, a luta por moradia materializada através das ocupações urbanas deve ser analisada, primeiramente, considerando sua inserção imediata dentro de uma totalidade menor, essa, por sua vez, inserida a uma totalidade maior, ambas em relação dialética e em permanente processo de transformação. Como explica o geógrafo, *o processo é o permanente devir*. “Toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e, do ponto de vista dinâmico, um processo. Numa situação em movimento, os atores não tem o mesmo ritmo, movem-se segundo ritmos diversos. Portanto, se tomarmos apenas um momento, perderemos a noção do todo em movimento”. Segundo o autor, “os cortes no tempo nos dão situações em um determinado momento. Não captam o movimento, são apenas uma fotografia. Já o movimento é diacrônico, e sem isso não há história. Não haveria dialética se o movimento dos elementos se desse de maneira sincrônica”. Por fim, explica que “o processo é a própria história, o movimento, a luta entre contrários, contrários que se chocam e criam uma nova realidade” (SANTOS, 2014, p.103-104).

Se analisados também pela chave gramsciana, os períodos históricos e suas contradições devem ser apreendidos considerando a imprescindível diferenciação existente entre movimentos orgânicos e de conjuntura, uma vez que para Gramsci, “no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)”. Para o autor, “os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder”. Por outro lado, “os fenômenos

orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um período histórico, revela-se a grande importância dessa distinção” (GRAMSCI, 2005, p.36-37).

Como nos ensina Gramsci, é preciso atentar para um erro frequente nas análises histórico-políticas, o qual “consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediadamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. [...] A distinção entre movimentos e fatos “orgânicos” e movimentos e fatos de “conjuntura” ou ocasionais, deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um processo progressista ou de prosperidade e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas (GRAMSCI, 2005, p.37-38).

É com base em tais perspectivas teóricas que propomos analisar as ocupações urbanas, buscando sobretudo apreender os seus principais determinantes, sua constituição e significação histórica. Enfim, propor analisá-las do ponto de vista histórico-social, dentro de uma proposta teórica válida que assuma o princípio da totalidade enquanto movimento orgânico e processo dinâmico do real. E isto é possível porque a propriedade da terra (centro da luta por moradia), situa-se historicamente na confluência de determinações econômicas e políticas das distintas formações sociais, conectadas por sua vez a um contexto socioespacial determinado, devidamente compreendido na relação dinâmica estabelecida entre a totalidade e a parte.

É, portanto, a partir de uma concepção dialética, que o presente trabalho busca inserir-se no debate acerca do processo histórico da luta por moradia no município de Florianópolis.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA LUTA ORGANIZADA POR MORADIA NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS

As condições materiais que contribuíram para o surgimento das primeiras ocupações organizadas, bem como da insurgência do movimento sem teto no município de Florianópolis, não podem ser apreendidas sem antes precisá-las enquanto parte do processo histórico da luta de classes travada em torno da propriedade da terra. Na área conurbada de Florianópolis, bem como em qualquer outro lugar onde a terra encarne o caráter mercadológico, as formas de apropriação e uso do solo se apresentarão como um dos elementos determinantes da relação de controle e dominação do espaço urbano por uma classe social. Portanto, é a propriedade da

terra, entendida como o centro da luta por moradia, o fio condutor da análise sobre as atuais disputas pelo solo envolvendo as ocupações urbanas.

Do ponto de vista histórico, a ocupação de terras constitui parte integrante do processo de urbanização no Brasil. Contudo, como explica Maria da Glória Gohn (1991), a novidade apresentada a partir da década de 1980 é a transformação de ocupações gradativas e individualizadas em ações massivas e organizadas, com várias cidades passando a apresentar os movimentos de sem teto como novos sujeitos da luta social no país. Trata-se, pois, da conjuntura nacional dos anos 80 e 90 de implantação das políticas neoliberais, que apresentou no plano econômico uma crise vinculada ao “desemprego, ao aumento dos aluguéis, a mudança da legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, o aumento desproporcional do preço das tarifas de transportes, o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas etc.” (GOHN, 1991, p.14). No plano político, junto ao processo de redemocratização do país surgem os movimentos sociais urbanos que, articulados com vários outros segmentos da sociedade, como partidos, sindicatos e universidades, buscam uma ampliação dos direitos sociais. É, portanto, a partir de tal conjuntura econômica e política que insurgem nas principais cidades brasileiras os movimentos de luta por moradia.

2.2.1 O contexto de insurgência das primeiras ocupações urbanas

Assim como tantas outras capitais do país, Florianópolis também passou por um período de maior expansão do processo de urbanização e, conseqüentemente, da transformação acelerada da terra em mercadoria. Conforme apontam (Pimenta; Pimenta, 2011), do Pós-Guerra até a década de 1980, a formação da malha urbana favoreceu processos extensivos de periferação, combinados a verticalização acentuadas das áreas centrais. Como resultado urbano deste período expansivo, houve uma acomodação do município à lógica especulativa do solo, com o estabelecimento da primazia das vias de circulação junto à fragmentação e elitização de parte do território pelas classes médias e altas. Logo, a razão econômica encarregou-se de distribuir desigualmente as populações na cidade, “quando a propriedade da terra, agindo livremente pelas leis de mercado e da estocagem especulativa - sem a contrapartida do papel que deveria ser desempenhado pelo Estado -, torna-se propulsora da dispersão, pela elevada gama de diferenciação da renda do solo”. (PIMENTA; PIMENTA, 2011, p.48).

Esse processo de fragmentação e concentração de terras no município será acompanhado, durante as décadas de 1960 a 1980, por um intenso fluxo migratório campo-cidade, impactando num crescimento populacional de 80% na região da grande Florianópolis.

Composto em grande parte por trabalhadores rurais expropriados de suas terras no oeste catarinense²⁴, esse fluxo começa a se intensificar a partir da implantação dos serviços administrativos estaduais e federais, ampliando também a oferta de trabalho aos ramos comerciais e de serviços. Ao mesmo tempo, grandes empreendimentos envolvendo os setores da construção civil começam a se desenvolver e a expandir a partir da verticalização da área central da cidade, contribuindo para o crescimento da oferta de emprego na região.

Com o aumento da migração de populações pobres coincidindo com uma alta dos preços da terra, o município começa a se deparar com uma concentração cada vez mais expressiva de famílias em condições de extrema vulnerabilidade econômica e habitacional. Sem receber qualquer tipo de assistência social por parte do Poder Público municipal, essas famílias passam a ser acolhidas por entidades religiosas locais. Agregados em torno da igreja, sob a tutela de religiosos identificados com a Teologia da Libertação, ajudam a criar o Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM). Fundado em 1987, embora organizado e atuante desde 1984, além de desenvolver um trabalho de organização dos sem teto, o CAPROM também vai se dedicar às ações de organização comunitária junto às periferias urbanas de Florianópolis, atuando principalmente “naquelas localidades que abrigavam a população mais pobre da cidade, e que também dependiam de todo um esforço de organização e mobilização para evitar os despejos ou obter melhorias mínimas em termos de infraestrutura e acesso a equipamentos urbanos” (CANELLA, 2019).

Será, portanto, numa conjuntura marcada pelo total descaso das administrações públicas do Estado em relação aos problemas enfrentados pelos migrantes sem teto, que o CAPROM, adotando uma prática de ação mais combativa, organizará no ano de 1986 um acampamento em frente ao Palácio do Governo como forma de pressão popular. Após uma semana de negociações, os manifestantes conquistam um terreno no alto do Morro da Mariquinha²⁵ para a construção de casas populares. Esse acontecimento, inserido numa conjuntura de ascensão da luta social no país, marcará o momento histórico da insurgência do Movimento Sem Teto no município de Florianópolis.

Os anos posteriores serão marcados por um acirramento do conflito envolvendo os setores representativos das alas progressistas da igreja e o poder público municipal. Nesse

²⁴ Para maiores informações acerca da processo migratório em Florianópolis ver Franzoni, 1993; Livramento, 2019.

²⁵ A comunidade do morro da Mariquinha está localizada na parte insular do município de Florianópolis/SC. Composta por uma população 2 mil pessoas, faz parte das comunidades que compõem o Maciço do Morro da Cruz.

contexto, inúmeras tentativas de despejos passam a ser realizadas, acarretando numa organização dos setores comunitários e religiosos, que por meio da assessoria de profissionais engajados, militantes da reforma urbana, movimentos organizados e estudantes, iniciam um “verdadeiro trabalho de defesa comunitária”, com o CAPROM assumindo um protagonismo na luta local por moradia. Esses conflitos se arrastariam por meses, sendo inclusive potencializados a partir da gestão municipal de 1989²⁶. (RAITZ, 1992 apud LIVRAMENTO, 2019, P.60)

A partir daí, os conflitos que antes ocorriam de maneira isolada começaram a apresentar uma condição de unidade, passando a desenvolver uma organicidade maior através da articulação entre importantes lideranças locais. Conforme descreve Canella (2015), é nessa conjuntura que as ações passam a se vincular de forma mais efetiva a certos atores ligados à Igreja Católica. Exercendo o papel de mediadores, esses religiosos passam a estabelecer uma ligação entre os moradores das ocupações com outros setores da sociedade civil, com o intuito de ampliarem as forças de pressão junto à Prefeitura. Como sugere o autor, é desse caldo político que irá emergir um movimento de oposição ao poder administrativo municipal, o qual vai proporcionar uma rearticulação e unificação das demandas populares a partir do surgimento de novos sujeitos políticos engajados na luta pela moradia.

Novo Horizonte

Como resultado de um longo processo de articulação e organização entre forças progressistas locais e grupos de sem teto da cidade, em 1990 surgem as primeiras ocupações urbanas organizadas do Estado de Santa Catarina. Conforme descreve (Franzoni,1993) (Canella, 2019), a primeira ocupação, autodenominada “Novo Horizonte”, será realizada por um grupo de aproximadamente 100 famílias na madrugada de 28 para 29 de julho, em um terreno público pertencente à Companhia de Habitação (COHAB), localizado no bairro Monte Cristo, próximo às margens da rodovia BR-282. A área ocupada, destinada a habitação de interesse social, acabou dando legitimidade ao movimento por se tratar de um terreno cujos os próprios sem tetos teriam direito. Conforme descrito no jornal das comunidades de julho/agosto de 1990:

²⁶ Fator importante a ser considerado diante dessa conjuntura, diz respeito a posse da nova equipe administrativa definida pelo então prefeito Esperidião Amim, que assume a prefeitura no ano de 1989 com o intuito de transformar Florianópolis numa "Capital Turística Internacional". Segundo Franzoni (1993), para atingir tal objetivo a nova administração propôs uma série de medidas “modernizadoras” para a capital catarinense com a finalidade de “limpar” a cidade de tudo que pudesse remetê-la ao atraso. Como uma das medidas apresentadas, a prefeitura inicia um "programa de limpeza" através de uma intensificação das ações de despejos em áreas empobrecidas da cidade.

Até o último 29 de julho, a maioria dos habitantes de Florianópolis só conhecia os acampamentos de sem terra por intermédio da imprensa ou dos barracos de lona que, de vez enquanto, se instalavam em frente à Catedral e ao palácio para exigir reforma agrária. Na madrugada daquele domingo, uma centena de famílias sem terra, sem teto e sem medo, ocuparam um terreno da COHAB, no Pasto do Gado, às margens da Via Expressa. Foi a primeira ocupação organizada de terras urbanas da história de Santa Catarina (...) Somos nós que construímos esta cidade, mas até hoje não nos deram o direito de morar dignamente. Por isso decidimos OCUPAR, RESISTIR e CONSTRUIR (Jornal das Comunidades, nº 06, jul/ago de 1990 apud FRANZONI, 1993, p.38).

Nova Esperança

Ocorrida em novembro de 1990, quatro meses após a conquista da terra da Novo Horizonte, a ocupação Nova Esperança é realizada no bairro da Coloninha (parte continental de Florianópolis) por um grupo aproximado de 50 famílias, que no processo de disputa pela terra estabelecem uma negociação e acabam sendo deslocados para uma nova área, localizada próxima à ocupação Novo Horizonte, no bairro Monte Cristo. Seguindo no rastro da conquista da Novo Horizonte, a ocupação Nova Esperança vai contribuir simbolicamente para estabelecer o movimento dos sem teto enquanto movimento vitorioso, uma vez que "garantiu condições dignas de habitação e, ao mesmo tempo, afrontou os setores que não desejavam sua presença na cidade, denunciando uma realidade que se procurava ocultar" (CANELLA, 2019).

Posteriormente às conquistas realizadas pela Novo Horizonte e Nova Esperança, surgem outras ocupações na região do Maciço do Morro da Cruz, a exemplo da Sta. Terezinha e do Parque Esperança. Enfrentando forte repressão tanto do Estado quanto das comunidades locais, esta última ocupação é pressionada a negociar com o poder público a sua transferência para uma outra área localizada no município vizinho de São José. Por conseguinte, no fim da década de 1990, as localidades surgidas das ocupações passam a sofrer um processo de desarticulação²⁷, encontrando sérias dificuldades de manter as práticas de organização e mobilização dos anos anteriores, embora os seus problemas de moradia prosseguissem.

2.2.2 O interregno de duas décadas e a retomada da luta por moradia

Com o final dos anos 1980, o impacto das décadas seguintes de baixo crescimento, alto desemprego e recuo das políticas sociais, determinadas pelo receituário neoliberal, produzirá uma notável transformação nas dinâmicas demográfica, urbana e ambiental, além de

²⁷ Para maiores informações sobre o processo de desarticulação das ocupações ver Livramento, 2019.

social e econômica. Será durante esse período que irá emergir uma nova política urbana no território brasileiro, por meio da qual movimentos sociais e os mais diversos setores da sociedade civil irão se organizar politicamente. Segundo expõe Maricato (2013), diante da construção da Plataforma de Reforma Urbana, muitas prefeituras alinhadas a uma perspectiva democrático-popular implementarão novas práticas urbanas. Incluindo a participação social, essas novas gestões priorizarão a urbanização da cidade ilegal, invisível até então para as administrações públicas anteriores.

Contudo, apesar do avanço institucional no período de redemocratização e de ascensão dos governos populares, onde houve uma retomada dos investimentos em habitação e saneamento numa escala significativa, as cidades se orientaram em uma direção desastrosa. Como explica Maricato, o coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecida. Os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional onde muitas lideranças foram alocadas. O solo urbano permaneceu refém dos interesses patrimonialistas, onde a disputa territorial entre o capital imobiliário e a força de trabalho levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe, expulsando os pobres para a periferia da periferia (MARICATO, 2013).

Para além do âmbito federal, cabe ressaltar que a questão urbana/fundiária é de competência constitucional dos municípios bem como do próprio governo do Estado. Porém, nenhuma dessas instâncias governamentais tocou na proposta de Reforma Urbana, havendo inclusive um recuo dos governos democráticos-populares. Para Maricato (2013), de modo paradoxal, quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação, saneamento e transporte urbano de forma mais decisiva, um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, considerada a “mais alta do mundo”. E tudo, especialmente, porque a terra se manteve com precário controle estatal, apesar das leis e dos planos que objetivavam o contrário. Faz parte dessa explicação a precarização das condições habitacionais da classe subalternas nas cidades, causada principalmente por: “a) *a disputa pelo fundo público que, em vez de se dirigir à reprodução da força de trabalho, se dirige à reprodução do capital; b) ao esquecimento do Reforma Urbana, cuja centralidade é a função social da propriedade, prevista na Constituição Brasileira, no Estatuto da Cidade e em todos os Planos Diretores dos municípios brasileiros*” (MARICATO, 2013, P.51. Grifos nossos).

Sob a perspectiva da conjuntura local, o período que vai dos anos de 1992 a 2012 será compreendida pela literatura como um hiato em relação a continuidade da organização e mobilização da luta social na região. De acordo com (Franzoni, 1993); (Livramento, 2019), a

condição de desarticulação e fragmentação da luta local por moradia vai estar associada, sobretudo, ao processo de institucionalização das demandas a partir da única experiência democrático-popular, realizada pela Frente Brasil Popular de Florianópolis entre os anos de 1993-1996²⁸. Nessa ocasião, além do movimento dos sem teto conseguir eleger seu candidato a vereador, membros do antigo CAPROM são convidados para ocupar cargos na prefeitura municipal na área de planejamento urbano. Desse modo, “o movimento adota como estratégia buscar as transformações almeçadas através da atividade legislativa e executiva, como, por exemplo, no processo de constituição da lei orgânica municipal de 1990” (LIVRAMENTO, 2019, P.64).

Durante esse período, embora fragmentados, os conflitos de classes em torno da disputa pela terra urbana não deixaram de ocorrer, a exemplo das lutas protagonizadas pelas comunidades da Ponta do Leal e da Vila do Arvoredo²⁹, bem como tantas outras ocupações e assentamentos precários que foram resistindo às diversas tentativas de despejos e remoções ilegais por parte do Poder Público. Para Canella (2019), é importante observar que, contrariando a ideia de um “vazio” na luta por moradia, essas se estenderam por décadas, chegando aos dias de hoje. Contudo, pelo fato de não estarem mais articuladas num movimento unificado, pelo próprio caráter fragmentário e localizado que assumem, a luta organizada por moradia acaba adquirindo menor expressão e visibilidade na cena pública da cidade.

De modo paradoxal, o período marcado pela fragmentação da luta vai coincidir, justamente, com o momento em que a Capital³⁰ passa a apresentar um alto crescimento populacional, com índices de mais de 5% ao ano, combinando-se com as taxas ainda altas dos município de São José, Palhoça e Biguaçu no final da década de 1990. (INFOSOLO, 2006, p.21). Esse aumento populacional e migratório na área conurbada, sobretudo em Florianópolis,

²⁸ Sobre o referido processo de institucionalização da luta por moradia na gestão Sérgio Grando/Afrânio Boppré, cabe considerar a falta de referências e estudos mais consistentes sobre a atuação do mandato na área da habitação popular, necessitando, portanto, de um aprofundamento das implicações anunciadas de modo abreviado tanto por este trabalho quanto por outras pesquisas por nós referenciadas.

²⁹ Localizada no bairro Estreito, parte continental da capital, a comunidade da Ponta do Leal conseguiu finalizar em 2019, depois de muitos anos de luta e resistência, a construção de um conjunto habitacional de 88 unidades pelo Programa Minha Casa Minha Vida entidades, demanda fechada. Já a Vila do Arvoredo (conhecida pejorativamente como Favela do Siri), com aproximadamente 200 famílias, que ocupa uma área de dunas do bairro Ingleses (norte da ilha) desde a década de 1980, ainda não conseguiu do poder público o atendimento de suas reivindicações, persistindo tanto o descaso com as condições precárias e insalubres das famílias quanto, também, as ações repressoras do Estado por meio da violência policial e demolições ilegais de casas.

³⁰ De acordo com o relatório Infosolo (2006), nos períodos 1991-2000 e 1996-2000 Florianópolis obteve crescimento médio anual de, respectivamente, 3,34% e de 5,6% ao ano, muito superior à média do crescimento brasileiro que, no período 1991-2000, foi de 1,63% ao ano.

irá culminar num crescimento de 45% do número de ocupações irregulares em apenas uma década.

Essa aparente contradição, envolvendo o crescimento das áreas de pobreza junto à desarticulação política dos grupos subalternos, só começa a se modificar a partir do ano de 2012, quando insurgem novas ocupações organizadas não mais restritas à capital do Estado, expandindo-se agora, num contexto de periferização, aos municípios da área conurbada de Florianópolis. Surgidas numa conjuntura nacional de intensificação das políticas neoliberais e, também, de financeirização da terra e da moradia no país, as novas ocupações urbanas insurgem no contexto conurbado apresentando mudanças significativas em relação às formas de organização, composição social, projeto político e grupos de apoio.

A primeira ocupação a emergir nessa conjuntura de retomada da luta por moradia será a Ocupação Contestado³¹. Surgida em novembro de 2012, a partir de um grupo de famílias desalojadas na periferia do município de São José, a ocupação começa a adquirir um caráter de organização interna após sofrer uma ação de despejo, passando a contar com o apoio de grupos políticos atuantes na região, entre eles, as Brigadas Populares e a Frente Autônoma de Luta por Moradia, além de quadros do próprio MST/SC. Localizada atualmente no bairro Serraria, em São José, cerca de 120 famílias ocupam um terreno de 4.700m², sem uso social há 40 anos. Com a perspectiva de conquistarem a casa própria, as famílias da ocupação junto ao grupo de apoiadores das Brigadas Populares buscam atualmente viabilizar, através da Prefeitura municipal de São José, a execução do projeto de construção de moradias populares em terreno cedido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Outra ocupação a surgir nessa conjuntura será a Palmares³², que assim como a Contestado nasce de forma espontânea no início de 2013, num terreno situado no Morro do Maciço da Cruz, bairro Serrinha, na parte insular do município de Florianópolis. Passando a contar com o apoio do Coletivo Anarquista Bandeira Negra e do Coletivo Catarina de Advocacia Popular, as 26 famílias ocupantes conseguem resistir até o ano de 2016, quando ocorre uma ação judicial por parte da Prefeitura obrigando as famílias a assinar um acordo de despejo junto à condição de indenização, ainda que insuficiente, das casas derrubadas.

³¹ Sobre a Ocupação Contestado ver (Magalhães; Tonin, 2015) Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado, Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.49, n.2, p.224-255.

³² Sobre a ocupação Palmares ver (Vela, 2015). O caráter educativo dos/nos Movimentos Sociais Urbanos: o caso da Ocupação Palmares em Florianópolis/SC; Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, CFH/UFSC.

Como desdobramento da Contestado e Palmares, insurge a autodenominada Ocupação Amarildo de Souza³³, em dezembro de 2013, numa das áreas mais valorizadas do Norte da Ilha, próxima ao bairro de Jurerê Internacional, região onde se concentra grande parte da classe dominante local. Pensada e produzida de forma organizada por ex-militantes do MST, sua organização política toma uma conformação singular ao apresentar uma proposta de união entre as bandeiras de luta do campo e da cidade, trazendo o novo projeto de Reforma Agrária Popular do MST como perspectiva de ação dentro do espaço metropolitano. Ao longo de sua trajetória, o Movimento que chegou a contar com cerca de 750 famílias, percorreu três localidades distintas entre si, ocupando primeiramente uma área urbana (terra grilada às margens das rodovia SC-401); ao sofrerem uma ação de despejo, famílias remanescentes são levadas para um território indígena em processo de demarcação (ocasionando na perda de 90% da base social do movimento); por último, são transferidos pelo INCRA para uma área de caráter rural, no município de Águas Mornas, na região metropolitana de Florianópolis, encontrando-se assentado desde 2017. Atualmente, contando com um número extremamente reduzido de famílias, a assentamento Comuna Amarildo de Souza, como foi batizado, busca viabilizar o projeto de produção e comercialização de produtos agroecológicos na região.

Contudo, a partir de 2018, numa conjuntura marcada por um substancial aumento da especulação e valorização da terra urbana no município, bem como pela total ausência de políticas habitacionais comprometidas com as parcelas mais empobrecidas dos trabalhadores da região, novas áreas de conflito entre o capital imobiliário e a força de trabalho acabam fazendo com que as ocupações de terras voltem a ganhar destaque na cena pública local. Através de um movimento de expansão geográfica e populacional, essas novas áreas de conflito passam a tornar-se objetos de preocupação e de ataques por parte do Poder Público, elites e mídia empresarial, resultando numa intensificação da repressão policial e das tentativas de despejo ilegais. Tal repressão irá fazer com que as ocupações busquem apoio político junto à militantes e grupos engajados na luta por moradia da região, dando início a uma nova tentativa de mobilização unificada e de ação coletiva.

Este será o caso da Ocupação Nova Esperança, localizada no município de Palhoça, considerada por sua dimensão territorial e número de habitantes a maior ocupação da Área Conurbada de Florianópolis. Situada no bairro Brejaru, região de grande concentração de pobreza, a área ocupada conta atualmente com mais de 300 famílias (cerca de 1.200 pessoas)

³³ Sobre o contexto de surgimento e trajetória da ocupação Amarildo ver (Calheiros, 2018). “Terra, Trabalho e Teto”: Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Grande Florianópolis. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2018.

que sobrevivem em condições extremamente precárias e insalubres de moradia. Resistindo há anos aos inúmeros ataques com violações de direitos promovidos pela Prefeitura Municipal de Palhoça, a ocupação que agora possui representação na associação de moradores do bairro, segue buscando obter o reconhecimento do direito à moradia através da luta pela permanência e regularização das famílias na área ocupada.

Assim como a Nova Esperança, outras duas ocupações do município de Palhoça ganham destaque por apresentarem situações semelhantes não só em relação às condições precárias de moradia, mas também pelas inúmeras ameaças de despejo que vêm sofrendo por parte do Poder Público. Localizadas em áreas de proteção ambiental, próximas à margens de rios, tanto a ocupação Beira Rio (com 60 famílias) quanto a Mestre Moa (com 20 famílias), em face dos processos judiciais começaram a buscar apoio externo, sobretudo das advogadas e advogados do campo popular que, desde o final do ano de 2019, através da assistência jurídica, vem conseguindo obter significativas vitórias em favor da permanência das famílias ocupantes.

Além destas, outras áreas de pobreza se encontram atualmente em situação similar de conflito. Tratam-se tanto de ocupações mais antigas de terras cujas condições precárias se arrastam há décadas, a exemplo da Vila do Arvoredo, como também de outras áreas de disputa mais recente, como o caso da Vila Esperança, localizada no bairro Ingleses, onde mais de 100 famílias resistem às ações violentas e arbitrárias de derrubada de casas por parte de órgãos da PMF, condição que acabou fazendo com que houvesse uma mobilização interna e aproximação dos moradores junto ao grupo de apoio às ocupações urbanas da região.

É diante desta conjuntura que irá emergir as duas ocupações que constituem o objeto central de estudos do presente trabalho, a saber: a Ocupação Marielle Franco, localizada na região do Alto da Caieira, área central da parte insular; e a Ocupação Fabiano de Cristo, no bairro Monte Cristo, situada na parte continental da cidade. É sobre os seus contextos de emergência e de constituição que nos ocuparemos a seguir.

2.3 EMERGÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES MARIELLE FRANCO E FABIANO DE CRISTO EM FLORIANÓPOLIS

Para uma devida apreensão dos elementos constituintes da atual disputa territorial do município de Florianópolis, procura-se assumir uma perspectiva que, de acordo com (Netto, 2011), permita apreender a historicidade percebendo, através de seus principais determinantes, os sistemas de mediação que possibilitam que as contradições se expressem. Ou seja, uma abordagem que busque ressaltar o processo histórico e suas especificidades conjunturais,

considerando os elementos dinâmicos a partir da perspectiva de totalidade, no sentido de contribuir para uma análise mais aproximada do movimento real do objeto pesquisado. Para tanto, toma-se o empírico como ponto de partida, propondo realizar um detalhado inventário da aparência do fenômeno (o que não o esgota), servindo como um recurso para se alcançar a estrutura mais íntima e dinâmica do objeto em questão.

Desse modo, buscou-se coletar um conjunto de informações sobre as ocupações que pudessem servir como conhecimento geral acerca dos seus principais elementos, ou seja, do conteúdo essencial que as constitui e lhe fornece materialidade. Utilizando-se do mais diversos recursos e fontes de dados, a pesquisa de campo contou com entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores e membros do grupo de apoio das duas Ocupações, além de questionário socioeconômico aplicado aos moradores, tabelas, mapas, artigos de jornais eletrônicos, documentos e imagens das áreas ocupadas.

Quanto à estruturação do capítulo, procurou-se apresentar inicialmente o contexto de emergência e composição social, partindo para o detalhamento dos processos envolvendo as áreas em disputa, as implicações do fator terra-localização e a situação jurídica dos terrenos ocupados; bem como as intervenções do poder público municipal e da cobertura do conflito pela mídia empresarial. Esse percurso se faz necessário a fim de buscar precisar, a partir da identificação dos principais determinantes, os sistemas de mediação que fazem com que as contradições existentes na disputa territorial se expressem.

2.3.1 O contexto de surgimento

Definir de modo preciso o surgimento de uma ocupação não é algo simples de se realizar, uma vez que ela surge como efeito de um processo social e histórico, e não como um acontecimento isolado e ocasional. Assim, procura-se apreender a gênese e desenvolvimento das duas ocupações tendo em vista a identificação de elementos que permitam refletir de maneira crítica sobre determinantes gerais de sua emergência, bem como das implicações presentes na singular disputa pela terra na região. Para tanto, buscou-se analisar os dados e relatos seguindo uma organização cronológica dos principais fatos e eventos identificados como sendo de maior relevância, tendo a preocupação de ordená-los conforme a sua disposição factual. Além dos relatos coletados pelas entrevistas, os fatos referentes aos processos analisados envolvem pesquisas anteriores desenvolvidas pelo autor, fontes secundárias (trabalhos acadêmicos, textos militantes e artigos jornalísticos) e, também, observações

realizadas por meio da participação junto aos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de apoio das ocupações urbanas da grande Florianópolis.

Ocupação Marielle Franco

De acordo com os relatos dos moradores e de membros do grupos de apoio, o surgimento da Ocupação Marielle Franco ocorre de forma lenta e gradual. Iniciado em meados da década de 2000, o processo de ocupação das duas áreas localizadas no Alto da Caieira, região integrante do Maciço do Morro da Cruz, vai contar, num primeiro momento, com um número reduzido de famílias, algumas dessas que serão alvo de uma ação judicial promovida pelo reclamante da área privada no ano de 2013. Segundo apontam os relatos, a ocupação da área permanecerá estável até o ano de 2018, quando começa a ocorrer um movimento de expansão com a chegada de um número cada vez mais expressivo de novas famílias. De acordo com o depoimento de um dos moradores:

A Ocupação Marielle Franco é localizada bem ao lado do Serrinha. É uma área de terra num espaço onde não tinha sido construído nada. Tinham algumas plantações de eucalipto e muito mato rasteiro. Aí, algumas pessoas, coisa de 5 à 6 famílias construíram aos arredores da margem desse mato. Com isso, essas pessoas recebem uma intimação e acabam sofrendo um processo judicial, que hoje a gente como uma comunidade toda faz parte, mas a princípio eram apenas 6 famílias. Por conta desse processo, a área parou de ser ocupada, se mantendo estável. Os anos foram passando e aí algumas pessoas que moravam no morro ou que pagavam aluguel começaram a cercar pra construir. [...] Mas a ocupação teve um *boom* no último ano. É uma ocupação que há um ano e meio atrás tinha menos de 60 famílias e que hoje já passa de 120 (Relato do entrevistado 1 - morador da Ocupação Marielle Franco).

Como se pode perceber através do relato, o processo referente ao surgimento e formação da ocupação Marielle Franco ocorre de maneira individualizada e sem um planejamento coletivo anterior. Como também observa Loureci Ribeiro (entrevistado 6), militante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e membro articulador do grupo de apoio às ocupações urbanas da grande Florianópolis, será de maneira “espontânea”, ou seja, não organizada previamente por um sujeito político coletivo, que as famílias ocuparão duas áreas que não cumpriam com a sua função social, localizadas em Zona de Interesse Social (ZEIS) e Área de Preservação Limitada.

Como consequência do aumento significativo do número de famílias, principalmente a partir do ano de 2018, as áreas ocupadas passam a ganhar notoriedade pública, tornando-se alvo de intervenções sistemáticas por parte da Prefeitura municipal. Uma dessas ações

estabelecerá um novo direcionamento à trajetória da ocupação. Trata-se da demolição de dez casas ocorrida na data de 13 de junho de 2018³⁴, fato que acabará contribuindo de modo decisivo para o estabelecimento de uma aproximação entre moradores e militantes da luta por moradia na região. De acordo com Loureci Ribeiro:

[...] Nós, do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), e também do coletivo que se criou a partir das novas ocupações, que é o Coletivo Ocupações Urbanas, que busca fazer a mediação, articulação e organização política do direito dessa população, fomos chamados a partir de uma ação totalmente irregular de demolição de casas por parte da Prefeitura, tanto na área pública quanto na área privada. [...] Desde então, passamos a fazer uma interlocução com essas famílias. A partir disso, o nosso grupo de advogados populares entra também como mediador. Então a gente constrói uma aproximação com essa comunidade para tentar entender como era esse processo de ocupação, e percebemos que era uma ocupação que se deu com famílias já instaladas na área a muitos anos (Relato de Loureci Ribeiro - Grupo de apoio).

O grupo de apoio que começa a se formar passa a apresentar, como referência de organização e ação, as experienciais de militantes com largo histórico de atuação na luta por moradia da região. Contando com uma formação heterogênea, esse grupo vai sendo composto por militantes orgânicos dos partidos políticos de viés progressista e de esquerda, pelo grupo de advogados populares, além de inúmeros militantes e ativistas ligados à entidades estudantis, sindicais, comunitárias e aos mais diversos coletivos autonomistas atuantes na cidade.

Num primeiro momento de sua formação, as ações do grupo se concentraram de forma prioritária nas demandas emergenciais apresentadas pelos moradores, assumindo uma postura muito mais assistencialista do que propriamente política. Contudo, será a partir da articulação estabelecida pelo grupo de apoio junto à alguns moradores, que a ocupação passará a se apropriar tanto um de um discurso como de uma prática voltadas à reivindicação de suas demandas junto ao poder público local, ou seja, do reconhecimento - mesmo que inicialmente reduzido a um pequeno grupo de moradores - dos direitos sociais que lhes são negados. Será, portanto, a partir desse contexto que emerge a Ocupação Marielle Franco³⁵.

³⁴ Com cobertura ao vivo, as ações de demolição acabaram adquirindo grande repercussão nos veículos de comunicação local, ganhando inclusive uma narrativa de apoio por parte da mídia empresarial, a exemplo do jornal Notícias do Dia, do grupo Record. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/dez-imoveis-irregulares-em-app-e-apl-sao-demolidos-no-alto-da-caieira-em-florianopolis/>. Acesso em: 08/10/2019. Trataremos destas ações mais adiante, na parte referente às intervenções do Poder Público nas ocupações.

³⁵ Nome escolhido em homenagem à vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ), brutalmente assassinada por milicianos no dia 14 de março de 2018. Sua história tornou-se símbolo de resistência e luta contra os diversos tipos de violência, opressão e casos de crimes cometidos contra as populações negras, periféricas e marginalizadas.

Surgida da necessidade das famílias do onde e do como morar, a trajetória da ocupação Marielle Franco será marcada por atos de resistência às ações ilegais de reintegração e demolições de casas, exprimindo a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo de setores espoliados e empobrecidos das classes subalternas da região. Ao longo de sua constituição, várias ações conjuntas envolvendo os moradores e integrantes do grupo de apoio foram realizadas a fim de possibilitar melhorias nas condições de vida e moradia das famílias ocupantes. Dentre as principais, destacam-se mutirões de construção e reformas de barracões avariados, melhoria das instalações elétricas e hidráulicas de uso coletivo, além da construção de dois banheiros (demolidos de forma ilegal pela PMF) e uma cozinha comunitária³⁶, esta que atualmente serve como um espaço de educação e de recreação para as crianças da ocupação.

O momento atual permanece sendo o de contínuos e intensos ataques do poder público apoiados por grupos econômicos e políticos, instituições e mídias alinhadas aos interesses do capital fundiário/imobiliário, que juntos buscam por meio da violência e repressão estatal expulsar as mais de 120 famílias que hoje vivem no local. Mesmo diante das inúmeras adversidades, a exemplo da negação dos direitos sociais e tentativas de criminalização, os moradores da área continuam acreditando na possibilidade da regularização da posse dos terrenos, bem como da viabilização de um projeto de habitação popular (prometido pela PMF) que contemple todas as famílias que atualmente vivem nas duas áreas ocupadas.

³⁶ Contando com o auxílio de estudantes e professores das universidades estadual e federal, o projeto educacional e recreativo realizado no espaço coletivo da ocupação promoveu, no ano de 2019, uma festa de inauguração onde, a partir de diversas doações de materiais escolares, brinquedos e utensílios domésticos, foi possível iniciar os trabalhos de acolhimento e cuidado de diversas crianças cujos os pais não conseguiram vagas nas creches e escolas do bairro e localidades próximas à ocupação.

Figura 3 - Ocupação Marielle Franco – Área privada

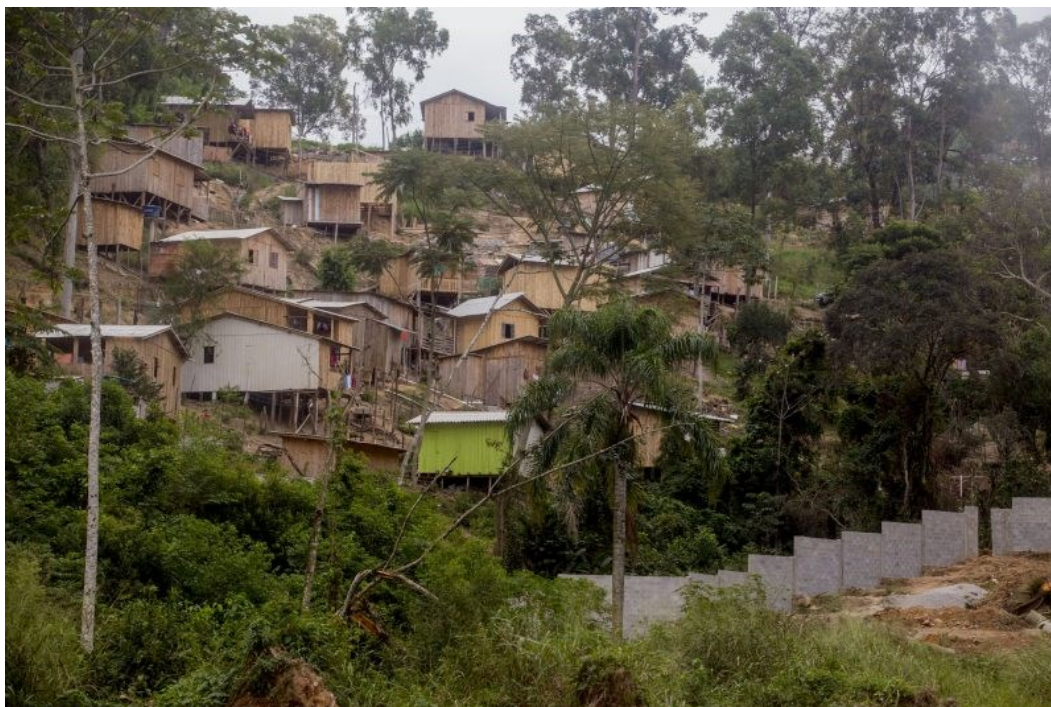


Foto: Flávio Tin/ND

Ocupação Fabiano de Cristo

Diferentemente do processo espontâneo de surgimento da ocupação Marielle Franco, a Fabiano de Cristo surgirá de modo previamente organizado, ou seja, por meio de um planejamento anterior à ocupação da área. Realizada no dia 27 de abril de 2018, a ocupação de um terreno localizado no bairro Monte Cristo irá contar com a participação inicial de 28 famílias de sem teto. O nome escolhido faz referência ao Lar Fabiano de Cristo³⁷, instituição de caridade proprietária do terreno ocupado, esse, que no ano de 2006, havia sido cedido à Prefeitura municipal de Florianópolis por meio de contrato prevendo a construção de 42 moradias destinadas à população carente do bairro.

No entanto, conforme relata Loureci Ribeiro, presente desde os primeiros momentos da ocupação, além de não cumprir o acordo firmado com o Lar Fabiano de Cristo, a Prefeitura, detendo a posse temporária da área, busca resolver um outro conflito, mais relevante sob a

³⁷ Fundada em 1958, a instituição Lar Fabiano de Cristo possui atualmente 44 unidades de atendimento espalhadas pelo país, por meio das quais desenvolve projetos sociais voltados à educação de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Para mais informações acessar: <<http://www.lfc.org.br/>>.

lógica da valorização e especulação fundiária, que era a tentativa de transferência das famílias da Ponta do Leal, - uma outra ocupação localizada ao pé da ponte Hercílio Luz - para dentro da área concedida pelo Lar Fabiano de Cristo, o que acabou não sendo viabilizado devido à forte resistência dos ocupantes da Ponta do Leal. Nas palavras de Loureci:

Essa área ficou sob vigilância no início, depois ela foi abandonada, assim como todas as áreas públicas e privadas que não cumprem com a função social, e, num determinado momento, houve um despertar a partir de um caso específico de extrema carência e vulnerabilidade social, de uma família que não conseguia mais vencer o aluguel. E aí houve uma primeira abordagem da área para poder resolver a problema temporário dessa família, o que acabou despertando a atenção do terreno devido a uma forte demanda no local. A partir desse momento, foram chamados mediadores para poder se discutir como organizar a ocupação do terreno de uma forma coletiva. É nesse contexto que ocorre uma ocupação de forma organizada da área, definindo número de famílias, lotes e critério social (Relato de Loureci Ribeiro - Grupo de apoio).

Conforme demonstram os relatos e os mais diversos artigos e vídeos publicados pelas mídias locais³⁸, os momentos iniciais da tomada do terreno serão constituídos pelo conflito envolvendo as famílias de sem teto, apoiadores e representantes do poder público local. Entretanto, diferentemente do tratamento dado à ocupação Marielle Franco, onde houveram ações conjuntas e sistemáticas de vários órgãos e representantes do primeiro escalão da administração pública municipal, na ocupação Fabiano de Cristo o confronto inicial ocorrerá entre os ocupantes e um único fiscal de obras da prefeitura respaldado por funcionários da guarda municipal. De acordo com os depoimentos, mesmo sob forte repressão estatal, as 28 famílias iniciais resistiram às intimidações verbais e ameaças de criminalização realizadas sem nenhum tipo de amparo jurídico, constituindo-se como fundamental o apoio de militantes, lideranças políticas e advogados populares para o entendimento da situação de conflito e a defesa jurídica dos ocupantes.

Como forma de celebrar a permanência das famílias no terreno, o primeiro final de semana da ocupação foi marcado pela realização de um ato ecumênico, evento que reuniu importantes militantes, lideranças religiosas e parlamentares locais. Nessa ocasião, observou-se uma relação existente entre o novo contexto de luta por moradia e as primeiras ocupações organizadas da década de 1990, visto que alguns dos novos ocupantes se apresentaram como

³⁸ Disponível em: <<https://www.nscototal.com.br/noticias/cerca-de-100-pessoas-montam-ocupacao-em-terreno-na-regiao-continental-de-florianopolis>> Acesso em: 10/05/2019

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4LUnuooYDi4>> Acesso em: 10/05/2019

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l7szbGkUOog>> Acesso em: 10/05/2019

filhos dos sem teto daquela época, fato que abre questionamentos sobre a persistência e o aprofundamento da falta de políticas habitacionais do município, uma vez que o problema do acesso à terra urbana persiste, abarcando agora também as novas gerações.

Figura 4 - Ato ecumênico na Ocupação Fabiano de Cristo



Foto: Francisco Alano/ND

O momento atual da ocupação ainda é o de instabilidade e insegurança quanto as condições de permanência definitiva das famílias no terreno. Completando dois anos de existência, a ocupação que começou com 28 famílias já conta com mais de 40. Enquanto isso, o diálogo entre o Lar Fabiano de Cristo e a Prefeitura sobre o destino do terreno e das famílias continua sem avançar, evidenciando o descaso ao direito à moradia adequada pelo poder público, esse que até o presente momento não apresentou nenhum tipo de solução para o conflito envolvendo a área ocupada.

Embora apresentem trajetórias distintas em relação ao contexto de surgimento, é certo afirmar que, tanto a ocupação Marielle Franco quanto a Fabiano de Cristo constituem-se como

alternativas encontradas pelas famílias de sem teto a fim de suprir uma necessidade concreta, que é a urgência do onde e do como morar. Amparadas por um grupo de apoiadores, as ocupações começaram a ganhar maior visibilidade na cena pública local ao proporem uma agenda conjunta de reivindicação pelo direito à moradia³⁹. Junto a outros grupos e movimentos sociais, ajudaram a promover ações reivindicatórias importantes na região, com destaque para a organização de uma audiência pública⁴⁰ sobre violência policial nas comunidades, participando também ativamente da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis.

2.3.2 Composição social

A investigação sobre a composição social das ocupações urbanas se impõe fundamental, uma vez que a apreensão da posição de classe dos ocupantes contribui para um maior aprofundamento acerca das condições de exploração e espoliação atuais das classes trabalhadoras nas cidades, auxiliando também na reflexão sobre os determinantes estruturais do processo de precarização do trabalho e das condições de moradia. Para tanto, utiliza-se a categoria “subalterno” e o conceito de “subalternidade” do pensamento gramsciano, esses que, segundo Simionatto (2009, p.42), tem sido utilizados na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, com a intenção de “descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna”. Segundo a autora, o tratamento das classes subalternas exige ir além, buscando recuperar os processos de dominação presentes na sociedade no sentido de “desvendar as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos” (BUTTIGIEG, 1999 apud SIMIONATTO, 2009, P.42).

³⁹ Em 29/06/2018 ocorre uma tentativa de retomada da pauta do direito à moradia na Grande Florianópolis. Reunindo dezenas de famílias de sem teto da região da grande Florianópolis, o ato unificado em solidariedade a ocupação Marielle Franco cobrou da Prefeitura o fim da violência nas ocupações urbanas e o direito à moradia digna na região. Para maiores informações ver artigo de nossa autoria em Desacato.info:<<http://desacato.info/ato-unificado-dos-sem-teto-reivindica-o-direito-a-moradia-e-o-fim-da-violencia-nas-ocupacoes-urbanas-da-grande-florianopolis/>>.

⁴⁰ Proposta pelo Deputado Padre Pedro Baldissera – PT/SC a pedido das lideranças comunitárias e movimentos sociais da região, a Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), debateu no dia 27/03/2019 propostas para o fim das ações policiais violentas contra as populações marginalizadas e periféricas da Grande Florianópolis. Para maiores informações ver artigo de nossa autoria em Desacato.info:<<http://desacato.info/liderancas-comunitarias-e-movimentos-sociais-exigem-o-fim-da-violencia-policial-nas-periferias-da-grande-florianopolis/>>.

Conforme aponta Liguori (2017), Gramsci utiliza os termos “subalternidade”, “subalterno”, “subalterna”, “subalternos” de várias maneiras. Nas palavras do autor:

Em primeiro lugar, em relação a segmentos de população desagregada, politicamente (e, portanto, também culturalmente) marginal, a quem julga “às margens da história” [...] Em segundo lugar, Gramsci desenvolve o uso do termo “subalterno” referindo-se especificamente ao proletariado industrial avançado, avançado a ponto de tentar dar vida a uma forma própria de democracia e, portanto, de começar um processo não apenas de “contra hegemonia”, mas também de “desafio hegemônico”, pela conquista da hegemonia. Em terceiro lugar, o termo é usado para se referir a sujeitos singulares, seja em relação à sua posição social, seja em relação a seus limites culturais (LIGUORI, 2017, P.37).

E mais:

A categoria de “subalterno”, portanto, aparece num quadro de enriquecimento das categorias tradicionais do marxismo. É já em si significativo que, ao falar de classes ou grupos sociais subalternos, Gramsci compreenda tanto grupos mais ou menos desagregados e marginais quanto o proletariado de fábrica [...] (LIGUORI, 2017, P.38).

Ademais, como forma de enriquecer a análise sobre a origem e formação da composição social das ocupações, considera-se necessário apreender as características distintas presentes na atual morfologia das classes trabalhadoras, visto que essas sofreram profundas alterações a partir do processo de intensificação da agenda neoliberal e de reestruturação produtiva nos países de capitalismo dependente. Nesse contexto, Antunes (1999) observa significativas modificações em sua composição, apontando como os setores marginalizados das relações formais de trabalho integram a classe trabalhadora contemporânea sendo, portanto, indispensáveis no processo de produção e reprodução do capital. Valendo-se da categoria de *classe-que-vive-do-trabalho*, o autor estabelece uma noção ampliada da classe trabalhadora, propondo incorporar não só o proletariado, mas também todo o conjunto dos trabalhadores assalariados que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, incluindo os desempregados. Nas palavras do autor:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os *trabalhadores hifenizados* [...] os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural* (ANTUNES, 1999, p. 103-104, grifos no original).

Considera-se, portanto, a condição de subalternidade contemporânea a partir de uma conjuntura de alterações provocadas pelas políticas neoliberais, essas que impactaram diretamente numa maior precarização do trabalho, em especial, dos setores mais pauperizados da *classe-que-vive-do-trabalho*. Como explica Kowarick (1993), no plano das condições da vida urbana, essa precarização será causada por dois fatores, o da intensificação da exploração do trabalho e da *espoliação urbana*, esse último identificado como sendo a somatória de extorções que operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo. Trata-se, pois, de uma população que vai compor parte significativa do atual exército industrial de reserva⁴¹ das principais regiões metropolitanas. Apartada do trabalho formal nas cidades, subempregada, informalizada ou até mesmo desempregada, essa população subalterna acaba por constituir a grande parte do contingente populacional das milhares ocupações urbanas espalhadas pelo país.

Dados gerais sobre as famílias das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo

Sobre a especificidade da composição social assumida pelas duas Ocupações, os dados obtidos são oriundos da sistematização das informações contidas no questionário⁴² aplicado às famílias das ocupações urbanas da grande Florianópolis, elaborado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) em Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A partir da seleção de questões, foi possível verificar dados relevantes em relação à situação atual de moradia, nível de escolaridade, condições de trabalho e renda de uma parcela reduzida, no entanto, representativa da população atual das duas ocupações.

O questionário aplicado às famílias contou com 50 questões. Na Ocupação Marielle Franco, responderam o questionário 27 pessoas representantes de domicílios familiares (de um total aproximado de 120), divididas entre 14 pessoas do sexo feminino (51,9%) e 13 (48,2%) do sexo masculino. Desse total, 13 (48,2%) se autodeclararam pretas, 7 (25,9%) pardas, 6 (22,2%) brancas e 1(3,7%) indígena. Na Ocupação Fabiano de Cristo, responderam ao questionário 7 pessoas representantes de domicílios familiares (de um total de 41), divididas

⁴¹ “A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva.” (Bottomore, 2012, p.213)

⁴² O cadastro sistematizado foi gentilmente cedido a este trabalho pelo grupo de pesquisa do observatório das ocupações urbanas da grande Florianópolis, vinculado ao PET Geografia da UDESC, sob coordenação da professora Vera Dias.

entre 5 pessoas do sexo feminino (71,4%) e 2 (28,6%) do sexo masculino. Dessas, 3 (42,9%) se autodeclararam pretas, 2 (28,6%) pardas, 2 (28,6%) brancas.

Conforme apontam os números da tabela 1 e 2 sobre a situação atual de moradia, verificou-se que na Ocupação Marielle Franco, das 27 famílias que responderam à pergunta, 13 delas consideraram a situação de moradia⁴³ como concluída e ocupada e 11 em processo de construção. Com relação ao número de pessoas por domicílio, 12 casas são habitadas por 3 a 4 pessoas, e 6 domicílios entre 5 a 7 pessoas. Outro dado relevante diz respeito à situação de moradia anterior, onde 19 famílias disseram ter morado de aluguel.

Já na Ocupação Fabiano de Cristo, das 7 famílias que responderam o questionário, a quantidade que considerou a sua situação de moradia como concluída foi igual ao número representado pelas moradias em construção, ou seja, 3 famílias. Em relação ao número de pessoas por domicílio, 3 dos entrevistados disseram ser habitadas por 3 a 4 pessoas, 1 por um morador, 1 por dois moradores e 1 por 5 a 7 moradores. Sobre a situação de moradia anterior, 3 famílias afirmaram que pagavam aluguel, 2 tinham casa própria e 1 residia de favor.

De modo geral, trata-se de residências em sua maioria unifamiliares e separadas por lotes extremamente pequenos. Produzidas através de autoconstrução e em alguns casos também por mutirões, essas habitações demandam tempo e esforço familiar, precisando de vários anos para adquirir uma forma mais definitiva, permanecendo muitas vezes inacabadas. Por conseguinte, as condições topográficas apresentadas pelas áreas ocupadas fazem com que as casas sejam construídas diretamente sobre o terreno, ou através de suspensão por pilares como forma de compensação da alta declividade dos terrenos, feitas geralmente com estruturas precárias de apoio, apresentando elevado risco de desestabilização, como no caso da maioria das casas construídas na Ocupação Marielle Franco.

⁴³ Sobre as condições de moradia das ocupações, cabe ressaltar que se trata, em sua maioria, de construções precárias e insalubres. Apresentando inadequações de higiene e conforto, as habitações contam quase sempre com banheiro externo (puxadinho de madeira separada do restante da casa), o que agrava ainda mais as condições sanitárias nas ocupações. Da mesma forma, as partes elétrica e hidráulica são feitas de maneira precária e rudimentar. Por possuir poucos cômodos, essas moradias improvisadas acabam contando com um expressivo adensamento familiar (2, 3 ou mais pessoas por cômodo) apresentando também, em alguns casos, a coabitação familiar (mais de duas famílias compartilhando uma casa por necessidade). Além disso, a falta de infraestrutura básica promove sérios problemas de saúde à população local. Não existe abastecimento de água e nem sistema de esgoto, sendo necessário improvisar canos de desvio da rede da CASAN ou construir poços individuais. O fornecimento de energia elétrica ocorre por meio do “gato social”, forma encontrada pelos moradores de superar a falta de energia através do prolongamento da instalação para as casas excluídas do sistema legal.

Tabela 5 - Situação de moradia da Ocupação Marielle Franco

Situação de Moradia	Frequência	Percentual
Não responderam/ou não souberam responder	2	7,4%
Concluída e ocupada	13	48,2%
Construída, porém desocupada	1	3,7%
Em construção e ocupada	11	40,7%
Em construção, porém desocupada	0	0,0%
Vazia	0	0,0%
TOTAL OBS.	27	100%

Elaboração: Fernando Calheiros. Fonte: Observatório das Ocupações Urbanas da Grande Florianópolis/UDESC

Tabela 6 - Situação de moradia da Ocupação Fabiano de Cristo

Situação da Moradia	Frequência	Percentual
Não responderam/ou não souberam responder	1	14,3%
Concluída e ocupada	3	42,9%
Construída, porém desocupada	0	0,0%
Em construção e ocupada	3	42,9%
Em construção, porém desocupada	0	0,0%
Vazia	0	0,0%
TOTAL OBS.	7	100%

Elaboração: Fernando Calheiros. Fonte: Observatório das Ocupações Urbanas da Grande Florianópolis/UDESC

Com relação à escolaridade, conforme demonstram os números das tabelas 3 e 4, das 27 pessoas que responderam o questionário, 13 afirmaram ter o ensino fundamental incompleto, 4 com fundamental completo, 4 com ensino médio incompleto, 4 com médio completo e apenas 1 com superior incompleto. Além do ensino regular obrigatório, somente 7 dos entrevistados responderam ter algum tipo de curso técnico. Já na Ocupação Fabiano de Cristo, verificou-se

que do total de 7 pessoas entrevistadas, 2 disseram ter o ensino fundamental incompleto, 2 com fundamental completo, 2 com ensino médio incompleto e apenas 1 com médio completo.

Nota-se, mesmo se tratando de uma parcela representativa do total dos moradores, um nível extremamente baixo da escolaridade, o que irá refletir nas condições de trabalho e renda salarial. Trata-se de uma população que possui pouca ou quase nenhuma qualificação profissional, população que vai acabar quase sempre encontrando oferta de trabalho ou no ramo da construção civil (pedreiro, servente, carpinteiro), no caso da mão de obra masculina, ou no trabalho doméstico e serviços gerias, no caso das mulheres.

Tabela 7 - Escolaridade/ Ocupação Marielle Franco

Escolaridade	Frequência	Percentual
nunca estudou	1	3,7%
ensino fundamental incompleto	13	48,2%
ensino fundamental completo	4	14,8%
ensino médio incompleto	4	14,8%
ensino médio completo	4	14,8%
ensino superior incompleto	1	3,7%
ensino superior completo	0	0,0%
pós-graduação incompleto	0	0,0%
pós-graduação completo	0	0,0%
TOTAL OBS.	27	100%

Elaboração: Fernando Calheiros. Fonte: Observatório das Ocupações Urbanas da Grande Florianópolis/UDESC

Tabela 8 - Escolaridade/ Ocupação Fabiano de Cristo

Escolaridade	Frequência	Percentual
nunca estudou	0	0,0%
ensino fundamental incompleto	2	28,6%
ensino fundamental completo	2	28,6%
ensino médio incompleto	2	28,6%

ensino médio completo	1	14,3%
ensino superior incompleto	0	0,0%
ensino superior completo	0	0,0%
pós-graduação incompleto	0	0,0%
pós-graduação completo	0	0,0%
TOTAL OBS.	7	100%

Elaboração: Fernando Calheiros. Fonte: Observatório das Ocupações Urbanas da Grande Florianópolis/UFES

No que diz respeito às características socioeconômicas, em especial a situação atual de trabalho, das 27 pessoas que participaram do questionário na Ocupação Marielle Franco, 15 delas afirmaram possuir um emprego, enquanto 12 pessoas responderam estar na condição de desempregados. Das que trabalham, apenas 3 afirmaram possuir carteira assinada. Além disso, a mesma quantidade de pessoas que atualmente trabalham, 15 disseram não possuir nenhuma outra forma de renda além do salário. Já na Ocupação Fabiano de Cristo, do total das 7 pessoas que responderam o questionário, 4 informaram ter um algum tipo de trabalho, enquanto 3 disseram estar desempregadas. Das que atualmente trabalham, apenas 2 possuem carteira assinada.

Tabela 9 - Situação de trabalho/Ocupação Marielle Franco

Situação de Trabalho	Frequência	Percentual
desempregado (a)	12	44,4%
empregado(a) com carteira assinada	3	11,1%
empregado(a) sem carteira assinada	1	3,7%
autônomo(a)	6	22,2%
temporário(a) (fazendo bico/free lancer)	5	18,5%
trabalho em cooperativa	0	0,0%
estatutário(a)	0	0,0%
funcionário(a) público	0	0,0%
TOTAL OBS.	27	100%

Elaboração: Fernando Calheiros. Fonte: Observatório das Ocupações Urbanas da Grande Florianópolis/UFES

Tabela 10 - Situação de trabalho/Ocupação Fabiano de Cristo

Situação de Trabalho	Frequência	Percentual
desempregado (a)	3	42,9%
empregado(a) com carteira assinada	2	28,6%
empregado(a) sem carteira assinada	1	14,3%
autônomo(a)	0	0,0%
temporário(a) (fazendo bico/free lancer)	1	14,3%
trabalho em cooperativa	0	0,0%
estatutário(a)	0	0,0%
funcionário(a) público	0	0,0%
TOTAL OBS.	7	100%

Elaboração: Fernando Calheiros. Fonte: Observatório das Ocupações Urbanas da Grande Florianópolis/UDESC

A partir dos números apresentados, nota-se que o perfil das famílias presentes nas duas ocupações aponta para um baixo nível de escolaridade, bem como para condições informais e precárias de trabalho, o que acaba evidenciando a posição de classe dos ocupantes. Mesmo parcialmente e precariamente empregada, devido a condição de superexploração do trabalho e espoliação urbana, não é permitido à essa população receber o mínimo indispensável para a participação na vida social. O nível salarial dos empregos não é capaz de garantir uma possibilidade de vida digna na cidade, a começar pela situação de moradia e de acesso ao solo urbano legalizado. Desagregada e marginal, essa população subempregada e mesmo desempregada, acaba por constituir a parcela mais explorada e espoliada da *classe-que-vive-do-trabalho*.

2.3.3 Localização e situação jurídica das áreas ocupadas

A Ocupação Marielle Franco está localizada no Alto da Caieira, região integrante do Maciço do Morro da Cruz⁴⁴, região que começa seu processo de ocupação ainda em meados do

⁴⁴ “De acordo com os dados levantados pela prefeitura de Florianópolis (2009), a área total do Maciço do Morro da Cruz é de 2,1 milhões de metros quadrados com uma população estimada em 22.708 moradores, distribuída entre 17 territórios, sendo que 675 mil metros quadrados são de ocupação humana. Contudo, percebe-se que não há consenso em relação ao número de habitantes dos morros, muito menos em relação ao número de territórios existentes, já que algumas ocupações recentes ainda não foram devidamente catalogadas. Para as lideranças do

século XIX, recebendo escravos libertos que, destituídos das condições materiais necessárias para uma inserção digna na sociedade de classes, passam a habitar os morros centrais do município. Como ressalta Pimenta e Pimenta (2011), a ocupação do Morro da Cruz irá se desenvolver de forma limítrofe à orla marítima no sentido das baías norte e sul, em direção à constituição dos bairros “trás-os-morros”, onde estão localizadas tanto a Universidade Federal de Santa Catarina, quanto grandes empresas estatais. Contudo, será a partir dos anos 1960 que a região vai proporcionar um novo impulso ao desenvolvimento urbano local, deixando de ser vista como um mero obstáculo delimitador do centro histórico para se transformar em uma área central, sobretudo, em termos de acessibilidade à rede de transportes e aos principais equipamentos e serviços urbanos do município.

Os anos 1990, década reconhecida pela implantação da agenda neoliberal no país, vai ser marcada por um processo de adensamento das regiões de pobreza no município de Florianópolis, com grande destaque para a região do Morro da Cruz. Embora a ocupação inicialmente tenha se dado pelas bordas de forma rarefeita, após os anos 1990 começa a ocorrer de modo vertiginoso um movimento de expansão para as áreas mais íngremes e frágeis dos morros que separam o centro histórico da cidade dos novos bairros residenciais de classe média. É também nesse período que loteamentos de alto padrão serão aprovados em total desacordo com a legislação urbanística (com limite da cota de 100m). Desde então, por estar situada em uma posição privilegiada no município, a região do Maciço do Morro da Cruz “não cessou mais de conhecer a conquista palmo a palmo tanto da sua vertente central quanto residencial, constituindo um mosaico retalhado de ocupações com bolsões de pobreza em seu interior” Ademais, como resume os autores “pela exuberância de sua paisagem e sua localização privilegiada, o Morro da Cruz constitui hoje ponto de disputa latente entre a população instalada em áreas de preservação e os interesses de desenvolvimento turístico futuro” (PIMENTA e PIMENTA, 2011, P.49).

Constituindo uma área de migração recente, será também a partir da década de 1990 que o Alto da Caieira⁴⁵ irá receber grande parte da sua população atual. Trata-se, como

Maciço do Morro da Cruz, estima-se que existam, praticamente, 30.000 pessoas residindo nos morros, o que equivale a quase 8% da população absoluta da capital” (DANTAS, 2013, p.42).

⁴⁵ Segundo pesquisa do grupo INFOSOLO no ano de 2005, “o Alto da Caieira, uma das áreas mais empobrecidas do morro e com ocupação mais recente, teve um crescimento de pelo menos 200% nos últimos dez anos, segundo o NESSOP/UFSC – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular, o conjunto da Caieira da Vila Operária aumentou em pelo menos cinco vezes o número de domicílios. As condições de acesso ao solo nesta localidade, segundo o NESSOP, revelam que 84% das famílias possuem a propriedade ou posse da sua moradia. Porém, 36% das famílias afirmam não possuir comprovante de propriedade, o que provavelmente expressa a parcela desta população que ocupou diretamente o solo sem intermediários. Outros 36% possuem algum tipo de recibo, revelando a existência do mercado informal de terras. Ainda, 22% afirmam possuir contrato em cartório, o

observam Pimenta e Pimenta (2011), de migrantes⁴⁶ do interior do Estado de Santa Catarina, em sua maioria oriundos do Planalto e do Oeste catarinenses, regiões rurais com forte predomínio da agroindústria frigorífica que, ao passarem por uma renovação tecnológica e poupadora de mão de obra, contribuem para o processo migratório campo-cidade no Estado. Os autores destacam ainda a crise industrial do Vale do Itajaí e o próprio crescimento da pobreza na grande Florianópolis como fatores que impulsionaram a transferência das populações empobrecidas para a região do Morro da Cruz.

Contudo, será no ano de 2008, através do projeto do Maciço do Morro da Cruz (PMC)⁴⁷ elaborado pela Prefeitura municipal com recursos federais vindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que a região do Alto da Caieira passará por uma transformação radical do seu território. Por meio desse importante investimento público, será construída a Transcaieira, uma nova via de conexão direta envolvendo as comunidades do Morro da Cruz, os bairros de classe média e a área central da cidade.

Com relação aos dois terrenos que compõem a Ocupação Marielle Franco, de um lado da Transcaieira encontra-se uma área de natureza pública, de posse da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com aproximadamente 47 mil m², onde atualmente habitam cerca de 22 famílias, (17 casas unifamiliares e 5 casas coabitadas), classificada pelo Plano Diretor vigente como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁴⁸. Do outro lado da via, há um terreno de aproximadamente 55 mil m² inserido em uma Área de Preservação de Uso Limitado (APL), de domínio privado, onde até o momento foram construídas aproximadamente cerca de 120 casas.

que não explica nem garante que sejam compras de imóveis em situação formal, ou seja, regularizada junto à administração municipal, já que os contratos de compra e venda de imóveis feitos pelos cartórios não constituem em escritura pública” (INFOSOLO, 2006, p.30).

⁴⁶ Como mostram as pesquisas realizadas, grande parte dos moradores do Alto da Caieira migrou para Florianópolis após os anos 90 (70,92%) com ligeira concentração no início da década. [...] Existe uma coincidência entre a porcentagem de migração para a cidade e para o Morro da Cruz indicando que houve migração direta na última década (em torno de 71% dos moradores do Alto da Caieira) (PIMENTA E PIMENTA, 2011, p.53)

⁴⁷ O Projeto do Maciço do Morro da Cruz (PMC) tinha como objetivo melhorar a infraestrutura e as condições de vida urbana das populações locais. Entre as principais ações estabelecidas pelo projeto, estavam o plano de redução de deslizamentos, a definição da áreas como Zoneamento Especial de Interesse Social (ZEIS), criação do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz e de sistemas de transporte vertical, além da construção de Habitações de Interesse Social. Ao final das obras, no ano de 2012, verificou-se que além de não haver tido qualquer avanço na questão envolvendo a regularização fundiária local, também não foram construídos os conjuntos habitacionais previstos no projeto inicial (CORRÊA, 2018).

⁴⁸ Conforme estabelecido no artigo 212 do Plano Diretor do município de Florianópolis. “As Áreas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são parcelas urbanas destinadas para moradia da população de interesse social e sujeitas às regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, nas quais predominam as seguintes condições: I. famílias com renda igual ou inferior a três salários mínimos; II. Uso residencial; III. Existência de habitações rústicas e/ou improvisadas, com baixa qualidade dos materiais; IV. Existência de moradias com adensamento habitacional excessivo e pela coabitação não voluntária; V. ocupações irregulares caracterizadas por loteamentos clandestinos e áreas de invasões; e VI. Inexistência ou precariedade de infraestrutura urbana e comunitária.” Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-florianopolis-sc>> Acesso em: 10/01/2020.

Figura 5 - Imagem aérea da Ocupação Marielle Franco (Abril/2020)



Fonte: Google Earth

Trata-se, pois, de duas áreas que embora apresentem uma topografia de alta declividade, dispõem de possibilidades para a construção de habitações de interesse social, havendo inclusive um projeto, desde a época do PAC, de um conjunto habitacional da PMF para a área pública (ZEIS) que não se efetivou. Já na área privada, como veremos mais adiante, uma parte do terreno foi oferecido pelo proprietário à Prefeitura como forma de quitação de uma grande dívida de IPTU.

Pela singularidade da paisagem e localização privilegiada que sustenta - conexão direta entre a área central e os bairros residenciais de classe média e alta, bem como da proximidade aos principais equipamentos, serviços públicos e ofertas de trabalho - as áreas ocupadas acabaram se transformando em um objeto de disputa e tensão permanentes envolvendo a população pobre local, investimentos empresariais e as políticas públicas. Nesse sentido, é possível verificar através dos relatos coletados, a importância assumida pelo fator localização, uma vez que, além da capacidade de infraestrutura e de articulação junto às outras áreas centrais do município, há também uma preocupação no sentido de quem deve ou não se apropriar dos investimentos públicos realizados na região, esses que acabaram contribuindo de forma contraditória, tanto para a melhoria das condições de acesso e mobilidade urbana da população local quanto para a valorização fundiária/imobiliária. Essa condição acabou, de maneira

inevitável, proporcionando um acirramento ainda maior da disputa pela região do Alto da Caieira, como nos mostra os relatos a seguir:

Se você descer a pé no meio da comunidade, em 15 minutos você está na UFSC. Se você descer a pé para o centro, você chega lá em 40 minutos ou menos. Se você for pelo túnel, até em meia hora você chega no centro. A gente tem o mirante do Morro da Cruz, que é um ponto turístico importante da cidade. Todas essas questões com certeza influenciam na pressão para que a gente saia daqui. [...] Há um condomínio ao lado, de classe média alta, tá dentro de uma área que deve ser umas quatro ou cinco vezes maior que a ocupação Marielle Franco, com umas vinte e poucas casas, com uma estrutura que mostra o tamanho dos terrenos, inclusive com ruas de acesso exclusivo dentro do bairro. [...] A gente divide muro com esse condomínio. Não há interesse dessas pessoas que a gente more aqui. São pessoas que não tem interesse que a comunidade se prolifere (Relato do entrevistado 1 – morador da Ocupação Marielle Franco).

E ainda:

Onde você tem um espaço inviável, você não tem condições para poder fazer uma ocupação ostensiva por parte do capital. Mas, muitas vezes, quando o próprio Estado acaba intervindo de forma massiva tudo isso se modifica, e este é o caso da Ocupação Marielle Franco. É uma área que vem desde 2005 recebendo investimento público por meio do sistema viário. Hoje você sobe e desce mais rápido de lá pela via que liga todos os cantos do morro, com saída tanto para o centro, para o Saco dos Limões, Trindade, Pantanal, Carvoeira. Hoje você tem saída para tudo que é lado, por conta de um investimento público feito. Nós agora temos um grande problema com isso, porque um investimento como este acaba gerando uma grande valorização, aumentando ainda mais a disputa do que ainda resta de área pública e privada. [...] Por isso que ali na Marielle Franco se busca criminalizar sem trégua, para poder viabilizar o ganho de capital nessa região (Relato de Loureci Ribeiro - Grupo de Apoio).

Através da figura 6, é possível notar a condição privilegiada da localização da Ocupação Marielle Franco, essa, que vai contar com uma via exclusiva de conexão rápida ao centro da cidade (6 km), mantendo também proximidade a importantes equipamentos e serviços públicos, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina e o Hospital Universitário, além das escolas, creches e postos de saúdes localizados nos bairros limítrofes à ocupação. Além desses atributos, a região do Alto da Caieira conta ainda com uma vista singular da paisagem do município, algo que irá contribuir ainda mais para a sua valorização espacial.

exclusivamente ao subsídio da agricultura familiar, acabam migrando em massa para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho e renda.

Constituída atualmente por 12 comunidades, a região do Monte Cristo apresenta um alto grau de adensamento populacional e habitacional (especialmente na forma de coabitação), fazendo dela uma das maiores regiões de concentração de pobreza do município. Entre as suas principais comunidades estão a Chico Mendes, Nossa senhora da Glória, Santa Terezinha, Panorama, Novo Horizonte e Nova Esperança, (essas duas últimas surgidas de forma organizada no início da década de 1990). Trata-se, portanto, de uma região de pobreza consolidada, essa, que de acordo com o Censo 2000 já apresentava uma população de 12 mil pessoas habitando cerca de 4 mil moradias (3,27 habitantes por moradia), destacando-se já nesse período como a região de pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Florianópolis.

No que diz respeito à localização do terreno ocupado, de aproximadamente 3,5 mil m², este está situado ao lado do Lar Fabiano de Cristo, instituição que detém a posse de toda a área incluindo a parte da ocupação. Embora localizado em uma das regiões de maior concentração de pobreza do município, o bairro dispõe, mesmo que de modo precário e insuficiente, de serviços urbanos essenciais tais como creche, escola, posto de saúde e projetos sociais.

Figura 7 - Imagem aérea da ocupação Fabiano de Cristo (Abril/2020)

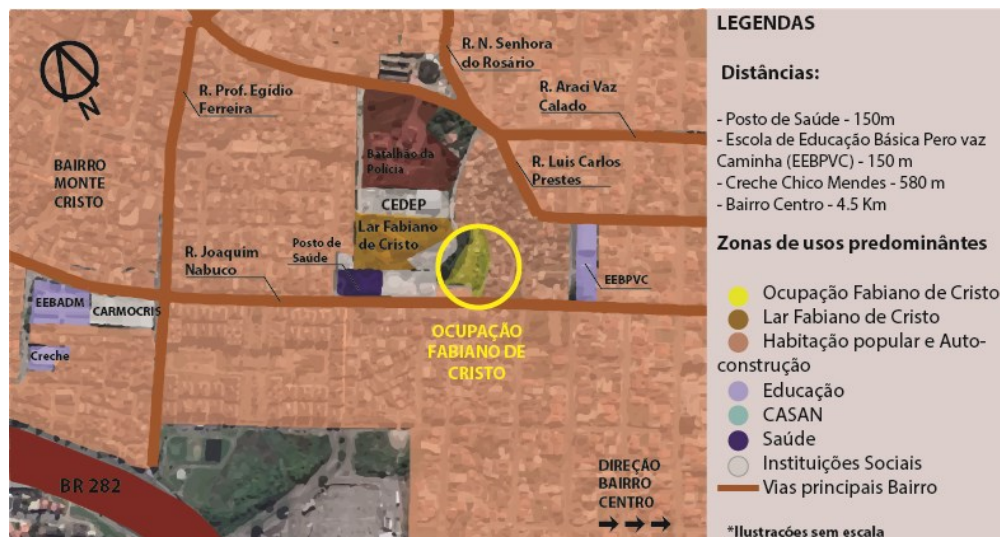


Fonte: Google Earth

Para uma das moradoras da ocupação Fabiano de Cristo, trata-se de uma região de boa localização, uma vez que possibilita o acesso à serviços públicos essenciais e mantém proximidade com o centro histórico da cidade. Não obstante, para ela, o fato do terreno estar inserido dentro de uma área de pobreza consolidada, faz com que ele acabe não despertando tanto interesse por parte da Prefeitura e do mercado imobiliário, diferentemente da condição assumida pela Ocupação Marielle Franco. Nas palavras de uma das moradoras:

Na verdade eu estou perto de tudo. Isso é um privilégio. Tem um posto de saúde aqui do lado. Eu tenho escola do lado. Tem projeto social. Tem o ponto de ônibus na esquina. Tudo próximo, supermercado, farmácia. A gente mora numa localização boa, e eu acredito que, pelo fato do terreno ser privado, isso não tenha instigado tanto a Prefeitura. É uma área que não brilha muito aos olhos dela. É uma área de população pobre, onde não vai se poder erguer um grande edifício. Não é um lugar onde os milionários vão querer comprar uma cobertura. Nenhuma construtora vai querer erguer edifícios aqui. Não é igual lá na Marielle Franco que dá pra construir. Temos várias comunidades ao redor que não são evoluídas aos olhos deles [Prefeitura e construtoras]. Eu acredito que seja por isso que eles não estejam requerendo o local (Relato da entrevistada 3 - moradora da Ocupação Fabiano de Cristo).

Figura 8 - Localização da Ocupação Fabiano de Cristo



Fonte: Google Earth. Elaborado por Verônica Orlandi

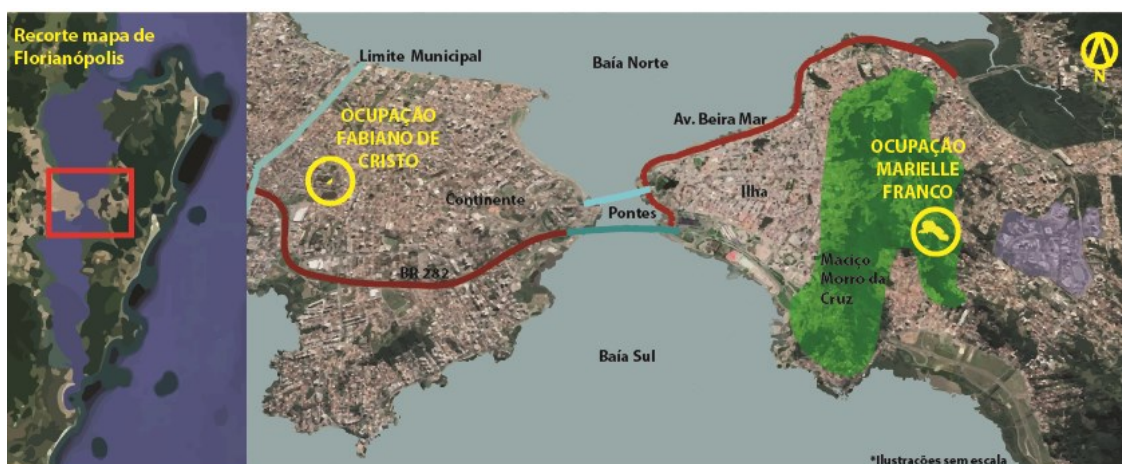
Ainda sobre as especificidades assumidas pela localização, Loureci Ribeiro, do grupo de apoio, destaca que o interesse que há por trás está de acordo com aquilo que cada área

representa no conjunto da cidade. Relata que existe uma notável disparidade no tratamento dado pelo Poder Público às duas ocupações, uma vez que as ações de maior repressão são direcionadas à região do Alto da Caieira, onde evidentemente há um maior interesse econômico. Para Loureci, por conta desse interesse, a Ocupação Marielle Franco acabou ganhando uma visibilidade maior na luta por moradia, pois, ao entrar em confronto direto com os interesses do mercado imobiliário, acabou revelando não só o posicionamento das forças e instituições envolvidas, mas também a lógica que há por trás da disputa territorial no município. Nas palavras do militante:

[...] Todo o entorno da Fabiano de Cristo faz parte de uma grande área empobrecida, com a maioria da população ganhando de 1 à 3 salários mínimos. Então, aos olhos do capital imobiliário, essa área não interessa tanto quanto a da Marielle Franco, que está próxima às universidades, do centro histórico e administrativo, das principais empresas públicas da bacia do Itacorubi, além da maravilhosa paisagem que oferece do conjunto da cidade. Todas as infraestruturas de hospitais, escolas, creches, esse local tem. É isso que dá valorização e que interessa ao capital. Paisagem, infraestrutura pública e toda a rede de serviços. Então esse é o grande diferenciador que faz com que seja muito mais ostensiva as ações do Estado. [...] Na Marielle Franco há um viés de interesse da classe muito forte. Interesse que inclusive mobiliza setores do judiciário, no sentido de ratificar a narrativa do capital de que é lá o grande problema a ser enfrentado. Nós temos hoje uma força tarefa sendo feita pela procuradoria do Ministério Público Estadual, envolvendo a Prefeitura, os grandes empresários, ACIF, SINDUSCON, CDL, que faz questão de excluir do debate sobre o destino daquela terra os mais interessados e envolvidos diretamente no processo, que são as famílias que atualmente ocupam aquela área. Por isso que a lógica de tratamento da Marielle Franco é uma, e da Fabiano de Cristo é outra. A área da Fabiano não tem valor de mercado, e a área da Marielle Franco, localizada numa área central da cidade, tem (Relato de Loureci Ribeiro – Grupo de Apoio).

De modo geral, embora possam guardar importantes similaridades como, por exemplo, o fato de estarem situadas em áreas históricas de grande concentração de populações pobres, o que vai marcar uma distinção entre ambas será a localização que cada uma delas vai possuir em relação a totalidade do espaço urbano ao qual estão inseridas. Em outros termos, enquanto a Ocupação Fabiano de Cristo vai estar localizada numa área de pobreza já consolidada na parte continental do município, apresentando pouco valor de mercado, a Ocupação Marielle Franco, localizada numa região que embora venha se constituindo enquanto lugar de moradia das classes subalternas, devido aos investimentos públicos que veio recebendo ao longo das últimas duas décadas, vai passar a se constituir como uma área dotada de grande capacidade para receber investimentos imobiliários de alto padrão.

Figura 9 - Localização das Ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo no município de Florianópolis/SC



Fonte: Google Earth. Elaborado por Verônica Orlandi

Situação jurídica dos terrenos ocupados

No campo das disputas jurídicas, através dos relatos e documentos obtidos pela pesquisa, foi possível observar distinções importantes entre as duas ocupações e as respectivas áreas ocupadas. Por se tratar de uma área que apresenta uma complexidade maior, visto que possui dos terrenos de natureza distintas, a disputa pela terra na Ocupação Marielle Franco ocorrerá em dois planos, envolvendo, nesse caso, tanto a Prefeitura Municipal como também um proprietário particular de terras da região.

De acordo com o relato de Celina Rinaldi, advogada popular do Instituto Gentes de Direito (IGENTES)⁴⁹, a assessoria prestada às famílias das ocupações Marielle Franco começa ser feita a partir da demolição de casas ocorrida no mês de junho de 2018. Inicia-se a partir daí uma tentativa de negociação entre advogados populares e a PMF sobre o destino das famílias ocupantes da área pública. Diante das graves irregularidades verificadas nas ações arbitrárias da demolição de casas, o coletivo de advogados e advogadas do IGENTES entra com um mandado de segurança preventivo contra o arbitrário e ilegal cometido pelo secretário municipal do meio ambiente e desenvolvimento urbano, liminar que acaba sendo acatada pelo juiz da Vara da Fazenda Pública da capital. Posterior a isso, ocorre uma audiência de conciliação

⁴⁹ Fundando em 2018 por advogadas ligados à Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) o IGENTES presta assessoria jurídica aos grupos mais vulneráveis social e economicamente, o que inclui as famílias das ocupações urbanas da Grande Florianópolis.

envolvendo as partes conflitantes e o Ministério Público que, pelo fato de não conseguirem chegar a nenhum acordo, resolvem prorrogar o prazo por meio da suspensão temporária do processo.

De acordo com Loureci Ribeiro, do grupo de apoio, o processo referente à área pública da Ocupação Marielle Franco encontra-se atualmente a espera da inclusão de duas informações relevantes, a saber, o da conclusão da perícia técnica avaliando as características e os limites da área; e o cadastramento do conjunto das famílias visando uma solução das necessidades habitacionais da população ocupante. Além disso, espera-se a conclusão do parecer da Comissão Técnica criada em conjunto com o Conselho Municipal de Habitação, o qual ficou responsável por realizar um inventário sobre as principais implicações envolvendo as famílias e as respectivas áreas ocupadas.

Com relação à situação jurídica da área privada, de posse do empresário Hélio Costa⁵⁰ e esposa, a situação é complexa. De acordo com a advogada Celina Rinaldi, trata-se de um pedido de reintegração de posse realizado pelo proprietário no ano de 2013, esse que inicialmente vai colocar cinco ocupantes do terreno na condição de réus. Mantendo-se suspenso até o ano de 2019, o processo volta a tramitar na condição de “segredo de justiça” por solicitação do próprio proprietário, sendo logo em seguida concedido pelo juiz de plantão a liminar referente ao pedido de reintegração de posse.

No entanto, por não respeitar as determinações legais, a Defensoria Pública entra com um agravo contra a decisão de despejo, sendo julgado pelo Tribunal de Justiça e devidamente anulado pelos desembargadores por descumprimento ao novo Código do Processo Civil de 2015. Por fim, ressalta a advogada que espera-se “uma saída que não seja o despejo. Uma saída que passe pela regularização fundiária, por um projeto habitacional visando a permanência dessas pessoas na área”.

De acordo com o entrevistado 1, morador da Ocupação Marielle Franco, não há nada definido com relação ao processo envolvendo a permanência das famílias nas duas áreas ocupadas. Com relação à área pública, o morador explica que a única coisa que há é um acordo de boca feito com representantes da PMF suspendendo temporariamente as ações de demolição das casas já construídas, desde que cumprido o acordo de não construir mais nenhuma casa no terreno público. Do seu ponto de vista, a única conquista no campo jurídico obtida até o momento, foi a de que “depois de muito tempo a gente conseguiu o direito de se defender,

⁵⁰ Importante ressaltar que não se trata do jornalista e radialista Hélio Costa, hoje deputado federal pelo PRB, que ficou conhecido pelo apresentação do jornal de caráter sensacionalista “Cidade Alerta SC”.

porque até então a gente não tinha. Hoje o que a gente tem é o direito a se defender juridicamente. Foi isso que a gente conseguiu ganhar com todo esse tempo de luta”.

Já a situação apresentada pela Ocupação Fabiano de Cristo é de outra natureza. Diferente da Ocupação Marielle Franco, não houve nenhum pedido de ação de despejo por parte da Prefeitura e nem por parte do Lar Fabiano de Cristo, proprietário do terreno. De acordo com a advogada Luzia Cabreira, do IGENDES, que presta assessoria jurídica às famílias desde o início do processo de ocupação, havia um contrato estipulando um prazo de 5 anos para a construção das habitações, porém, a Prefeitura acabou por descumprir o acordo, abandonando o projeto ainda na fase inicial. A advogada informa ainda que, no documento formalizado pelas partes, havia uma cláusula especificando o retorno da posse da área ao Lar Fabiano caso a Prefeitura de Florianópolis não cumprisse com o prazo determinado pelo contrato.

Trata-se, de modo geral, de duas áreas destinadas a habitação de interesse social, seja no caso da ocupação Fabiano de Cristo, com o terreno cedido pelo próprio proprietário, ou no caso da Marielle Franco, com a área pública classificada pelo Plano Diretor como ZEIS, e que segundo argumenta a própria PMF, há um projeto para construção de habitação social, esse que vem sendo prorrogado desde as obras do PAC na região do Alto da Caieira. Tais fatos acabam fornecendo a legitimidade jurídica necessária às duas ocupações, por se tratar, principalmente, de terrenos destinados exclusivamente para fins de moradia popular. Verifica-se, portanto, uma situação de negligência por parte da Prefeitura Municipal de Florianópolis quanto ao direito à moradia, esse que, ao ser capturado e invertido pela lógica rentista da terra, se constituirá num objeto de grande interesse e disputa, condição que vai determinar o modo de intervenção adotado pelo Poder Público local em cada uma das duas ocupações urbanas, como veremos a seguir.

2.4 AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO NAS OCUPAÇÕES URBANAS DA CAPITAL

As ações repressivas e violentas do Estado nos espaços de pobreza remontam ao início do século passado, a partir da ocupação dos morros pela população negra, antes escravizada e, posteriormente, por camponeses expropriados. Desde então, as intervenções estatais repressivas se consolidaram nos espaços periféricos das cidades como uma forma permanente e sistemática de controle social e territorial das classes subalternas. Justificado pela guerra ao tráfico de drogas, os inumeráveis casos cotidianos de abuso de poder e violência policial nas favelas brasileiras serão acompanhados por um alto índice de homicídio e impunidade.

Da mesma forma em que ocorrem nos diversos espaços de pobreza, as intervenções do Estado nas ocupações urbanas vão ser marcadas por ações violentas da Polícia Militar, envolvendo quase sempre agressões físicas e psicológicas praticadas contra os moradores, chegando em alguns casos a incluir ações de despejo com demolições arbitrárias de casas, essas, que ocorrerão na maioria das vezes sem nenhum respaldo jurídico, ou seja, em total desacordo com os procedimentos legais e direitos constitucionais.

2.4.1 Repressão estatal e demolições ilegais

No caso específico das ocupações do município de Florianópolis, o tratamento dado pelo Poder Público local seguirá à risca o protocolo de intervenção estabelecido pela classe dominante, marcado pelo forte uso do aparelho repressivo estatal nas regiões periféricas empobrecidas e marginalizadas da cidade. Esse é o caso relatado por alguns dos moradores da Ocupação Marielle Franco, que ao se referirem às ações policiais, descrevem a forma violenta de tratamento dado pelo Poder Público por meio de operações policiais. Como mostram os relatos abaixo:

Sempre eles vêm como se estivessem entrando numa guerra. Todos as vezes que eles estiveram na Ocupação teve sempre muita agressão por parte deles. Desligam câmeras, cortam filmagens. Sempre com muita violência, tanto pra entrar nas casas quanto pra tratar as pessoas, indiferente que seja criança, mulher, idoso, branco, negro; não importa, todas as pessoas daqui são tratadas como lixo. [...] Você é marginalizado e discriminado só pelo fato de estar morando nesse local. Você é um “invasor” desse espaço! (Relato do entrevistado 1 - morador da Ocupação Marielle Franco).

E ainda:

Se, eu, mulher, chegar pra falar alguma coisa, eles [policiais] vão me tratar como se eu fosse uma traficante. Eles não vão me tratar como uma cidadã. Tratam a gente como se fosse criminoso. Qualquer pessoa da ocupação que chegar neles numa boa pra perguntar qualquer coisa, eles respondem como se tivessem falando com um criminoso (Relato da entrevistada 2 - moradora da Ocupação Marielle Franco).

Segundo o entrevistado 1, há períodos em que ocorrem ações da polícia quase todos os dias. “A gente teve vários casos de abuso, como a vez que um menino de 15 anos foi levado e ficou horas desaparecido. Não foi comunicado nem os pais, nenhuma pessoa maior de idade. São várias questões que deveriam ser cumpridas e não são, principalmente pelo fato de ser uma ocupação”. De acordo o morador, os casos para relatar são muitos “inclusive de parar um ônibus da polícia e descer 50 deles, batendo de casa em casa, metendo os pés na porta, sempre com a desculpa de que ali moram pessoas ligadas ao tráfico de drogas”. O mesmo morador chama

atenção para um caso recente envolvendo ações policiais violentas na ocupação, fato que acabou gerando ainda mais insegurança e medo por parte das famílias ocupantes.

Alguns meses atrás, a gente teve uma situação na qual um rapaz da ocupação levou mais de cinco tiros da polícia [...] Toda essa violência que eles fizeram, toda forma com que eles agiram, os traumas que ficaram, não só físicos na pessoa, porque ele levou tiro na boca, perdeu um dos rins e o fígado parcialmente. Sofreu várias cirurgias por conta de ter arreventado os órgãos internos. Foi inclusive negligenciado porque a polícia não queria deixar o SAMU socorrer (Relato do entrevistado 1 - morador da Ocupação Marielle Franco).

De acordo com a advogada Luzia Cabreira do ISENTES, a situação da Ocupação Marielle Franco sofre um agravante, por estar dentro de uma área considerada pelas forças de segurança pública como espaço permanente de conflito entre a PM e o crime organizado. No entanto, a advogada ressalta que a localização da Marielle Franco não está na parte mais violenta que envolve o conflito, mas o fato de se tratar de uma ocupação (por todo o estigma de discriminação social que ela carrega) acaba contribuindo de modo considerável para uma intensificação das ações violentas da PM no local. Em suas palavras:

As atuações de repressão, bem violentas, ocorrem a qualquer hora, a qualquer momento. Agridem todo mundo, ocorrendo um desrespeito aos idosos, às mulheres, às crianças, ao sossego, ao repouso noturno, ao direito de ir e vir. Os policiais batem, agridem, invadem casas, acordam todo mundo de madrugada. Esse é o comportamento da PM nas áreas pobres em geral (Relato da advogada Luzia Cabreira – Grupo de Apoio/ISENTES).

Além do abuso de poder e violência policial, ganham destaque nos relatos dos moradores da Ocupação Marielle Franco, as demolições de casas promovidas pelo Poder Público. A maior e mais violenta delas até agora, realizada no dia 13 de junho de 2018, contou com forte aparato administrativo e repressivo do Estado, envolvendo fiscais da FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente), SMDU (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano), Batalhão da Polícia Militar, Choque e Canil.

De ampla repercussão midiática, a ação⁵¹ que resultou na demolição de 10 habitações foi tema de diversas matérias jornalísticas⁵², as quais buscaram legitimar o discurso de

⁵¹ Vídeo publicado no Portal Desacato. Info registra a violência policial no momento das ações de demolição das casas na Ocupação Marielle Franco. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1755875787836211>>

⁵²<<https://ndmais.com.br/noticias/dez-imizeis-irregulares-em-app-e-apl-sao-demolidos-no-alto-da-caieira-em-florianopolis/>> <<https://ndmais.com.br/noticias/imizeis-irregulares-sao-demolidos-no-alto-da-caieira-em-florianopolis/>><<https://ndmais.com.br/noticias/prefeitura-faz-nova-operacao-para-demolir-imizeis-no-alto-da-caieira-em-florianopolis/>>

“combate às invasões” tentando associar a ocupação com o aumento do tráfico de drogas, crime ambiental e também ao atraso do projeto envolvendo a construção de um conjunto habitacional, esse que beneficiaria diretamente as pessoas “devidamente cadastradas” pela Prefeitura, as quais esperam que se cumpra o direito à moradia digna numa “fila” que, existindo virtualmente há décadas, nunca chegou de fato a atender a demanda real por habitação social no município.

Com relação ao drama vivenciado pelas famílias no dia das demolições, a maioria dos relatos apontam para a forma violenta e arbitrária de tratamento recebido pelo Poder Público que, segundo alguns depoimentos, “veio preparado para uma guerra”. Nessa ocasião, um dos moradores (entrevistado 1) revela que ao chegar na ocupação, se deparou com cenas fortes de agressão e violência policial contra as pessoas em suas casas. Conta ainda que além das casas demolidas, outras também foram marcadas com a letra “D”, contribuindo para aumentar o temor e a insegurança das famílias.

Na época da derrubada das casas, eu estava trabalhando e recebi uma ligação de um morador avisando que a Prefeitura estava derrubando as casas. Saí do trabalho e fui direito para a Ocupação. Chegando lá, me deparei com uns cinquenta policiais ou mais, muitos deles da tropa de choque, com seus escudos, fuzis e bombas. [...] Inclusive levaram presa uma mulher grávida. Atiraram spray de pimenta de forma covarde. A gente teve casos de vários moradores que tomaram tiro porque estavam filmando. [...] Nesse caso, em que vieram com a Prefeitura, não teve conversa. Os próprios funcionários estavam marcando e tirando as coisas de dentro de algumas casas, e, se a gente quisesse entrar, eles jogavam bomba lá dentro e esperavam o pessoal sufocar (Relato do entrevistado 1 - morador da Ocupação Marielle Franco).

Para Luzia Cabreira do IGENDES, o que chamou mais atenção em relação a arbitrariedade contida nas ações de demolição, foi o fato de não haver qualquer tipo de processo legal ou ordem judicial respaldando a determinação do Poder Público. Ou seja, de acordo com a advogada, a ação, além de violenta, ocorreu de forma totalmente ilegal, “com spray de pimenta, bala de borracha, destruição de casas, dando resguardo às máquinas e à administração pública para executar as demolições arbitrárias”.

De acordo com Celina Rinaldi, também do IGENDES, o Estado é ausente quanto se trata da promoção da política habitacional, mas é presente no que se refere ao uso deliberado da violência em favor dos interesses do capital. Para a advogada, a violência que começa com demolições de casas sem mandado judicial não é só institucional, mas também de comunicação, de narrativa, de um discurso único de criminalização que trata as famílias em vulnerabilidade como “invasores”, não reconhecendo em nenhum momento o direito à moradia dessas pessoas.

Figura 10 - Demolição de casas na Ocupação Marielle Franco



Fonte: Marco Santiago/ND

Diferente das ações na Ocupação Marielle Franco, a intervenção da Prefeitura municipal na ocupação Fabiano de Cristo ocorrerá, como já comentamos, apenas nos primeiros momentos de instalação das famílias no terreno. A partir daí, como mostram os relatos, não houve qualquer outro registro de ação por parte do Poder Público na ocupação do Monte Cristo, incluindo demolições ou mesmo pedidos de reintegração de posse. Como enfatiza uma das moradoras, somente as operações policiais é que não pararam de acontecer, ocorrendo sempre de maneira violenta, sob a alegação que a área está se transformando em um ponto de tráfico. Em suas palavras:

Eles chegam fortemente armados, com seus cachorros, entrando dentro das casas. Eles botam todo mundo no mesmo saco, como se fossem todos traficantes, como se nós guardássemos quilos de drogas dentro de casa. [...] Mas, geralmente quando eles vem, não é pela ocupação em si, e sim julgando que a gente tá abrindo uma boca, que a gente tá traficando, que todo mundo aqui é bandido e vagabundo (Relato da entrevistada 3 - moradora da Ocupação Fabiano de Cristo).

Há, portanto, considerando as similaridades verificadas na forma violenta de abordagem, diferenças significativas de tratamento do Poder Público em relação as duas Ocupações, podendo ser constatada por meio da quantidade maior de ações repressivas e de controle realizadas na Ocupação Marielle Franco, as quais envolveram importantes órgãos da Prefeitura como a FLORAM, SMDU, PM, Choque, além do forte apoio vindo das principais entidades empresariais e seus veículos de empresa. Por outro lado, nota-se que o tratamento dado pelo Poder Público à Ocupação Fabiano de Cristo não seguiu o mesmo padrão adotado na Marielle Franco. É o que nos mostra o relato da advogada Luzia Cabreira, ao avaliar uma discrepância na forma de mobilização dos órgãos e recursos públicos utilizados nas operações realizadas em cada uma das áreas ocupadas. De acordo com a advogada do ISENTES:

Na Ocupação Marielle Franco o procurador estava, o poder administrativo estava, só faltou estar o prefeito. [...] Quando o capital financeiro, imobiliário e turístico fazem uma carta e tem uma reunião⁵³ com o prefeito, fica claro que há um interesse maior por trás, fica evidente a pressão econômica desse modelo de cidade que eles defendem. [...] A presença do alto escalão da administração pública na ocupação Marielle Franco, naquele episódio da derrubada das casas, deixou evidente o interesse econômico que há por trás. Não houve qualquer tipo de diálogo. Destruíram dez casas. Na ocupação Fabiano de Cristo já foi totalmente diferente, o confronto que nós tivemos por lá foi com um fiscal de obras, que amparado pela Guarda Municipal cumpriu algumas burocracias e foi embora (Relato da advogada Luzia Cabreira – Grupo de Apoio/ISENTES).

O fato das duas áreas ocupadas apresentarem diferenças significativas quanto à localização, zoneamento, dimensão e posse, acaba revelando a existência de um interesse por parte da Prefeitura e do capital fundiário/imobiliário que ultrapassa o pretense argumento da preocupação com o aumento da pobreza e do tráfico de drogas. Esse interesse se torna mais evidente, quando considerada a importância do controle das formas de uso e ocupação do solo

⁵³ A advogada refere-se aqui a uma reunião ocorrida em 28/06/2018, entre representantes de entidades empresariais e o prefeito Gean Loureiro (DEM), a qual propôs, segundo matérias da mídia comercial local, reforçar o apoio empresarial às ações da Prefeitura de Florianópolis contra as “invasões” de terra. Em tal ocasião, foram debatidas medidas severas visando a imediata expulsão dos “invasores” do Alto da Caieira, sendo proposto para isso um grande “pacto social reunindo o judiciário, Ministério Público, Prefeitura, lideranças empresariais e políticas, além da imprensa”. Participaram da reunião com o prefeito representantes da FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), FECOMÉRCIO SC (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ABIH/SC (Associação Brasileira da Indústria Hoteleira), Federação dos Convention Bureau, SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil), Sindicato dos Hotéis, Fórum Imobiliário e outras parcerias empresariais e “ONGs” contrárias às ocupações urbanas. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/liderancas-empresariais-apoiam-medidas-da-prefeitura-da-capital-contra-invasoes-de-terra/> <><https://ndmais.com.br/noticias/prefeito-de-florianopolis-garante-direito-das-familias-em-ocupacao-mas-com-respeito-a-lei/>>. Para maiores informações acerca da repercussão e da crítica às medidas defendidas pelo empresariado em tal reunião, ver artigo de nossa autoria em: <http://desacato.info/contra-a-expulsao-das-populacoes-perifericas-a-favor-de-um-projeto-democratico-de-cidade/>>.

pelos grupos dominantes, principalmente, em áreas centrais com forte propensão à valorização imobiliária, como é o caso das duas áreas hoje ocupadas pela Marielle Franco.

Por outro lado, as ações violentas por parte do Poder Público nas áreas de pobreza em geral, e, de modo particular nas ocupações, evidenciam um projeto de cidade que não inclui as classes subalternas, um modelo que não apresenta nenhuma política pública na área da habitação destinada a combater os crescentes índices do déficit habitacional do município. Logo, a maneira encontrada pelo Poder público para encarar o problema da precariedade habitacional não será por meio de políticas sociais, como pressupõe uma sociedade democrática, mas sim pela via autoritária e repressiva proposta pelos grupos políticos e econômicos dominantes, ou seja, através do uso extremado da violência, visando a criminalização e expulsão das populações de baixa renda para fora dos limites municipais. É o que nos mostra o relato da advogada Celina Rinaldi ao salientar que:

O orçamento da Prefeitura de Florianópolis para a área da habitação é zero, há inclusive um documento mostrando isso. Não há atualmente uma secretaria de habitação, ela foi completamente desmantelada por essa gestão. O que existe hoje é somente uma superintendência com um único cargo. [...] Do município não se tem perspectiva. O Governo de Santa Catarina está liquidando juridicamente a COHAB. O Governo Federal também não tem nenhum projeto de Habitação de interesse social. Então as perspectivas não são nada boas (Relato da advogada Celina Rinaldi – Grupo de Apoio/IGENTES).

Para Loureci Ribeiro, do grupo de apoio, as duas ocupações enfrentam atualmente uma conjuntura de ataques ao direito à moradia, e, que, por esse motivo, constituem-se enquanto espaços importantes de luta e resistência contra a violação de direitos e a violência de Estado. De acordo com o militante:

Essa luta é importante, porque ela se dá numa conjuntura de agressão e de retirada de direitos, denunciando ao mesmo tempo a violência de Estado e o desmonte da política pública de habitação de cima a baixo. Acaba com o Ministério da Cidade, acaba com a COHAB, acaba com a secretaria de habitação. Cortes de recursos federal, estadual e municipal. [...] As duas ocupações, mesmo estando em lugares diferentes, representam um mesmo processo, porque tanto o Monte Cristo quanto o Maciço do Morro da Cruz são espaços históricos de exclusão e ao mesmo tempo de resistência da população pobre de Florianópolis (Relato de Loureci Ribeiro – Grupo de Apoio).

De modo geral, é possível notar através das intervenções repressivas do Poder Público nas duas ocupações, uma preocupação evidente em manter o controle do espaço urbano em conformidade com os interesses das classes dominantes, ou seja, por meio do domínio não só da localização da infraestrutura urbana, dos aparelhos do Estado e da legislação urbanística

como nos diz Villaça, mas também através do controle exercido via aparelho repressivo estatal, o que irá garantir, a um só tempo, a expulsão dos grupos subalternos e o domínio das áreas centrais valorizadas pelo mercado imobiliário e gestores do capital.

2.4.2 O Projeto de Lei Complementar 1801/2019

Batizado popularmente de PLC das demolições sumárias, o Projeto de Lei Complementar 1801/2019 foi produzido pelo poder executivo municipal e enviado à Câmara de Vereadores em 19/11/2019. Fruto da articulação envolvendo a PMF, grupos empresariais e mídia comercial, a proposta de Lei Complementar “dispõe sobre atos infracionais contra a ordem urbanística, estabelece procedimentos de fiscalização e dá outras providências”, com pedido de tramitação em regime de urgência.

Alvo de forte contestação e repúdio, o PLC 1801/19 provocou manifestações de protestos envolvendo setores importantes da sociedade civil, tais como entidades públicas, movimentos sociais e populações sem teto⁵⁴, que juntos apontaram diversas irregularidades e ilegalidades contidas no Projeto de Lei. Um dos principais pontos diz respeito ao caráter de urgência do Projeto, conforme previsto nos artigos 45 e 15 de seu substitutivo global:

Poderá a partir da fiscalização de obras, autorizada pala Secretário Municipal do órgão licenciador, efetuar, diretamente ou através de empresa contratada para esse fim, a demolição sumária ou desfazimento de atividade, **quando considerada urgente** para proteção da ordem urbanística, meio ambiente e segurança pública ou de imóveis vizinhos, nos seguintes casos:

- I - Obras não licenciadas;
- II - Obra localizada em área de risco sem acompanhamento de responsável técnico
- III - Risco iminente de caráter público;
- IV - Obra de muro frontal com alinhamento irregular;
- V - Obras em área pública; e
- VI - Obras em áreas de preservação permanente.

⁵⁴ Na data de 05/10/2020 comemorou-se o dia mundial do habitat. Em Florianópolis, a data foi marcada por protestos dos moradores e apoiadores das principais ocupações urbanas contra a PLC 1801/2019. Nesse mesmo dia foi lançada em Florianópolis a campanha Despejo Zero, movimento de abrangência nacional que reivindica do Congresso Nacional a elaboração de uma lei para barrar remoções e despejos durante períodos de calamidades, a exemplo da Pandemia de Covid-19. Também foram realizados 3 atos no centro da Capital contra o Projeto de Lei, além de outras manifestações importantes como o Grito dos Excluídos (12/06/2020) e a Marcha pela direito à vida e contra a violência Policial (03/11/2020).

De acordo com a NOTA TÉCNICA DPE N. 01-21/2020 produzida pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, trata-se de um dos pontos de maior preocupação. Segundo expõe a Defensoria, “*a legislação não define o que considera urgência ou risco iminente de caráter público*” que viabilize a demolição sumária, de modo que ficará a cargo de cada agente fiscalizador a classificação da urgência ou risco, podendo haver conclusões diferentes sobre uma mesma situação a depender de cada agente público. Diz ainda a nota da Defensoria que “*tal subjetivismo é incompatível com os princípios da administração pública, especialmente o da publicidade e da legalidade e do respeito ao devido processo legal*”.

Em outro Parecer, emitido pelo Instituto Gentes de Direitos (IGENTES) e o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), consta que o PLC 1801/2019 viola a Constituição Federal no que diz respeito ao devido processo legal uma vez que autoriza demolir habitações sumariamente, dando margem a precedentes que podem prejudicar, de forma irreversível, o contraditório e a ampla defesa, sem que o autuado tenha o direito de defender-se, conforme, inciso LV, artigo 5.º/CRFB, onde dispõe que “*Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes*”.

Além disso, o mesmo Parecer ressalta que o PLC ao instituir a figura da demolição sumária, autoriza a ocorrência de despejos forçados. Por esta razão, tal efeito também viola a Constituição Federal e os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Inviabilizando ao mesmo tempo o direito à moradia e os objetivos previstos no marco regulatório federal da regularização fundiária, o PLC 1801/2019, ao prever despejos forçados sem assegurar soluções de moradia nos casos de baixa renda, também impossibilita a efetividade do direito à regularização fundiária, entendida enquanto conjunto *integrado e complementar* de “*medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes*”, conforme definição prevista na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, quando dispõe sobre a regularização fundiária urbana.

Ademais, o Parecer do IGENTES/IBDU aponta para a violação ao direito à participação e controle social. Tornada obrigatória a participação pelo Estatuto da Cidade, o não cumprimento, ou seja, a não participação popular, quando determina a lei, torna o ato administrativo e legislativo nulo. Sendo, portanto, o PLC nº 1801/19 um instrumento urbanístico da disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, e considerando que várias das ações para sua efetivação demandará dispêndio de recursos financeiros e

operacionais do município, torna-se “obrigatório a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil no debate sobre sua elaboração”. De acordo com o Parecer:

Tal PLC tramita, na Câmara Municipal, desde 19/11/2019, porém, não houve participação popular no debate de tal lei. E mais, coloca-se a votação do PLC em sessões virtuais e como se demolir fosse matéria urgente, **em plena Pandemia do COVID-19**.

Além da perversidade de ser proposto durante uma pandemia de escala mundial sem precedentes, onde a moradia constitui um item fundamental de proteção à vida, o PLC 1801/19 atenta contra a legislação federal e as medidas determinadas pelo PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 5002500-75.2019.8.24.0023/SC deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Trata-se de uma ação civil pública, com pedido de tutela provisória de urgência, proposta pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina em face da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e do Município de Florianópolis, determinando que estes deem cumprimento ao Decreto Federal n. 6.514, prevendo, entre outras medidas, a “*obrigatoriedade de instauração de procedimento administrativo prévio à intervenção demolitória em edificações residenciais localizadas em assentamentos irregulares, habitadas ou não, abstendo-se de realizar atos demolitórios sem a garantia do amplo direito de defesa dos interessados; adotando cautelas na caracterização de edificações residenciais ou não como abandonadas, a fim de evitar equívocos e, por conseguinte, maiores prejuízos sociais*”.

Por fim, o Parecer conclui que o Projeto de Lei Complementar nº 1801/2019, de autoria do Poder Executivo Municipal de Florianópolis “não se trata de matéria de urgência, é um projeto inconstitucional, arbitrário, tem vícios de forma e deve ser retirado de pauta, cabendo a sua avaliação e aperfeiçoamento visando seu alinhamento com os ditames da ordem constitucional e infraconstitucional brasileira”.

Considerando a condição genérica e aberta da previsão de demolição sumária, sua inconstitucionalidade e a falta de participação de entidades técnicas, comunitárias e representativas de classe em sua elaboração, a nota técnica da Defensoria Pública do Estado conclui que:

1. O PLC 1.801/2019 deve ter seu trâmite legislativo suspenso para se viabilizar a realização de audiência pública, nos termos do art. 101, III e 116 da Lei Orgânica Municipal, bem como do art. 48-A, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores;
2. Os membros do Legislativo municipal não devem aprovar qualquer possibilidade de demolição sumária de edificações de uso ou ocupação residencial (art. 3º, LXXXIX, LC 60/2000), uma vez que é inconstitucional em seus termos.

De modo geral, com o objetivo implícito de encobrir privilégios, o PLC 1801/19 possui um papel econômico diretamente ligado à captação da renda da terra, além de cumprir uma função importante na estruturação urbana e no processo de expulsão das populações empobrecidas. Não se trata de prevenção e punição aos crimes ambientais e às ocupações ilegais de terras públicas a todos sem exceção, como defende a PMF e a mídia empresarial, mas sim da tentativa de legalização da repressão e violência como instrumento de manutenção e controle do espaço urbano pelas classes dominantes.

Na prática, a Projeto de Lei Complementar propõe a legalização da ilegalidade, ou seja, das demolições ilegais e dos despejos forçados em curso no município, junto à violações radical de direitos das populações mais vulneráveis de Florianópolis. De modo geral, o PLC se estabelece como uma forma de auxiliar a mercantilização/privatização do que ainda resta de terra pública destinada às populações de baixa renda (a exemplo das ZEIS), ao mesmo tempo em que vai criminalizar a luta por moradia e as Ocupações urbanas, expulsando os mais vulneráveis para a periferia da periferia e garantindo a exclusividade das áreas centrais valorizadas ao capital imobiliário e seus gestores.

2.5 A COBERTURA DO CONFLITO TERRITORIAL PELA MÍDIA EMPRESARIAL LOCAL

Para que a dominação do espaço urbano seja devidamente assegurada pela classe dominante, além das diversas formas de controle exercidas pelo Estado, uma condição fundamental se impõe: a aceitação e naturalização da dominação pelos grupos dominados. Contudo, para que essa aceitação tenha sucesso, se faz necessária a elaboração de um conjunto de crenças e valores cujo conteúdo constitua representações ilusórias do real, no sentido de subverter a realidade social, ou seja, é preciso criar uma ideologia que dê legitimidade e suporte às condições de exploração e dominação de classes.

Segundo Marx, as ideias dominantes existentes em uma dada sociedade figuram como a expressão da dominação de uma classe por outra. Os valores, crenças e suas produções culturais são formas de representação do real, as quais mascaram as contradições de natureza econômica e social, ocultando os verdadeiros propósitos por trás das ações. Para a teoria marxista, a ideologia exerce a função de dominação, que, através de suas justificativas teóricas, inculca valores e verdades que se apresentam como universais, mas que na prática não passam de artimanhas criadas para “defender interesses particulares das classes sociais e elaboradas

com a finalidade de justificar o exercício do poder político sobre as outras classes, em decorrência do exercício do poder econômico fundado no domínio da propriedade privada” (SEVERINO, 1986, P.9).

No plano das cidades, o controle e dominação do espaço urbano pela classe dominante será encoberto por uma artilosa construção ideológica, onde uma parte da cidade acabará tomando o lugar do todo, ou seja, com a cidade da elite se colocando como a cidade real. Conforme sugere Maricato (2008), essa representação ideologizada tem por objetivo encobrir privilégios, possuindo, principalmente, um papel econômico ligado diretamente à captação da renda imobiliária. Como expressão dessa representação, tem-se, portanto, a definição e propagação de “uma imagem ideologizada da cidade”.

[...] O todo é tomado pela parte. Não são apenas os poderes executivos que concentram seus investimentos na cidade legal, hegemônica (verdadeira “ilha de primeiro mundo”), mas também o sistema jurídico que se organiza em torno de regras que não são universais, além da mídia principal propagadora do simulacro. Qualquer grande cidade brasileira apresenta uma conjunção de esforços para a produção de novas centralidades urbanísticas relacionadas a um consumo luxuoso e a um cenário de distinção alimentando a valorização imobiliária: recursos do capital privado (imobiliário, lazer, cultura, comércio) e, por incrível que possa parecer, a maior parte dos recursos públicos destinados a investimento (MARICATO, 2008, p.03).

Em Florianópolis, essa imagem ideologizada de cidade apresentará algumas particularidades distintivas, com forte apelo às características físicas, ambientais e socioculturais. De acordo com Sugai (2015), desde o final dos anos 1990, uma forma ufanista produzida pelos veículos da mídia corporativa, já buscava reforçar e difundir a ideia de que a capital catarinense se distinguiu das demais cidades brasileiras, uma vez que proporcionava ótima qualidade de vida, tendo sucesso na redução da pobreza e controle da violência urbana. Para a autora, difundiu-se o discurso de “*ilha do primeiro mundo*” (no sentido geográfico e metafórico), dotada de atrativos naturais excepcionais, com características físicas e culturais peculiares, “que opera um desenvolvimento urbano e turístico aparentemente isento de danos socioambientais, sem graves conflitos sociais, violências ou desigualdades, com crescente fluxo migratório de camadas de alta renda, com imenso potencial econômico num mercado em franca demanda, entre outros aspectos” (SUGAI, 2015, P.26-27).

Como ressalta a urbanista, trata-se de uma referência enganosa, uma vez que tal ideologia parte da elaboração de um discurso amparado na ideia de que a delimitação territorial da cidade se encontra restrita à uma condição exclusivamente insular, ignorando a parte

continental que compõe o município. Para a autora, a difusão dessa imagem de cidade insular não é inócua, uma vez que “faz parte do ideário e do discurso dominante e, no campo ideológico, cumpre papel importante na estruturação urbana, na distribuição dos investimentos públicos e no processo de segregação espacial” (SUGAI, 2015, P.29).

Essa imagem ideologizada e amplamente difundida de “ilha de primeiro mundo” ganha materialidade, quando verificada o papel da imprensa comercial na cobertura do conflito territorial envolvendo as ocupações urbanas. Valendo-se do discurso de combate ao crime ambiental e ao tráfico de drogas, as inúmeras matérias e vídeos⁵⁵ publicados buscam dar legitimidade às intervenções arbitrárias do Poder Público nas áreas ocupadas.

Inúmeros são os exemplos de matérias jornalísticas capazes de ilustrar a representação ideológica operada pela mídia empresarial local. Sob os títulos: “imóveis irregulares em APP e APL são demolidos no Alto da Caieira”, “casas em área de preservação são demolidas em Florianópolis”, “MP-SC realiza força tarefa contra ocupações irregulares”, “lideranças empresariais apoiam medidas da prefeitura da capital contra invasões de terra”, “Com invasões descontroladas, Florianópolis caminha para favelamento aos moldes do Rio”, essas publicações acabam deixando escapar os verdadeiros propósitos por trás da representação do real, ao revelar os grupos e interesses envolvidos na disputa territorial no município. Seja pelo apoio incondicional prestado aos setores dominantes, ao encobrir os crimes ambientais e a histórica grilagens de terras, ou por meio da disseminação do discurso de ódio e criminalização à condição de pobreza direcionado aos grupos subalternos, o papel atribuído à imprensa local segue sendo o de mascarar as contradições de natureza econômica, inculcando formas ideológicas que contribuam para a reprodução da dominação de classes no e do espaço urbano.

2.5.1 Grupo ND e o discurso de criminalização das ocupações urbanas e populações periféricas

Na escalada de ataques realizada pela mídia empresarial às ocupações urbanas, destacam-se os materiais jornalísticos produzidos pelo Grupo ND, filiado a rede RECORD. Valendo-se de uma ideologia urbanística preconceituosa e elitista, as matérias jornalísticas defendem sem floreios a ideia de que a “vocalização turística”, bem como os recursos naturais do município estão sendo ameaçados pelo crescimento abrupto da pobreza e violência urbana,

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CiJiq8KoM6Q>>; <https://www.youtube.com/watch?v=_Wezn9pugxM>

identificando nas “invasões irregulares” a expressão mais imediata do “inimigo” a ser combatido. A defesa e propagação dessa ideologia será expressa sem filtros através do conteúdo produzido com o nome de “Dossiê ND”⁵⁶, o qual propõe discutir - mesmo não apresentando qualquer tipo de referencial técnico ou científico - “temas graves que Florianópolis precisa enfrentar”, entre os principais, as “invasões irregulares” de Florianópolis. De acordo com o pretenso dossiê:

O crescimento desordenado e a multiplicação dos bolsões de pobreza fizeram dos morros de Florianópolis espaço habitué do tráfico e da criminalidade. [...] O processo para retirada de moradores de áreas invadidas é lento e a fiscalização não acompanha o ritmo das invasões. [...] De todo o modo, a prefeitura e demais órgãos públicos não podem se eximir de tomar as medidas cabíveis para impedir as invasões, retirar imediatamente os invasores e agir em parceria com a segurança pública para dar um basta nessa situação. (DOSSIÊ ND. Notícias do Dia. Florianópolis (SC), 23 mar. 2019, Suplemento, p. 19).

⁵⁶ Disponível em: <<https://ndmais.com.br/reportagem-especial/dossie-nd-grupo-ric-apresenta-temas-sensiveis-que-florianopolis-precisa-tratar/>>

Figura 11 - Dossiê ND



Fonte: Notícias do Dia

Como expõe a jornalista Miriam Santini de Abreu, em artigo⁵⁷ publicado em maio de 2019, a escalada do jornal ND contra as ocupações - principalmente a Marielle Franco – se

⁵⁷ De acordo com Abreu, “a escalada do jornal contra as ocupações – chamadas por ele de invasões – recrudescer em 2018, em especial em junho. Entre os dias 5 e 30 daquele mês, o assunto apareceu em 8 edições, sempre com chamada da capa – uma delas em manchete – e três editoriais. O alvo, desta vez, foi a Ocupação Marielle Franco, no alto da Caieira (Maciço do Morro da Cruz). [...] Em 2019, a escalada virou uma cruzada. Ela começou na edição de 13 de março e se consolidou na de 23/24 de março, dedicada ao aniversário de Florianópolis. Com o jornal, o ND distribuiu a tradicional revista FloripaÉ e um produto novo, o Dossiê ND, dedicado às “bandeiras em defesa das causas de Florianópolis”, assim listadas: Invasões / Mobilidade / Presídio / Turismo / Comcap / Cidade Limpa / Ponta do Coral / Marina. As denominadas invasões pelo ND mereceram seis páginas do dossiê. Na edição de 27 de março, o ND abriu uma série de reportagens – dos dias 27 a 29 – sobre as chamadas invasões irregulares “e as soluções para que Florianópolis não vire um novo Rio de Janeiro”. (ABREU, 20 Maio de 2019) Disponível em: <<http://desacato.info/noticias-do-dia-porta-voz-da-perversidade/>>

tornou uma “cruzada” com claro objetivo: “proteger a propriedade privada e tomar para uso privado o que, na Ilha, ainda é público”. Como observa a jornalista, isso é dito pelo próprio jornal, no editorial da edição de 9 de maio de 2019: “A pressão da sociedade precisa ser permanente, até que a propriedade privada seja respeitada e a urbanização da cidade seja plena, evitando que áreas de interesse social ou preservação permanente sejam ocupadas irregularmente” (ABREU, Maio de 2019).

Além disso, ao buscar examinar as manifestações ideológicas das classes dominantes, devidamente reproduzidas pelo jornalismo tradicional na cobertura das ocupações urbanas, Abreu verifica que no final do ano de 2017, com a emergência de novas ocupações urbanas na área conurbada de Florianópolis, entre elas a Ocupação Marielle Franco, o combate ideológico e repressivo se modifica, passando a assumir um caráter preventivo, evitando, tanto quanto a invasão, “*a permanência, a consolidação das favelas*, nos termos do jornal, com a imprensa – em especial o Grupo ND –, continuamente pressionando o poder público e cobrando providências, tendo como fontes prioritárias, além da Prefeitura, as entidades da representação empresarial” (ABREU, 2019, p.321. Grifos da autora).

Concentrando-se de modo intenso na Ocupação Marielle Franco, vista a enorme quantidade de matérias jornalísticas publicadas (audiovisual e impressa), os ataques no campo ideológico visaram, em especial, emplacar o discurso de que a “invasão” do Alto da Caieira se constitui como um atentado à propriedade privada e ao meio ambiente, tornando-se um “espaço habitué do tráfico e da criminalidade”, além de estar inviabilizando a construção de um conjunto habitacional popular prometido pela PMF desde as obras do PAC de 2008.

Contudo, para Abreu (2019), o ato mais condenável da Ocupação Marielle Franco foi o fato dos moradores começarem a ser organizar, passando a exigir os direitos antes negados, algo que, segundo o jornal, foi identificado como um ato de viés ideológico, enquanto o mesmo fez questão de legitimar a reunião do prefeito com 24 entidades empresariais para, também de forma organizada, combater as ocupações. Esse dado é importante, pois revela uma preocupação e interesse especial das elites locais, PMF e mídia empresarial, com a área ocupada na região do Alto da Caieira, essa, como já dito anteriormente, dotada de grande capacidade para receber investimentos imobiliários de alto padrão. Constatação que é reforçada, quando se verifica o pouco interesse mostrado no conflito envolvendo a área da Ocupação Fabiano de Cristo, localizada no bairro Monte Cristo, região de pobreza consolidada, a qual despertou interesse apenas no início do processo de ocupação, sendo posteriormente esquecida tanto pela PMF, quanto também pela imprensa que lhe presta apoio.

O Relatório ND

Cerca de um ano depois da publicação do pretense “Dossiê”, o Grupo ND volta novamente a atacar as população periféricas, em especial, as ocupação urbanas da área conurbada de Florianópolis. Propondo traçar uma panorama da “*favelização das áreas de morros e o desordenamento urbano, em virtude das invasões e construções clandestinas*” tanto na Capital quanto nos município vizinhos de São José, Palhoça e Biguaçu, o material publicado com o nome de “Relatório ND”⁵⁸ - um caderno de reportagens com 36 páginas encartado na edição do jornal Notícias do Dia na data de 22 e 23 de agosto de 2020 -, além das versões impressas e digitais, também foi tema levado ao ar pelo NDTV sob o título de “Cidade Ameaçada”, sendo exibida e comentada por colunistas no programa sensacionalista “Balanço Geral”, da rede RIC RECORD.

Contendo cerca de 15 matérias, o “Relatório ND” com foco nas “invasões”, busca novamente transferir a origem dos problemas urbanos da grande Florianópolis às populações periféricas. Trazendo a cidade do Rio de Janeiro como referencial de “caos urbano”, o relatório não dispensa esforços em tentar associar os problemas decorrentes do processo de favelização da Capital catarinense com os da Capital carioca.

Invasão é a palavra que melhor define o caos urbanístico que se impõe pela vegetação, morros, ruas e praias de Florianópolis. [...] Do norte ao sul da Ilha são mais de 60 pontos com alta incidência de ocupações, com moradias precárias e obras clandestinas em áreas proibidas. [...] São moradias que se amontoam em pedaços de terra na vertical. O resultado é uma paisagem indesejável, que lembra o lado sombrio do Rio de Janeiro: as favelas, a violência, o narcotráfico (Relatório ND. Notícias do Dia. Florianópolis (SC), 22 e 23 ago. 2020, Suplemento, p. 03).

Com o objetivo de criminalizar as famílias ocupantes e, também, a luta organizada por moradia, o pretense relatório não mede esforços em buscar associar as populações periféricas e as ocupações urbanas à facções ligadas ao crime organizado. Valendo-se do discurso de guerra ao tráfico, as matérias produzidas e propagandeadas pelo novo material buscam legitimar as ações policiais violentas e arbitrarias que se intensificaram nas comunidades por meio da derrubada de casas, agressões e intimidações aos moradores numa conjuntura de pandemia, aumentando ainda mais a insegurança, impunidade e violações de direitos. Tomando a parte

⁵⁸ Material completo disponível para download no endereço eletrônico: https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/?fbclid=IwAR3Be_9L6gChTvqu2EkLDRmBuZg4OFUm8AZfeR35wZywrJJ_Kd5Whtvlpct

pelo todo, dissemina-se o preconceito e ódio às populações das “ocupações irregulares” (cerca de 11.419 famílias ou 64 mil pessoas, segundo a própria estimativa apontada pelo relatório) associando-as diretamente a “esquemas criminosos que envolvem milícias e lavagem de dinheiro do narcotráfico”. De acordo com o pretense relatório:

Os invasores de áreas particulares ou públicas não são trabalhadores, pessoas humildes e de bem, não são vítimas da sociedade como alegam alguns políticos à caça de votos. As invasões são orquestradas por membros de facções, os mesmos que comercializam barracos e constroem em áreas invadidas, lavando o dinheiro do tráfico. Sob o ponto de vista legal, as invasões serão sempre criminosas (Relatório ND. Notícias do Dia. Florianópolis (SC), 22 e 23 ago. 2020, Suplemento, p.03)

Excluindo totalmente as populações periféricas da discussão, o novo material produzido pelo Grupo ND mais uma vez reafirma seu compromisso de classe ao dar voz apenas aos “representantes de importantes segmentos da Capital, ligados à indústria, comércio, construção civil, direito, segurança e sustentabilidade”, os quais, por sua vez, puderam opinar sobre como Florianópolis pode combater o crescimento desordenado e o surgimento de mais favelas”. Tal seletividade, além de contribuir para reforçar ainda mais a criminalização e os estigmas sociais e espaciais das áreas de pobreza, acaba denunciando mais uma vez a imparcialidade e o posicionamento ideológico do Grupo ND ao tratar dos conflitos socioespaciais.

Figura 12 - Relatório ND


RELATÓRIO ND
ND
REFERÊNCIA EM INFORMAÇÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 22 E 23 DE AGOSTO DE 2020

Cidade ameaçada

Invasões e construções clandestinas que se alastram pela Grande Florianópolis provocam desordem urbana e levantam a questão: qual tipo de cidade queremos para viver? O ND foi atrás de respostas

FAVELA DO VIDIGAL, RIO DE JANEIRO

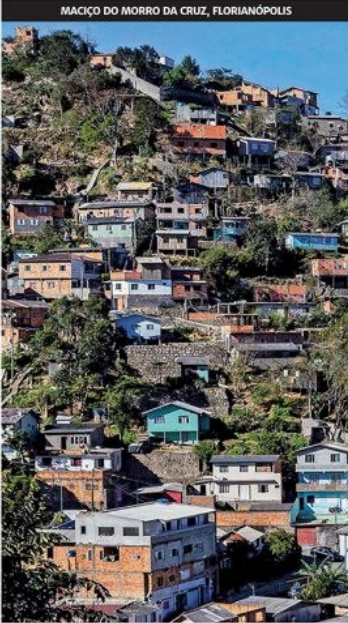


Metro quadrado no quadrado no entorno da Rocinha sofreu desvalorização por causa do crime

Região conflagrada pelo crime era área verde e foi alvo de invasões

A história da Rocinha: como surgiu a maior favela do país

MACIÇO DO MORRO DA CRUZ, FLORIANÓPOLIS



Especialistas projetam soluções para combater as invasões

Maciço do Morro da Cruz concentra cerca de 40% das habitações precárias na cidade

Número de moradias “faveladas” dobrou na última década

Fonte: Notícia do Dia

Por trás dos ataques, a propaganda e o apoio ao PLC 1801/2019

Apresentando um “mapa das invasões e das moradias irregulares de Florianópolis”, o pretense relatório estabelece as ocupações urbanas como principal alvo de ataques, uma vez que atribui toda a origem e desenvolvimento do “caos urbano” às moradias precárias estabelecidas em regiões empobrecidas, desconsiderando por completo os inúmeros e notórios crimes ambientais com privatização de áreas públicas (praias, mangues e APPs) realizados historicamente pelos grupos mais abastados do município.

Ao assumir o discurso de aumento da criminalidade nos pontos de “invasão”, o jornal responsabiliza os municípios da área conurbada por não conseguirem ampliar o número de

fiscais, “apesar de embargos e demolições”. O material publicado ainda diz que devido a morosidade dos processos judiciais, “novas áreas conflagradas surgiram exigindo uma ação rápida e imediata”. Propondo uma “força-tarefa” envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de lideranças empresariais e a própria imprensa tradicional local, o pretense relatório apresenta uma proposta para “dar um basta às ocupações” a partir do PLC 1801/2019 encaminhado à Câmara de Vereadores pelo então prefeito Gean Loureiro:

Importante notícia no combate às construções clandestinas é a alteração do Código de Obras. Esse novo código, já enviado para a Câmara, tem alterações que facilitarão o trabalho. A principal é a questão do poder de polícia do fiscal urbanístico, que vai acelerar possíveis processos de demolição sumária em obras irregulares (Relatório ND. Notícias do Dia. Florianópolis (SC), 22 e 23 ago. 2020, Suplemento, p.20).

Revela-se aqui, mais uma vez, os objetivos por trás da campanha de criminalização e ódio promovida pelo Grupo ND às populações periféricas e ocupações urbanas da área conurbada de Florianópolis. Servindo exclusivamente aos interesses de especuladores, construtores e agentes ligados ao capital imobiliário, o pretense “Relatório ND” não faz mais do que ratificar a defesa ao modelo autoritário, elitista e segregador de cidade, o qual visa transformar a capital catarinense numa meca das classes dominantes locais e internacionais. Contudo, para que esse projeto elitista se torne cada vez mais concreto e hegemônico, se faz necessário mercantilizar o que resta de terra pública destinada às populações de baixa renda (a exemplo das ZEIS); excluir o máximo de populações não solváveis da cidade, ou seja, os setores mais empobrecidos da classe trabalhadora, que pela condição de exploração e miséria não conseguem se enquadrar nos padrões de consumo estabelecidos pelas elites e; por fim, criminalizar as ocupações urbanas e a luta organizada por moradia em Florianópolis e municípios conurbados, visto que acabam inviabilizando as possibilidades de lucro e renda do capital imobiliário, transformando-se, por esse motivo, em inimigos da ordem e promotores do “caos urbano”.

De modo geral, como expõe Abreu (2019), trata-se de um alinhamento envolvendo o jornalismo tradicional, os setores público e privado, no sentido de buscar criminalizar as ocupações urbanas em nome da cidade da ordem. Diante dessa busca, as causas do déficit habitacional acabaram sendo totalmente ignoradas, resumidas ao papel do poder público de gerir um cadastro e uma fila virtual estagnada em que as pessoas interessadas devem aguardar por toda uma vida, sem que se tenha direito de saber ao menos os critérios de avaliação e prioridades de atendimento. Para a jornalista, a cobertura da imprensa tradicional sobre as ocupações urbanas contribuiu para reforçar ainda mais a intolerância com relação a

permanência das famílias empobrecidas, sobretudo, numa cidade que prioriza cada vez mais a reserva das melhores localizações para os grupos dominantes. Contudo, ressalta que “é preciso a ideologia para justificar essa dominação, auxiliada pelo saber técnico-científico que demonstra empiricamente os danos à natureza causados pelas ocupações irregulares e a violência provocada pelo tráfico de drogas” (ABREU, 2019, p.347).

Percebe-se, portanto, o papel assumido pela mídia empresarial local na propagação e defesa do simulacro de “Ilha de Magia” que, ao tomar a cidade da elite como a cidade real cria uma projeção que se apresenta como universal, mas que na prática não passa de um estratagema elaborado para defender os interesses particulares de grupos e setores dominantes. Fiel porta-voz de especuladores, construtores e agentes ligados ao capital imobiliário (seus principais anunciantes e patrocinadores), a mídia empresarial, a exemplo do Grupo ND, enfatizando a versão de apenas uma das partes do conflito, vai deslocar de maneira intencional as questões de ordem social para o âmbito da esfera jurídica, transformando a problemática fundiária e habitacional, que é social, em um caso estritamente judicial e policialesco, criminalizando ao mesmo tempo os grupos subalternos e a luta por moradia no contexto conurbado.

Trata-se, pois, da identificação da possível e mais notória inversão ideológica operada pela imprensa burguesa acerca do conflito territorial envolvendo as ocupações urbanas: transformar as vítimas em culpados, e estes em vítimas. Essa inversão ideológica ganha sentido e significado maior, uma vez que, ao atribuir às famílias de sem teto a culpa pela condição de precariedade e falta das políticas habitacionais, reforça-se o estigma social já existente às ocupações urbanas e aos grupos subalternos, poupando, a um só tempo, tanto o Estado da responsabilidade de prover as políticas públicas, quanto também os verdadeiros devedores, criminosos e usurpadores das terras públicas, estes oriundos das antigas classes fundiárias e oligárquicas que, reconfiguradas sob a hegemonia do capital financeiro, persistem até hoje.

* * *

Como procuramos demonstrar até aqui, a complexa teia de determinações que contribuiu para a emergência das ocupações urbanas não pode ser apreendida considerando apenas os elementos de uma “conjuntura política específica”, sem antes considerar os elementos estruturais que lhe deram suporte e sustentação, ou seja, as particularidades históricas das formas de uso e ocupação do solo no município, que abarcarão desde os processos de expropriação dos pequenos produtores açorianos, com a apropriação das áreas de uso comum pelas classes mais abastadas; passando pela entrega de terras públicas através da antirreforma

agrária realizada no período ditatorial; chegando ao período mais recente de avanço das agendas e pautas neoliberais, contexto que irá contribuir para uma agravamento ainda maior das condições precárias de moradia e, conseqüentemente, para uma intensificação dos conflitos socioespaciais na região.

De maneira geral, trata-se de apreender a atual disputa territorial a partir do processo histórico de mercantilização e apropriação das terras públicas pelas classes dominantes, condição que vai acabar inviabilizando o acesso de grande parcela dos grupos subalternos ao solo urbano. *Conclui-se, desse modo, que será a partir da dinâmica estabelecida entre processos estruturais e fatores conjunturais que ocorrerá a intensificação da disputa pela terra, condição que acabará contribuindo de modo determinante para a emergência das ocupações urbanas em Florianópolis.*

Entre os principais determinantes que irão contribuir para o acirramento do conflito territorial envolvendo as ocupações urbanas, o espaço enquanto terra-localização assumirá uma condição de destaque, uma vez que a disputa por uma parcela do solo e, principalmente, por uma localização privilegiada dentro do território, irá figurar como um dos elementos centrais do conflito de classes no espaço urbano. Além da localização, outros três determinantes se destacam enquanto elementares desse processo. O primeiro deles, associado diretamente à localização, diz respeito à valorização imobiliária/fundiária e ao controle cada vez maior do solo urbano pelo mercado imobiliário. O segundo, diretamente relacionado às ações do poder público, diz respeito ao papel que vai exercer o Estado diante da disputa territorial. Por último, e não menos importante, destaca-se a cobertura dada pela mídia empresarial e a imposição, no campo ideológico, do discurso de criminalização das condições precárias de moradia e de pobreza dos grupos subalternos locais.

Como se pode observar, tratam-se de questões centrais da conflito territorial envolvendo as duas ocupações urbanas do município. É, portanto, com base na apreensão e articulação entre esses principais determinantes, já identificados, que pretendemos dar seqüência ao objetivo geral proposto por este trabalho, buscando agora compreender e expor os efeitos socioespaciais da disputa pela terra urbana em Florianópolis. Esse será o tema e propósito geral do nosso último capítulo.

3. OS EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA DISPUTA PELA TERRA URBANA EM FLORIANÓPOLIS

Para que se possa analisar os determinantes gerais do atual conflito territorial do município de Florianópolis, se faz necessário buscar estabelecer um entendimento da proposição analítica dos “efeitos socioespaciais”, uma vez que não encontramos na literatura especializada uma definição específica do termo em questão. Não obstante, deve-se aqui ressaltar que por socioespacial⁵⁹ compreende-se tanto o espaço produzido socialmente, em sua condição material, quanto também as relações sociais que animam, dão sentido e dinâmica aos processos e objetos espaciais. No entanto, com intuito de estabelecer maior precisão e rigor ao termo, recorreremos a conceituação clássica de Milton Santos (2014), que embora não utilize necessariamente a expressão “socioespacial”, compreende o espaço enquanto um conjunto indissociável do qual participam os objetos geográficos e a vida que os preenche, ou seja, a sociedade (relações sociais) em movimento. Na concepção do geógrafo, o espaço é considerado como resultado direto da ação humana sobre o próprio espaço, intermediados por objetos naturais e sociais.

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. [...] O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (SANTOS, 2014, p. 30-31).

Portanto, ao tomar como base a conceituação do espaço de Milton Santos, considera-se os efeitos socioespaciais como representação e expressão do complexo de determinações envolvendo, de modo indissociável, os objetos geográficos e a dinâmica das relações sociais no contexto da sociedade [como totalidade] em movimento.

⁵⁹ Atualmente há controvérsias na geografia sobre o modo correto de grafar o conteúdo conceitual dos termos socioespacial/sócio-espacial. Fomentado por Marcelo Lopes de Souza, o debate propõe uma distinção entre “socioespacial” sem hífen (onde o “social” meramente qualifica o espacial, sem fazer referência às relações sociais) e; “sócio-espacial” com hífen, referindo-se às relações sociais e ao espaço, simultaneamente. Contudo, sem desmerecer a importância da diferenciação conceitual existente entre os termos, acreditamos que a preocupação maior deva ser em precisar mais o conteúdo conceitual do que a maneira de grafia dos termos. Pretendendo não entrar no mérito da discussão atual envolvendo os diferentes usos da terminologia, justifica-se a escolha do termo “socioespacial” sem hífen (referindo-se obviamente ao espaço e às relações sociais), pelo simples fato de procurar manter-se em concordância com a nova gramática da língua portuguesa.

Outra importante contribuição teórica que vai influir em nossas análises será a tese elaborada por Flávio Villaça, a qual procura demonstrar que é através da segregação espacial que a classe dominante vai controlar a produção e o consumo do espaço, valendo-se, assim, de três formas de controle do espaço urbano: 1) a esfera econômica, por meio do controle do mercado imobiliário que produz os bairros da classe dominante no local onde elas desejam; 2) a esfera política, a partir do controle do Estado no que se refere à localização da infraestrutura urbana, dos aparelhos do Estado e da legislação de uso e ocupação do solo e; 3) a esfera ideológica, por onde a classe dominante vai desenvolver todo um aparato ideológico a respeito do espaço urbano visando, em última instância, auxiliar a dominação e torná-la aceitável pelos dominados.

Contudo, ao incorporar a tese defendida por Villaça, sentimos a necessidade de destacar um componente que - embora seja articulado de modo notável, permeando toda a teoria desenvolvida pelo autor - consideramos ser um elemento central imprescindível à análise do conflito territorial envolvendo as ocupações urbanas. Trata-se, como procura demonstrar Milton Santos, do reconhecimento do espaço enquanto uma estrutura social subordinada-subordinante que, “embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução” (SANTOS, 2012, P.181).

Assim, justifica-se a necessidade e preocupação em colocar em destaque o determinante espacial, sobretudo, por entender que as transformações e disputas desencadeadas pela produção do espaço somente tornam-se concretas através de uma base territorial historicamente determinada. Nesse caso, o espaço acaba sendo não só necessário, mas um elemento síntese, uma vez que “reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas” (SANTOS, 2012, p.33). Em razão disso, o espaço vai exercer uma influência decisiva no que concerne ao desenvolvimento e articulação de outros determinantes, tornando-se um componente fundamental não só da produção do espaço, bem como da totalidade social e de seus movimentos.

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (SANTOS, 2012, p.34).

Valendo-se de tal perspectiva, partimos dos dados empíricos ou da aparência imediata do objeto (não se reduzindo a ela) como nos ensina a teoria marxista, visando num primeiro momento da pesquisa realizar um cuidadoso inventário contendo a descrição, sistematização e organização dos fatos, para posteriormente extrair do objeto analisado (sempre inesgotável e em constante transformação) as suas categorias distintivas e mais íntimas, bem como as regularidades contidas em seu movimento. Considerando que é o objeto que determina o conteúdo do conhecimento e não o contrário, assumimos uma perspectiva teórica que propõe apreender a historicidade e o caráter de totalidade do objeto a fim de precisar, através de seus principais determinantes, os sistemas de mediação que permitem que as contradições se expressem. Desse modo, chegamos a uma proposição explicativa daquilo que identificamos - valendo-se aqui de uma expressão utilizada por José Paulo Netto - como sendo a *reprodução ideal do movimento real* do processo social analisado.

Procurando manter conformidade com a tese defendida por Villaça⁶⁰, ao mesmo tempo propondo destacar o espaço enquanto síntese e componente fundamental da totalidade social, como nos ensina Milton Santos, chegamos a uma proposta de definição dos efeitos socioespaciais a partir da identificação de quatro determinantes⁶¹ gerais, os quais, ao nosso entender, irão exercer forte influência e impacto na disputa territorial envolvendo as ocupações urbanas, a saber: o econômico (envolvendo o controle do mercado imobiliário e o processo de valorização espacial); o político (a partir da legislação, dos investimentos públicos e do aparelho repressor estatal como forma de controle sobre o uso e ocupação do solo urbano); o ideológico (enquanto um conjunto de valores e crenças que visam, em última instância, sustentar ideologicamente a dominação de classes no espaço urbano) e, por fim; o espacial (base territorial historicamente determinada por meio da qual a disputa pela terra-localização acontece).

⁶⁰ Ao mesmo tempo em que procuramos nos valer da tese de Villaça, buscamos também incorporar outros determinantes apresentados pelo nosso objeto de análise. A rigor, embora trate-se do processo de segregação urbana, a escala de análise e o objeto em particular serão outros, fazendo com que a nossa preocupação considere, além da perspectiva mais abrangente sobre a segregação espacial nas metrópoles brasileiras, também as especificidades da disputa territorial envolvendo as duas ocupações urbanas analisadas.

⁶¹ Justifica-se a escolha do termo “determinantes” pela capacidade de abrangência que o seu uso possibilita, a saber, enquanto elementos que concorrem para o desenvolvimento de um processo, de um resultado. O que não exclui a condição de pensá-los também enquanto formas pré-estabelecidas de controle e dominação no e do espaço urbano. Além disso, quando nos referimos aos quatro determinantes, não estamos tratando simplesmente de relações sociais ou espaciais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, identificados aqui pelos fatores de ordem política e ideológica.

3.1 OS DETERMINANTES GERAIS DA DISPUTA PELA TERRA URBANA

O Econômico

Apresentando-se enquanto um dos principais determinantes desencadeadores dos conflitos urbanos, as implicações de âmbito econômico assumirão um importante lugar de destaque nas análises socioespaciais. Com propõe Villaça (1999), “na esfera econômica, destaca-se o controle do mercado imobiliário que produz os bairros da classe dominante no local onde elas desejam” (VILLAÇA, 1999, p.229). Explica o autor que, ao controlar o mercado imobiliário a classe dominante controla também não só o crescimento do espaço urbano, a exemplo do centro principal da cidade, mas também a forma (contínua ou descontínua) e direção desse crescimento.

Nunca é demais reforçar a observação feita por Rodrigues (1989) que, para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fracionável, cujo preço irá depender predominantemente da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existente nas proximidades da casa/terreno. Por ser permanente e nunca se desgastar, a terra urbana e as edificações erguidas sobre ela tem propiciado a possibilidade de concentração e acúmulo de riquezas. Entretanto, para que se possa atingir um patamar elevado de acumulação, uma condição fundamental se impõe: o processo de valorização espacial. Nesse quesito, de acordo com Carlos (2009), os fatores que influirão na formação do preço⁶² estão associados a capacidade de inserção de determinada parcela no espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno/imóvel, o acesso aos lugares privilegiados, à infraestrutura e à privacidade, etc.

Como explica a geógrafa, no conjunto da cidade a parcela específica do espaço tem seu valor determinado, em especial, pelo fato de que o urbano se produz enquanto condição geral do trabalho da sociedade, portanto, trabalho social geral materializado por meio de “um processo espacial que, por um lado, realiza-se a partir da produção de mais-valia e de sua viabilização, e de outro, como produto deste processo”. Assim, o solo urbano passa a ser definido em função das articulações estabelecidas com a totalidade do espaço; “e seu processo

⁶² Segundo Carlos, “o processo de formação do preço da terra, enquanto manifestação do valor das parcelas leva em conta, desde processos cíclicos da conjuntura nacional (que incluem a forma de manifestação de processos econômicos mundiais) até aspectos políticos e sociais específicos de determinado lugar. Todos esses fatores vinculam-se ao processo do desenvolvimento urbano, que ao realizar-se redefine a divisão espacial e, com isso, o valor das parcelas. O valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem e, na inter-relação entre o todo e a parte, ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço (o preço de cada terreno da cidade é determinado pela sua localização na cidade) (CARLOS, 2009, P.54).

de apropriação (através da terra-matéria) marcará o fato de que o que realmente está sendo apropriado é o trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico: apropriar-se de um lugar construído na cidade” (CARLOS, 2009, P.53).

Sobre esta questão, Rodrigues (1989) chama atenção para a relação direta envolvendo o processo de valorização espacial e a produção social da cidade, relação que vai ocorrer através de investimentos (sobretudo públicos) realizados na área onde se localiza a terra (propriedade privada). Dessa forma, a apropriação da produção social da cidade será feita não de forma coletiva, mas de maneira individual pelos proprietários de terra. Assim, “obtem-se para as áreas bem localizadas um lucro extra na venda da casa/terreno, além de usufruir de uma cidade bem equipada. Cidade produzida socialmente e renda apropriada individualmente” (RODRIGUES, 1989, P.20).

No que diz respeito às ocupações analisadas, notaremos que o processo de valorização espacial apresentará, de acordo com a sua localização, implicações distintas em cada uma das áreas ocupadas. Nesse sentido, a área ocupada pelas famílias da Fabiano de Cristo, embora dotada dos equipamentos e serviços urbanos básicos, pelo fato de ser relativamente pequena e estar situada numa grande região de pobreza consolidada, vai acabar despertando pouco ou nenhum interesse tanto por parte do poder público quanto, principalmente, por parte do capital imobiliário. Bem diferente será o caso da área ocupada pela Marielle Franco, com localização privilegiada em relação ao acesso e proximidade que mantém junto à região central e também aos principais equipamentos e serviços urbanos disponíveis na cidade. Por oferecer uma série de vantagens locacionais, as áreas ocupadas (pública e privada) acabaram tornando-se alvos de grande interesse e disputa envolvendo a população pobre local, investimentos empresariais e as políticas públicas.

Trata-se de uma região que, diferentemente do bairro Monte Cristo, vai dispor de uma via rápida de conexão entre o centro e os bairros de classe média e alta (via Transcaieira), o que vai proporcionar uma dinâmica e articulação maior entre a região e as localizações centrais do município. Além disso, pelo fato de possuir ainda uma significativa reserva de terras (ZEIS, APP, APL) a espera de mudanças na legislação, a região do Alto da Caieira vai ser de grande interesse ao capital imobiliário/fundiário, constituindo-se numa área dotada de alto valor especulativo devido, especialmente, as possibilidades de construção de grandes empreendimentos (público e privado) futuros.

Sob a ótica do mercado imobiliário, o interesse maior nas áreas da Ocupação Marielle Franco em relação ao terreno da Fabiano de Cristo, será justificado pelo fato da primeira apresentar todos os atributos necessários para a construção de moradias, porém, não de interesse

social (como a legislação vigente determina no caso das ZEIS) - essas que além de não proporcionarem os lucros previstos, acabam viabilizando a concentração e permanência dos grupos subalternos numa área central com grande capacidade de valorização -, mas sim de condomínios residenciais de alto padrão, possibilitando, desse modo, os maiores rendimentos possíveis aos capitais (imobiliário, da construção civil e financeiro) através do movimento de expansão e de incorporação da região do Alto da Caieira ao mercado imobiliário formal.

Chega-se, assim, ao pressuposto de que uma das principais distinções envolvendo as duas ocupações urbanas está intimamente relacionada ao fato de que, devido aos investimentos públicos que veio recebendo ao longo das últimas duas décadas, a região onde está localizada a ocupação Marielle Franco vai apresentar como determinante econômico uma grande capacidade para receber tanto equipamentos públicos, a exemplo da creche que está sendo construída ao lado da área pública ocupada, quanto, também, investimentos imobiliários de alto padrão, como no caso do condomínio de luxo que faz divisa com a ocupação. Ou seja, o fato de apresentar uma localização privilegiada dentro do espaço urbano, proporcionará a região do Alto da Caieira uma condição de área central dotada de alto valor de mercado, o que vai permitir aos proprietários dos terrenos se apropriarem de uma renda “extra”, a renda diferencial decorrente da produção social da cidade.

Isto posto, percebe-se que o diferencial econômico da região do Alto da Caieira exercerá papel determinante em relação a disputa pelas áreas da ocupação Marielle Franco, contribuindo de maneira decisiva para o acirramento do conflito envolvendo as famílias de sem teto e os interesses especulativos do capital imobiliário/fundiário. Esse acirramento será tanto mais evidente, quando analisado os papéis assumidos pelo Poder Público local e a mídia empresarial diante da disputa territorial em Florianópolis.

O Político

Dentre os vários agentes que produzem e controlam o espaço urbano, o Estado vai assumir a responsabilidade pela criação das condições fundamentais de produção capitalista nas cidades, o que incluirá tanto os bens de consumo coletivo necessários à reprodução da força de trabalho quanto as infraestruturas urbanas necessárias à reprodução do capital. Essa condição irá fazer com que o Estado detenha não somente o controle sobre o fundo público para investimentos, como também a regulamentação e controle sobre o uso e a ocupação do solo urbano. Para Villaça (1999), essa condição se manifestará por meio de três processos fundamentais: o primeiro, pelo controle da localização da infraestrutura urbana, principalmente o sistema viário, privilegiando os bairros da classe dominante não só em relação às suas

localizações, mas também quanto aos seus tipos. O segundo mecanismo refere-se ao controle da classe dominante sobre o Estado, determinando a localização dos aparelhos públicos no espaço urbano. Por fim, o autor identifica como terceiro mecanismo o controle da legislação urbanística pelo Estado, uma vez considerado que em nossas metrópoles essa legislação visa, em última instância, atender aos requisitos urbanísticos exigidos pela classe dominante.

No que compete às especificidades apresentadas pelo município de Florianópolis, as ações do Estado irão repercutir espacialmente, como aponta Sugai (2015), a partir dos grandes investimentos viários realizados nas décadas de 70 e 80, esses que servirão como suporte para a formação do eixo estruturador e de interligação entre as áreas residências das elites e os bairros onde buscaram expandir suas áreas de lazer e de veraneio. Como demonstrado pela autora, os investimentos viários realizados pelo Estado irão contribuir significativamente para estruturar o eixo que aproxima os bairros segregados da classe dominante, os quais acabaram determinando a localização dos investimentos viários nos períodos subsequentes. Esse processo de autosegregação das elites e de aproximação dos bairros segregados será fundamental para garantir os investimentos públicos privilegiados, bem como controlar e manter o processo de produção dos espaços intraurbanos segregados e a relação de dominação através do espaço.

Além dos processos apontados por Villaça e Sugai, outro mecanismo de controle a ganhar relevância na disputa territorial será as intervenções repressivas do Estado nos espaços de pobreza, a exemplo das ocupações urbanas. Utilizando-se da justificativa de “combate ao tráfico” e ao “crime ambiental”, as ações de caráter repressivo e violento do Poder Público irão envolver desde agressões físicas até violências psicológicas praticadas pela PM, a fim de disseminar o pânico e o medo entre os moradores das área ocupadas.

Marcada pela negação de direitos, violência e ilegalidade, a demolição de casas será uma das principais formas de repressão assumida pelo Estado. Ocorrendo sobretudo na ocupação Marielle Franco (a mais visada pelo Poder Público e especulação imobiliária), essas ações irão contar com uma forte mobilização e articulação de recursos do aparato institucional, envolvendo desde fiscais da FLORAM, SMDU, Prefeitura, até o Batalhão da Polícia Militar, Choque, etc. Contudo, a questão que vai chamar atenção é o caráter totalmente arbitrário tomado pela intervenção estatal, uma vez que não vai apresentar qualquer tipo de amparo legal, constituindo-se, desse modo, enquanto ações repressivas inconstitucionais do ponto de vista jurídico.

Ressalta-se, mais uma vez, que as formas e procedimentos de intervenção irão ocorrer de maneira distinta nas duas ocupações analisadas. Nota-se tal condição, quando comparada a quantidade discrepante de órgãos públicos mobilizados e a intensidade tomada pelas ações do

Poder Público em cada uma das áreas ocupadas. Seja por apresentar um número maior de casos de abuso e violência policial, ou por envolver ações conjuntas de diversos órgãos públicos nas tentativas ilegais de despejo, o fato é que as ações do aparelho repressor estatal se mostrarão muito mais atuantes na ocupação Marielle Franco do que na Fabiano de Cristo, o que vai deixar transparecer os interesses de classe por trás das ações, tornando-se evidente o papel de agente especulador e promotor de desigualdades socioespaciais assumido pelo Poder Público local frente à disputa territorial no município.

Aqui, novamente, o fator terra-localização ganha destaque, revelando o grande interesse econômico que há por trás das áreas ocupadas no Alto da Caieira, tanto por parte do próprio Poder Público quanto, também, por parte de grupos e agentes ligados ao capital fundiário/especulativo. Esse interesse se deve, como dito anteriormente, aos investimentos públicos realizados pelo próprio Estado, o que acabou fornecendo a esta parcela do espaço um grande potencial para se transformar numa região de moradia das classes médias e altas.

Por outro lado, o enorme interesse envolvendo a área ocupada acaba remetendo a uma avaliação crítica sobre as formas de relação estabelecidas entre o Poder Público e os interesses especulativos e financeiros sobre a terra urbana, tendo em vista o grande “apoio” prestado por entidades empresariais às ações da Prefeitura de Florianópolis contra as ocupações. Propagandeado pela mídia empresarial⁶³, a relação indecorosa envolvendo a captura do Poder Público pelos interesses privados irá se efetivar enquanto ação política através da proposta prevendo “medidas severas” (leia-se: despejo forçado com demolições sumárias) contra os “invasores” de terras, sendo necessário para isso a criação de um grande “pacto social reunindo a judiciário, Ministério Público, Prefeitura, lideranças empresariais e políticas, além da imprensa” (RELATÓRIO ND, 2020).

Será, portanto, dessa forma que o Estado irá assumir uma função central na disputa pela terra, apresentando como determinante político o controle sobre a legislação (a exemplo do PLC 1801/2019) e a repressão estatal por meio das ações violentas e arbitrárias realizadas nas ocupações urbanas. Vai ser por meio dessas ações que o Poder Público local vai buscar garantir o monopólio da propriedade da terra aos setores dominantes, negando ao mesmo tempo aos grupos subalternos o direito à moradia previsto nos marcos regulatórios, tais como a Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Plano Diretor, etc. Trata-se, portanto, do

⁶³ Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/liderancas-empresariais-apoiam-medidas-da-prefeitura-da-capital-contra-invasoes-de-terra/>><https://ndmais.com.br/noticias/prefeito-de-florianopolis-garante-direito-das-familias-em-ocupacao-mas-com-respeito-a-lei/>>.

estabelecimento de prioridades e compromissos que vão denunciar a existência de um total alinhamento da Poder Público local junto aos interesses econômicos e políticos das classes dominantes, alinhamento que vai garantir, a um só tempo, a concentração da terra urbana nas mãos dos grupos dominantes locais e a expulsão dos grupos subalternos das áreas centrais valorizadas do município.

O Ideológico

Ao longo do processo de urbanização capitalista, a classe dominante foi desenvolvendo um conjunto de crenças e valores específicos sobre o espaço urbano a fim de manter as condições de controle e dominação de classes. Nesse sentido, Milton Santos observa a imposição do determinante ideológico como uma necessidade de manutenção do modo de produção capitalista do espaço. Ao considerar que o ato de produzir também envolve a produção do espaço, o autor identifica que “a gênese deste se realiza sob o signo da ideologia, desde que a criação mercantil do espaço é em si mesma um jogo especulativo, um ato enganador. O *marketing* do espaço impõe o engano como se fosse a verdade” (SANTOS, 2012, p.265).

Dentre os inúmeros exemplos de ideologia do espaço urbano, Villaça destaca as categorias gerais de *naturalização dos processos sociais* e a de *universalização do particular*. Segundo o autor, tais categorias ideológicas possuem o papel de inculcar nas massas a ideia geral de que a cidade é aquela parte onde estão concentradas as classes dominantes. Essa forma assumida pela ideologia tem a função de facilitar a ação do Estado que privilegia essa parte. “Ao investir nela, o Estado está investindo *na cidade*; ao protegê-la através da legislação urbanística, o Estado está protegendo *a cidade*. Quando transfere seus aparelhos para o “centro novo”, criado pelas e para as burguesias, está transferindo-o para o “centro novo *da cidade*” (VILLAÇA, 1999, p.234).

Vale ressaltar novamente que, para Maricato (2008) e Sugai (2015), essa representação e difusão ideologizada da cidade não será inócua. Como parte do ideário e do discurso dominante, tem o objetivo de encobrir privilégios, possuindo um papel econômico diretamente ligado à captação da renda da terra, além de cumprir uma função importante na estruturação urbana, na distribuição dos investimentos públicos e no processo de segregação espacial.

Em Florianópolis, essa imagem ideologizada de cidade apresentará algumas particularidades distintas, com forte apelo às características físico-territoriais, naturais e culturais. Amplamente divulgada pelo Poder Público, empresários do turismo e mídia

empresarial, o simulacro de “Ilha da Magia” busca difundir uma imagem elitista de cidade, voltada ao atendimento exclusivo do padrão de vida e consumo de camadas de alta renda, onde marinas, hotéis e empreendimentos comerciais luxuosos são vistos como prioridades, não havendo, nesse modelo de cidade, qualquer espaço para o atendimento das necessidades e demandas vindas das classes subalternas.

Essa representação da cidade ficará explícita na cobertura jornalística da disputa pela terra envolvendo as ocupações urbanas. Valendo-se do subterfúgio de combate ao crime ambiental e ao tráfico de drogas, as inúmeras matérias publicadas buscam a todo custo dar legitimidade às intervenções arbitrárias do Poder Público nas áreas ocupadas. Concentrando-se de modo predominante na Ocupação Marielle Franco, vista a enorme quantidade de material jornalístico publicado, os ataques no campo ideológico visam, sobretudo, emplacar o discurso dominante de que a “invasão” do Alto da Caieira constitui-se como atentado à propriedade privada e ao meio ambiente, que além de estar inviabilizando a construção de um conjunto habitacional popular pela PMF, acabou se tornando mais um espaço de proliferação da criminalidade na cidade.

A constatação desse ataque é importante, pois revela uma clara preocupação e interesse especial das elites locais, Poder Público e mídia empresarial com as áreas da Ocupação Marielle Franco devido, principalmente, a localização privilegiada que possui no município. Confirmação que é reforçada ainda mais quando verificado o pouco interesse demonstrado no terreno da Ocupação Fabiano de Cristo, localizada no bairro Monte Cristo, região de pobreza já consolidada, a qual despertou interesse apenas no início do processo de ocupação, sendo posteriormente esquecida tanto pela PMF quanto pela imprensa que a apoia.

A preocupação da mídia empresarial em atacar as ocupações e espaços de pobreza em geral, ao mesmo tempo em que vai procurar esconder dados da realidade, também vai acabar revelando, além da defesa obstinada ao simulacro de “ilha de primeiro mundo”, os grupos e interesses envolvidos na disputa atual pela terra no município. Seja pelo apoio incondicional prestado aos setores dominantes ao encobrir os crimes ambientais e as grilagens de terras, seja por meio da disseminação do discurso de ódio e criminalização da condição de pobreza direcionado aos grupos subalternos, o papel atribuído a imprensa tradicional local consistirá em mascarar as contradições de natureza econômica, inculcando formas ideológicas que venham a contribuir para a manutenção do controle e da dominação de classes no e do espaço urbano.

Trata-se, aqui, da identificação do determinante ideológico acerca do conflito envolvendo as ocupações urbanas, a saber: o da inversão da realidade, ao procurar de forma dissimulada transferir a responsabilidade pela falta de políticas habitacionais às próprias vítimas

do descaso institucional, buscando criminalizá-las por sua condição precária de moradia e pobreza. Sob a ótica dominante essa inversão faz sentido, pois, ao atribuir às famílias de sem teto a culpa pela condição de pobreza, associando-as ao aumento da violência e da criminalidade, reforça-se o preconceito já existente às ocupações urbanas e aos grupos subalternos, ao mesmo tempo em que se poupa o Poder Público local da responsabilidade de prover as políticas públicas e, também, de autuar e punir os grandes criminosos e usurpadores das terras públicas do município.

O Espacial

Tomado como algo material, tangível, que dispõe de certa autonomia e influência sobre outras estruturas sociais, o espaço irá se apresentar como um componente fundamental da totalidade social; “matéria trabalhada por excelência; uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos” (SANTOS, 2012, p.173). Enquanto síntese e base territorial por meio da qual as relações sociais e os conflitos se desenvolvem, o espaço apresentará um valor próprio que será determinado por suas características físico-territoriais atreladas à processos econômicos, políticos e sociais. Embora não limitado a estes processos, suas características distintivas constituirão os aspectos mais gerais da terra-localização, essa que, enquanto valor de uso, fruto do trabalho socialmente necessário empregado na produção da cidade inteira, será definida pela “capacidade que determinado ponto do território oferece, de relacionar-se, através de deslocamentos espaciais, com todos os demais pontos da cidade” (VILLAÇA, 1999, P223).

Essa “base territorial” será historicamente determinada por processos que, a exemplo da urbanização, produzirão grandes transformações sociais, econômicas e espaciais no país. Por sua vez, ao verificarmos as particularidades da área conurbada de Florianópolis, notaremos que embora possam apresentar importantes singularidades do ponto de vista de sua ocupação e estruturação intraurbana, por estabelecer íntima relação com o caráter elitista e conservador da formação social brasileira, acabará contendo as características mais gerais de uma urbanização tardia e desigual, a qual irá submeter enormes contingentes da classes subalternas (expropriadas dos meios de produção e da posse da terra) a uma condições de marginalização e de segregação urbana, próprias dos países de capitalismo dependente.

Contudo, mesmo com a consolidação do fenômeno da segregação espacial, o conflito de classes envolvendo a disputa pelas áreas centrais valorizadas da cidade não vai deixar de existir, ao contrário, ficará mais acirrado na medida em que o estoque de terras do município vai se limitando, passando a se concentrar cada vez mais nas mãos de poucos grupos

econômicos e políticos dominantes. Por essa razão, a influência que o espaço vai exercer na disputa pela terra urbana será determinante, uma vez considerada a importância que a territorialização vai assumir no contexto de uma conformação socioespacial desigual, segregada e cada vez mais tendente ao conflito.

No que diz respeito à localização das duas ocupações urbanas analisadas, nota-se que ambas estão situadas em regiões que, ao longo do tempo, foram se consolidando enquanto principais locais de concentração da pobreza da cidade, a saber, o bairro do Monte Cristo, na parte continental, e a região do Alto da Caieira, localizada no complexo do Maciço do Morro da Cruz, na parte insular do município. Apesar dessa característica semelhante, cada uma delas apresentará significativas diferenças, principalmente, quando considerada a sua localização no espaço urbano global, compreendida a partir dos contextos municipal e conurbado.

Ao retomarmos as características gerais de cada localidade, verificaremos que o bairro do Monte Cristo, onde está situada a ocupação Fabiano de Cristo, será composta por um complexo de comunidades (favelas) que irão formar um território de pobreza dotado de elevados índices de adensamento populacional/habitacional. Constituída em sua maior parte por conjuntos habitacionais populares e por habitações de autoconstrução, a região, que passou por um intenso processo de ocupação do solo na década de 1990, vai encontrar atualmente o seu limite de expansão territorial. Por esses motivos, apresenta-se como uma localidade com pouco ou nenhum recurso e capacidade para receber investimentos tanto públicos quanto privados, não despertando, desse modo, qualquer tipo de interesse especulativo por parte do capital imobiliário e de seus gestores.

Totalmente diferente será o caso apresentado pela Ocupação Marielle Franco, localizada na região do Alto da Caieira, na área central do município. Composto o complexo de comunidades do Maciço do Morro da Cruz, a região que estabelece fronteira com o bairro da Serrinha, vai abrigar uma grande população de baixa renda em habitações precárias de autoconstrução. Mesmo contando com considerada densidade habitacional, o Alto da Caieira se diferenciará do bairro Monte Cristo, sobretudo, por apresentar uma localização privilegiada dentro do espaço urbano tendo inclusive, por esse motivo, recebido nas últimas décadas importantes investimentos públicos, a exemplo da via Transcaieira.

Tal diferenciação, fundamental entre as duas áreas ocupadas, pode ser verificada com mais rigor quando considerada as desigualdades socioespaciais existentes, não somente em relação às condições de acesso às instituições, equipamentos e serviços públicos, concentrados de modo majoritário na parte insular do município, mas, especialmente, pela capacidade de articulação que cada localização vai estabelecer junto aos demais pontos da cidade. Essa

diferenciação torna-se mais evidente, quando considerada a condição privilegiada do Alto da Caieira em relação ao acesso e proximidade que vai estabelecer junto aos bairros Centro, Trindade, Pantanal e Itacorubi, regiões onde estão concentradas importantes instituições e serviços públicos tais como a UFSC, UDESC, CELESC, ELETROSUL, etc.

Considerando tais implicações, o que vai se destacar como determinante espacial entre as duas áreas ocupadas, serão as características físico-territoriais atreladas à questões de natureza econômica, política e social, que, por sua vez, constituirão os aspectos mais gerais da localização espacial. Essa condição proporcionará a cada uma das ocupações um peso e influência diferenciadas no que diz respeito à captação de recursos públicos, bem como a capacidade de deslocamento e de articulação espacial. Muito embora ambas estejam situadas em espaços históricos de concentração da pobreza do município, o fato da Ocupação Marielle Franco sustentar uma condição privilegiada em relação tanto aos investimentos públicos recebidos quanto, também, ao acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos importantes da cidade, fez com que a região do Alto da Caieira se tornasse, por motivos óbvios, uma área com localização diferenciada e, como consequência disso, objeto de intensa disputa entre as classes sociais.

3.2 RESULTADOS PRODUZIDOS PELOS EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA DISPUTA TERRITORIAL EM FLORIANÓPOLIS

Com o intuito de aplicar os ensinamentos de Milton Santos na análise sobre os efeitos socioespaciais expressos pelos determinantes econômico, político, ideológico e espacial, partimos, primeiramente, da constatação mais elementar de que estes se constituem enquanto objetos reais que existem independentemente de seu conhecimento, mas que não podem ser definidos a não ser por seu próprio conhecimento. Materializados num espaço particular e não num espaço geral, tais determinantes não podem ser compreendidos de maneira isolada e muito menos sem a adoção de uma perspectiva de movimento conjunto e totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo.

Enquanto elementos que concorrem para o desenvolvimento de um processo, tais determinantes exercerão papel decisivo na disputa territorial. Articulados em conjunto, fornecerão as condições necessárias ao controle do espaço urbano. Nota-se essa condição, quando verificada a grande capacidade de influência do mercado imobiliário sobre o solo urbano por meio da valorização espacial, essa que vai influir diretamente sobre as condições de cada área ou região para receber equipamentos públicos e investimentos imobiliários de alto

padrão, como no caso da região do Alto da Caieira. Essa característica vai proporcionar às áreas da Ocupação Marielle Franco uma localização privilegiada dentro do espaço urbano global, que a partir dos investimentos públicos realizados durante as últimas décadas lhe garantiu a condição de área central valorizada. Tal processo vai acabar possibilitando aos diversos capitais ligados à produção do espaço, assim como também aos proprietários de terras, se apropriarem da de forma individual da produção social da cidade.

Será, portanto, a partir das implicações de natureza econômica que o Estado assumirá uma função central na disputa pela terra urbana, especialmente, no que diz respeito ao controle da legislação (a exemplo do PLC 1801/2019), dos investimentos públicos (Via Transcaieira) e da repressão estatal por meio das ações ilegais de despejo e de demolição de casas realizadas nas ocupações. É justamente por meio desta forma de intervenção que o Poder Público local vai buscar garantir tanto a concentração da terra urbana nas mãos dos grupos dominantes locais quanto, também, a expulsão das populações pobres das áreas centrais valorizadas do município.

No entanto, para que as ações repressivas do Estado nas ocupações, bem como o próprio modelo neoliberal de cidade tenham suporte e legitimidade social, será necessário criar um consentimento e naturalização das condições de dominação de classes no espaço urbano. Trata-se, contudo, da identificação do determinante ideológico enquanto outro elemento fundamental do conflito envolvendo a disputa territorial, que além de buscar transformar as vítimas em culpados, vai procurar eximir o Estado da responsabilidade do provimento de políticas habitacionais, poupando também os grandes grileiros e usurpadores de terras públicas dos crimes cometidos a todo o conjunto da sociedade. Materializada por meio da cobertura da imprensa local, a exemplo dos produtos jornalísticos “Dossiê ND” e do “Relatório ND”, a inversão ideológica irá objetivar não apenas garantir a exclusividade da propriedade privada, como também reforçar as ações violentas nas ocupações, bem como o preconceito e ódio de classe aos grupos subalternos.

Constituindo-se na síntese geral dos efeitos socioespaciais e base territorial por meio da qual a disputa territorial acontece, o determinante espacial apresentará um valor próprio que será definido em grande medida por suas características físico-territoriais atreladas a fatores de ordem econômica, política e social. Tais atributos acabarão por constituir os aspectos essenciais da localização espacial, condição que proporcionará a cada parcela específica do solo urbano um peso diferenciado no que diz respeito à captação de recursos e investimentos públicos, assim como da capacidade de deslocamento e de articulação junto a todos os outros pontos da cidade. Juntas, todas estas características transformarão o espaço num componente fundamental da

totalidade social, fornecendo-lhe, por esta razão, uma posição de grande destaque na disputa pelo solo urbano do município.

Nota-se, portanto, que de maneira isolada cada um dos quatro determinantes, por si só, não será capaz de produzir as condições necessárias à devida efetivação do que denominamos por efeitos socioespaciais. Percebe-se isso, quando verificada as condições de interdependência e de articulação existentes entre os elementos espaciais e os processos de âmbito econômico, político e social; condição que será fundamental para o controle e domínio do território pela classe dominante. De fato, tal condição somente poderá ser garantida e efetivada por meio do controle exercido pelo mercado imobiliário através da valorização espacial e, também, das ações do Estado (via legislação, investimentos públicos e repressão estatal) junto a uma ideologia que lhe dê sustentação, fazendo com que a dominação seja naturalizada e aceita pela maioria da sociedade.

Diante de tais considerações, percebe-se que *os efeitos socioespaciais não são nem uma coisa e nem uma soma aleatória e estanque de coisas. Enquanto elementos que concorrem para o desenvolvimento de um processo, constituem formas pré-estabelecidas de controle que envolvem relações sociais e espaciais entrelaçadas por questões de ordem econômica, política e ideológica. Trata-se, portanto, de um complexo de determinações materiais e imateriais relacionadas de forma interdependente que, articuladas em conjunto, influirão de modo determinante na disputa pela terra urbana.*

Chega-se, dessa forma, a possibilidade de inferência daquilo que se apresenta como provável ponto central das implicações analisadas até aqui. Trata-se, pois, da proposição de que tanto o objetivo quanto o resultado final produzidos pelos efeitos socioespaciais da disputa territorial não são outros senão o da própria *manutenção e perpetuação do processo de segregação espacial no município de Florianópolis*. Processo que embora possa estar devidamente consolidado, acaba não possuindo as condições necessárias para exercer o total controle sobre o espaço urbano a ponto de impedir que ocorram insurgências da luta por moradia, essas, protagonizadas por setores empobrecidos e marginalizados das classes subalternas locais.

Expressando-se a partir de formas e intensidades distintas, ao se manifestarem em regiões de pobreza já consolidadas, a exemplo da ocupação Fabiano de Cristo e, especialmente, em áreas com grande capacidade para receber investimentos imobiliários de alto padrão, como no caso da localização da ocupação Marielle Franco, os efeitos socioespaciais acabarão assumindo um papel determinante na disputa pela terra no município, a saber: *o de fornecer as condições necessárias à perpetuação da segregação espacial, contribuindo para a manutenção*

do processo de produção do espaço urbano pela classe dominante e a reprodução das relações de dominação.

3.3 AS OCUPAÇÕES URBANAS COMO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA AO PROJETO DE CIDADE NEOLIBERAL

Enquanto manifestação direta da disputa territorial, os efeitos socioespaciais ao mesmo tempo em que irão fornecer as condições para a manutenção da segregação e dominação do espaço, por deixarem expostas as contradições e desigualdades sociais, acabarão abrindo possibilidades de questionamento e contestação acerca do modo de produção capitalista do espaço, alicerçado na concentração e na renda da terra pela classe dominante. Tal modo de produção, baseado na prevalência do valor de troca sobre o valor de uso, vai ser contestado pelas ocupações por meio da luta das famílias sem teto requerendo a terra/casa para fins exclusivos de moradia, prevalecendo, neste caso, a reprodução da força de trabalho sobre a reprodução do capital.

Esta inversão promovida pelas ocupações será reconhecida pelo postulado lefebvriano como forma de apropriação do espaço que, a rigor, se contrapõe à dominação (que reduz o cotidiano ao âmbito das mercadorias) ao fazer a contestação da prevalência do valor de troca sobre o valor de uso. Assim, ao se apropriarem de vazios urbanos a espera de valorização e de áreas de interesse social negligenciadas pelo Poder Público, as ocupações urbanas criam, na prática, novas possibilidades de transformação dos espaços por meio do predomínio do valor de uso, tendo como finalidade última a realização da vida social. Se considerada sob estes termos, a apropriação do solo urbano pelas famílias de sem teto irá se apresentar como possibilidade de transformação concreta da conformação socioespacial desigual, constituindo-se, assim, enquanto práticas espaciais de resistência às formas de controle e dominação de classes no e do espaço urbano.

Muito embora a correlação de forças seja historicamente desfavorável às formas de contestação dos grupos subalternos, a contraposição acionada pela luta por moradia (considerando todas as limitações impostas) vai possibilitar que as contradições da cidade real se expressem. Ao constituírem-se material e simbolicamente enquanto práticas espaciais de resistência ao processo de segregação urbana e ao modelo de cidade neoliberal, as ocupações urbanas acabam por assumir um papel importante de denúncia do poder exercido pelo capital

imobiliário em detrimento da função social da cidade e da propriedade, além das práticas segregacionistas promovidas pelas classes dominantes via políticas de Estado.

Ao contribuir para explicitar a relação indecorosa existente entre o Poder Público local, setores empresariais e mídia tradicional, a luta dos grupos subalternos pela terra urbanizada traz à público o papel assumido pela Prefeitura Municipal na priorização das demandas dos grupos políticos e econômicos dominantes, e não das políticas públicas destinadas a combater as enormes desigualdades socioespaciais. Ao sinalizarem para o aumento das demandas por moradia existentes no município, as ocupações contribuem para dar maior visibilidade às contradições e problemas urbanos inerentes à cidade neoliberal, por vezes omitidos, negligenciados ou mesmo invertidos pela ideologia dominante.

Questionando o *apartheid* territorial de classe, que estabelece o continente como lugar de concentração da pobreza, e a Ilha como um espaço de prestígio e riqueza destinado às camadas de mais alta renda, a luta por moradia vai se constituir como um contraponto e, também, como uma forma reveladora do processo histórico de apropriação das terras públicas e de uso comum que garantiu a exclusividade da posse e da renda da terra às classes dominantes. Ao se colocarem na disputa territorial, tornam-se um empecilho à lógica rentista e especulativa do solo urbano, uma vez que inviabilizam as possibilidades de lucro e renda do mercado imobiliário, transformando-se, por esse motivo, em inimigos do capital e seus gestores.

Para além disso, considera-se também a grande contribuição da luta por moradia no que diz respeito à politização das demandas das classes trabalhadoras, uma vez que, a própria práxis de resistência cotidiana acaba fornecendo possibilidades concretas para que ocorra um salto no processo de consciência de classe dos grupos subalternos. A partir da “descoberta” dos direitos sociais dos oprimidos, pelos próprios oprimidos, adquire-se condições para identificação da segregação social e espacial por meio do conflito territorial, pois as lutas possibilitam a explicitação das contradições e dos interesses antagônicos em disputa pela apropriação/dominação do espaço urbano. Desse modo, a disputa acionada pelas ocupações urbanas, além de cumprir um papel importante de denúncia das condições de exploração das populações empobrecidas, contribuem significativamente para a gestação de novas forças sociais e, também, para formas alternativas de poder popular.

Certamente, um dos principais desafios colocados hoje às duas ocupações, é o da possibilidade de consolidação com viabilização de construções de moradias populares nas áreas ocupadas. Contudo, o maior desafio segue sendo o de permanecerem ocupados resistindo ao modelo autoritário, elitista e cada vez mais segregador de cidade neoliberal, o qual visa transformar a capital catarinense numa meca das classes dominantes. Contudo, para que esse

projeto autoritário e antidemocrático se efetive cada vez mais, é preciso excluir o máximo de populações não solváveis da cidade, ou seja, as populações empobrecidas que pela condição de exploração e espoliação não conseguem se enquadrar nos padrões de consumo estabelecidos pelos grupos dominantes.

Produto da conjugação de contradições estruturais agravadas por problemas conjunturais, as ocupações urbanas constituem hoje a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo de uma parcela da população marginalizada e excluída da cidade. Ao reivindicarem o direito à moradia, ao mesmo tempo que expõem as enormes desigualdades socioespaciais, as ocupações subvertem a lógica mercantil e rentista da terra, promovendo, na prática, a inversão da prevalência do valor de troca sobre o valor de uso. Apresentando-se como expressão social do conflito de classes em torno da disputa pela terra, as ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo constituem possibilidades mais justas e democráticas de apropriação do espaço urbano. Juntas às demais ocupações da região, representam hoje uma das mais importantes formas de enfrentamento e resistência ao processo de segregação espacial e, principalmente, ao modelo neoliberal e cada vez mais perverso de cidade voltado contra os trabalhadores e trabalhadoras do município de Florianópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo de caso das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo, esse trabalho procurou demonstrar como os efeitos socioespaciais da disputa pela terra irão influir tanto no processo de produção, quanto nas formas de controle e dominação do espaço urbano pela classe dominante. Por meio da apreensão dos determinantes gerais presentes no conflito territorial, foi possível verificar a grande influência produzida pelo fator terra-localização e pelo processo de valorização espacial, bem como do poder repressivo do Estado e do discurso ideológico promovido pela mídia empresarial objetivando, sobretudo, a manutenção do processo de segregação espacial em Florianópolis.

Nesse sentido, a complexa teia de determinações que contribuiu para a emergência das ocupações urbanas não pode ser apreendida fora dos processos estruturais e conjunturais dos quais está submetida. Amparada por particularidades históricas de uma formação social que vai apresentar uma transição capitalista “pelo alto”, envolvendo a conservação do monopólio da terra e a posição de privilégio das antigas classes oligárquicas, a questão fundiária vai apresentar especificidades próprias das formas de uso e ocupação do solo no município, as quais abarcarão desde os processos de expropriação dos pequenos produtores com a tomada das áreas de uso comum pelas classes mais abastadas; passando pela entrega de terras públicas através da maquiada “reforma agrária” realizada pelo IRASC no período ditatorial; chegando ao contexto atual de avanço das agendas e pautas neoliberais e do processo de financeirização da terra e moradia no país, conjuntura que vai contribuir para um agravamento ainda maior da precarização habitacional em Florianópolis.

A partir dos estudos do processo de mercantilização da terra, verificou-se a centralidade da propriedade na análise histórico-social da luta por moradia, uma vez que será através da dinâmica conflituosa estabelecida em torno do solo urbano que a disputa territorial passará a se desenvolver, tornando-se cada vez mais intensa. Nesse processo, o Estado vai exercer um papel determinante de agente especulador e promotor de desigualdades socioespaciais, seja por meio da localização dos investimentos públicos, como explica Sugai, ou por meio das políticas públicas que passam a orientar a distribuição das classes sociais na área conurbada, privilegiando as setores médios e mais abastados na ilha, ao mesmo tempo em que vai contribuir para o estabelecimento dos espaços de moradia das populações de baixa renda nas periferias dos municípios continentais de São José, Palhoça e Biguaçu.

No que diz respeito ao objetivo geral e contribuição maior do trabalho, ao incorporar as teses de segregação espacial de Villaça, bem como a categoria espacial de Milton Santos,

chegamos a uma proposta de definição dos efeitos socioespaciais a partir da identificação dos determinantes econômico, político, ideológico e espacial, os quais, de acordo com nossas conclusões, irão exercer forte influência e impacto na disputa territorial envolvendo as ocupações urbanas. Enquanto elementos que concorrem para o desenvolvimento de um processo, tais determinantes irão constituir formas de controle envolvendo a associação e articulação de interesses do mercado imobiliário, Poder Público e mídia empresarial. Interdependentes e articulados em conjunto, esses determinantes exercerão um papel fundamental na perpetuação do processo de segregação espacial, contribuindo para a manutenção da dominação do espaço pelas classes dominantes. Processo que, embora possa estar consolidado, acaba não possuindo as condições necessárias para exercer o total controle sobre o espaço urbano a ponto de impedir que ocorram insurgências dos grupos subalternos, a exemplo da luta por moradia.

Quanto à forma particular de expressão, observou-se que os efeitos socioespaciais irão apresentar implicações distintas em cada uma das duas ocupações. Nesse sentido, a área ocupada pelas famílias da Fabiano de Cristo, embora dotada dos equipamentos e serviços urbanos básicos, pelo fato de ser relativamente pequena e estar situada numa grande região de pobreza consolidada, com elevados índices de adensamento populacional/habitacional, vai acabar despertando pouco ou quase nenhum interesse, seja por parte do poder público ou, principalmente, por parte do capital fundiário/imobiliário. Torna-se evidente, uma vez considerada a centralidade assumida pelo fator terra-localização na disputa territorial, o total desinteresse e descaso da PMF em relação à Ocupação situada no bairro do Monte Cristo, pois fora do circuito imobiliário formal e, portanto, sem valor de mercado que justifique investimentos públicos e privados, a área ocupada não se apresentará como objeto de disputa entre a população local, o Poder Público e o capital imobiliário/fundiário.

Bem diferente será o caso da área ocupada pela Marielle Franco, com localização privilegiada, devido à proximidade que mantém junto aos principais equipamentos e serviços urbanos disponíveis na cidade. Por oferecer uma série de vantagens locacionais, as áreas ocupadas (pública e privada) no Alto da Caieira acabaram tornando-se alvo de grande interesse e disputa envolvendo a população pobre local, investimentos empresariais e as políticas públicas. Trata-se, como já informado, de uma região que, diferentemente do bairro Monte Cristo, vai dispor de uma via rápida que vai proporcionar uma dinâmica e articulação privilegiada entre as localizações centrais do município. Além disso, pelo fato de possuir ainda uma reserva de terras (ZEIS, APP, APL) a espera de mudanças na legislação, a região do Alto da Caieira vai se tornar ainda mais visada, constituindo-se numa área dotada de alto valor

especulativo devido, principalmente, as possibilidades de construção de empreendimentos e lucros futuros.

Portanto, independentemente da forma e intensidade com que vão se manifestar, seja em regiões de pobreza já consolidadas, a exemplo da ocupação Fabiano de Cristo, ou em áreas com grande capacidade para receber investimentos imobiliários de alto padrão, como no caso da localização da ocupação Marielle Franco, os efeitos socioespaciais acabarão assumindo um único e determinante papel na disputa pela terra do município, que vai ser o de fornecer as condições necessárias para a perpetuação da segregação socioespacial, contribuindo para a manutenção do controle e dominação do espaço urbano pelas classes dominantes.

Tal constatação, além de demonstrar a importância assumida pela luta por moradia em relação a explicitação das contradições e desigualdades sociais da cidade real, mostrando as forças antagônicas e os interesses em disputa pela apropriação/dominação do espaço urbano, também vai contribuir sobremaneira para afirmar a centralidade do fator terra-localização na disputa territorial envolvendo as ocupações urbanas. Essa afirmação é de fundamental importância, uma vez considerada as formas de controle do espaço assumidas pelas classes dominante, e as possibilidades de contestação/superação - através das práticas espaciais insurgentes - do modelo de cidade neoliberal cada vez mais opressor, excludente e desigual.

Mais do que reafirmar a importância da geografia nos estudos sobre os conflitos territoriais, os resultados obtidos por este trabalho contribuem para a validação da categoria socioespacial enquanto componente fundamental da totalidade social, como ensinado por Milton Santos e, também, para a confirmação das teses de Flávio Villaça e Maria Inês Sugai sobre o papel essencial desempenhado pela segregação espacial das classes sociais como estratégia de dominação do espaço urbano. Para além da importante comprovação teórica, os resultados apresentados corroboram também para a validação e afirmação da luta pelo direito fundamental à moradia, ao propor desvelar a partir da superação da aparência dos fenômenos, as formas de controle escondidas por trás das disputas socioespaciais.

Por fim, a análise histórico-social demonstrou que a precariedade habitacional no município de Florianópolis não tem sido resolvida ou sequer mitigada. Muito pelo contrário, ela vem sendo agravada cada vez mais pelo predomínio da lógica de mercado em detrimento da função social da cidade e da propriedade. O histórico da luta organizada por moradia no contexto conurbado expressa essa tendência, mostrando também, por outro lado, a capacidade de resistência dos grupos subalternos pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano. Ocorrendo em sínteses, as quais nascem, renascem, sob formas alteradas, ao longo do processo histórico essas lutas foram modificando-se a partir das diversas experiências realizadas contra

a cidade neoliberal. Sofreu avanços, refluxos e retrocessos, para num momento seguinte se expandir novamente, em constante devir.

Trata-se, de modo geral, de uma luta histórica e de um problema de ordem estrutural. Enquanto a sociedade brasileira não desatar o nó da terra, propondo a resolução das enormes desigualdades sociais e espaciais, haverá lutas e resistências pelo acesso ao solo urbano, a exemplo das ocupações. Portadora de um outro ideário, a luta por moradia faz parte de um conjunto de experiências de ação coletiva e mobilizações sociais de oposição às agendas e pautas impostas pela cidade do capital. Afirmando-se na própria necessidade de enfrentamento das formas de produção e gestão da cidade submetidas à lógica do mercado, as ocupações urbanas colaboram para dar materialidade ao ideário do direito à cidade, esse que tem atribuído aos movimentos sociais urbanos um papel decisivo de resistência ao processo de mercantilização da vida e, também, da construção de alternativas reais ao projeto cada vez mais autoritário, opressor e excludente de sociedade. Na medida em que incidem sobre a necessidade e urgência de ampliação do acesso ao solo urbano e ao direito à moradia digna, ultrapassam a escala de atuação local, juntando-se às demais lutas sociais por condições fundamentais de reprodução das classes subalternas, contribuindo, assim, para a agenda em torno de um projeto utópico por uma nova cidade, mais justa, democrática e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Míriam. Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. **In: Habitação Social nas metrópoles brasileiras**. *Coleção HABITARE/FINEP*, Porto Alegre, 2007

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, n. 1, p. 70–104, 2008.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CALHEIROS, Fernando. **“Terra, Trabalho e Teto”: Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Grande Florianópolis**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2018.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 1989.

CANELLA, Francisco. **Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015)**. *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v.15, n°2, p.209-236, ago/dez. 2015.

_____. **Os movimentos de luta pela moradia em Florianópolis**. 2019. No prelo (disponibilizado ao autor).

CARLOS, Ana Fani. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CARDOSO, Adalto L.; ARAGÃO, Thêmis A.; JAENISCH, Samuel T. **Introdução: Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1 edição. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (CECCA). **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1997.

COUTINHO, Carlos. Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CORRÊA, Carlos Henrique C.S. **Transcaieira: recontextualizando o maciço do Morro da Cruz**. Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso Arquitetura, 2018.

DANTAS, Jéferson Silveira. **Reescrever o mundo com lápis e não com armas: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis (SC)**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. A sociedade escravista no Brasil In: IANNI, Octavio (org.) **Florestan Fernandes**. São Paulo. Ática, 1991.

FRANZONI, Tereza. M. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. A liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil** /Erminia Maricato... [ET AL.]. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INFOSOLO/UFSC – Florianópolis. **“Relatório FINAL de pesquisa: Mercados Informais de Solo Urbano nas cidades brasileiras e acesso dos pobres ao solo”** – Área Conurbada de Florianópolis. Florianópolis, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. São Paulo: Editora Ulisseia, 1972.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIGUORI, Guido. O uso do termo “subalternos” em Gramsci e na atualidade. In: ROIO, M. D. (Org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

LIVRAMENTO, Rafael Machado do. **Os ciclos de ocupações urbanas e a Ocupação Amarelado de Souza em Florianópolis/SC enquanto processos de consciência de classe.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo : Expressão Popular, 2015.

_____. **Brasil, Cidades – Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. As metrópoles e a questão social brasileira. In: **Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **É a questão urbana, estúpido!** In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [ET AL.] 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1, São Paulo: Boitempo, 2017.

_____; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIRANDA, Rogério. **Habitação popular & favelas em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José.** Florianópolis: Edição do autor, 2001.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1ª ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil.** Cadernos de Debates 2. Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo, Rio de Janeiro: FASE, 2013.

_____. **Acumulação Capitalista, Estado e Urbanização: A Nova Qualidade do Conflito de Classes.** São Paulo: Revista Contraponto, Ano1, n1, 1976.

PERES, Lino Fernando de B. (2000) PERES, L. F. B. Avaliação das políticas públicas no âmbito da pós-ocupação da habitação de interesse social. In: PEREIRA, F. O. R. & KREMER, A. (Editores): **Características da habitação de interesse social na região de Florianópolis: desenvolvimento de indicadores para melhoria do setor. Relatório Final de Projeto de Pesquisa.** FINEP-Habitare/BID, CD-ROM, Florianópolis/SC, 2000.

PIMENTA, Margareth C.A; PIMENTA, Luiz F. **Pobreza e qualidade de vida nos morros centrais de Florianópolis: a escalada de um distanciamento.** ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.47-66, jan./jun. de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Projeto Bom Abrigo. **Programa Habitar Brasil/BID: Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário da Região do Chico Mendes.** v. 7, Florianópolis, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Q.; PECHMAN, Robert Moses. **O que é questão da moradia**. São Paulo: Nova Cultura/Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo : Contexto, 1989.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**, São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHINKE, Gert. **O golpe da “Reforma Agrária” – Fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina**. Florianópolis : Insular, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, luta de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. Boletim Paulista de Geografia, n 57: 77-131, Dezembro 1980

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa. Investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis, 1970-2000**. Florianópolis: EDITORA DA UFSC, 2015.

_____. **As intervenções viárias e as transformações dos espaços urbanos**. A Via de Contorno Norte-Ilha. São Paulo: FAU-USP (Dissertação de Mestrado), 1994.

_____. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? in: ABRAMO, P. (Org). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009, vol.10, p.162-199 (Coleção Habitare/FINEP).

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil** /Ermínia Maricato... [ET AL.]. 1.ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. In: **Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo : Global editora, 1986.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo : Nobel, 2012.

_____. “Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira”, in: SOUZA, M. A. et al, **Metrópole e globalização**. São Paulo : CEDESP, 1999.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ABREU, Míriam Santini de. Notícias do dia, porta-voz da perversidade. **Portal Desacato**. Disponível em: <<http://desacato.info/noticias-do-dia-porta-voz-da-perversidade/>> Acesso em: 20/05/2019.

BALANÇO GERAL SC. Imóveis irregulares são demolidos no Alto da Caieira, em Florianópolis **Grupo ND**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CiJiq8KoM6Q>> Acesso em: 13/06/2018.

_____. Prefeitura que acabar de vez com as invasões irregulares em Florianópolis. **Grupo ND**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_Wezn9pugxM> Acesso em: 14/06/2018.

CALHEIROS, Fernando. Ato unificado dos sem teto reivindica o direito à moradia e o fim da violência nas ocupações urbanas da grande Florianópolis. **Portal Desacato**. Disponível em: <<http://desacato.info/ato-unificado-dos-sem-teto-reivindica-o-direito-a-moradia-e-o-fim-da-violencia-nas-ocupacoes-urbanas-da-grande-florianopolis/>> Acesso em: 04/07/2018.

_____. Contra a expulsão das populações periféricas, a favor de um projeto democrático de cidade. **Portal Desacato**. Disponível em: <<http://desacato.info/contra-a-expulsao-das-populacoes-perifericas-a-favor-de-um-projeto-democratico-de-cidade/>> Acesso em: 16/05/2019.

EDITORIAL. Basta de invasões em Florianópolis. **Notícias do Dia**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/opiniao/editorial/basta-de-invasoes-em-florianopolis/>> Acesso em: 22/08/2020.

EDITORIAL. Dossiê ND: Grupo RIC apresenta temas sensíveis que Florianópolis precisa tratar. **Notícias do Dia**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/reportagem-especial/dossie-nd-grupo-ric-apresenta-temas-sensiveis-que-florianopolis-precisa-tratar/>> Acesso em: 24/03/2019.

MAGAGNIN, Altair. Com invasões descontroladas, Florianópolis caminha para favelamento aos moldes do Rio. **Notícias do Dia**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/altair-magagnin/com-invasoes-descontroladas-florianopolis-caminha-para-favelamento-aos-moldes-do-rio/>> Acesso em: 08/05/2019.

NSCTV. Casas em área de preservação são demolidas em Florianópolis e famílias fecham rua em protesto. **G1 Santa Catarina**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/casas-em-area-de-preservacao-sao-demolidas-em-florianopolis-e-familias-fecham-rua-em-protesto.ghtml>> Acesso em: 15/06/2018.

REDAÇÃO ND. Dez imóveis irregulares em APP e APL são demolidos no Alto da Caieira, em Florianópolis. **Notícias do Dia**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/dez-imoveis-irregulares-em-app-e-apl-sao-demolidos-no-alto-da-caieira-em-florianopolis/>> Acesso em: 14/06/2018.

REDAÇÃO ND. MP realiza força-tarefa contra ocupações irregulares em Florianópolis. **Notícias do Dia**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/mp-sc-realiza-forca-tarefa-contr-ocupacoes-irregulares-em-florianopolis/>> Acesso em: 16/05/2019.

REDAÇÃO ND. Dez imóveis irregulares em APP e APL são demolidos no Alto da Caieira, em Florianópolis. **Notícias do Dia**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/dez-imoveis-irregulares-em-app-e-apl-sao-demolidos-no-alto-da-caieira-em-florianopolis/>>. Acesso em: 14/06/2018.

REDAÇÃO ND. Prefeito de Florianópolis garante direito das famílias em ocupação, mas com respeito à lei. **Notícias do Dia**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/prefeito-de-florianopolis-garante-direito-das-familias-em-ocupacao-mas-com-respeito-a-lei>> Acesso em: 29/06/2018.

ROCHA, Vanessa da. Relatório ND: invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis. **Relatório ND**. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/?fbclid=IwAR3Be_9L6gChTvqu2EkLDRmBuZg4OFUm8AZfeR35wZywrJJ_Kd5Whtvlptc> Acesso em: 22/08/2020.

_____. A nova Rocinha não é aqui em Florianópolis. **Relatório ND**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-a-nova-rocinha-nao-e-aqui-em-florianopolis/>> Acesso em: 22/08/2020.

SCHIMTZ, Paulo C. Mais de um século de favelização em Florianópolis. **Relatório ND**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-mais-de-um-seculo-de-favelizacao-em-florianopolis/>> Acesso em: 22/08/2020.

SOUZA, Colombo. Lideranças empresariais apoiam medidas da prefeitura da capital contra invasões de terra. **Notícias do Dia**. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/liderancas-empresariais-apoiam-medidas-da-prefeitura-da-capital-contr-invasoes-de-terra/>> Acesso em: 28/06/2018.

FOTOGRAFIAS



Ocupação Fabiano de Cristo. Fotografia: Betina Humeres



Ato unificado dos sem teto da grande Florianópolis (29/06/2018).
Fotografia: Fernando Calheiros



Audiência Pública na ALESC debate a violência policial nas ocupações (27/03/2019).
Fotografia: Fernando Calheiros



Dia Mundial Dos Sem Teto é comemorado com ato reivindicatório na Câmara Municipal de Florianópolis (07/10/2019). Fotografia: Wolff Ruy



Plenária final da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis (Agosto/2019). Fotografia: Fernando Calheiros



Plenária final da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis (Agosto/2019). Fotografia: Fernando Calheiros



Demolição de casas na Ocupação Marielle Franco (13/06/2018). Fotografia: Marco Santiago



Demolição de casas na Ocupação Marielle Franco (13/06/2018). Fotografia: Marco Santiago



Segundo Ato contra a PLC 1801/2019 (16/09/2020). Fotografia: F. Calheiros.



Terceiro Ato contra a PLC 1801/2019 (03/11/2020). Fotografia: F. Calheiros